



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

GABRIELA FERNANDES SILVA

GÊNERO E PLATAFORMIZAÇÃO:
UMA CRÍTICA À DONA DE CASA DIGITAL

Londrina
2025

GABRIELA FERNANDES SILVA

GÊNERO E PLATAFORMIZAÇÃO:
UMA CRÍTICA À DONA DE CASA DIGITAL

Texto apresentado para a defesa de dissertação junto ao Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Anderson David Gomes dos Santos.

Londrina
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

S586g Silva, Gabriela Fernandes.
GÊNERO E PLATAFORMIZAÇÃO : UMA CRÍTICA À DONA DE CASA DIGITAL / Gabriela Fernandes Silva. - Londrina, 2025.
161 f.

Orientador: Anderson David Gomes dos Santos.
Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2025.
Inclui bibliografia.

1. Comunicação - Tese. 2. Economia Política da Comunicação - Tese. 3. Feminismo marxista - Tese. 4. Plataformização - Tese. I. Santos, Anderson David Gomes dos. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. III. Título.

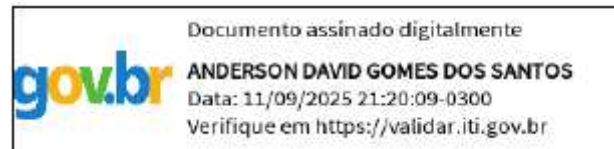
CDU 316.77

GABRIELA FERNANDES SILVA

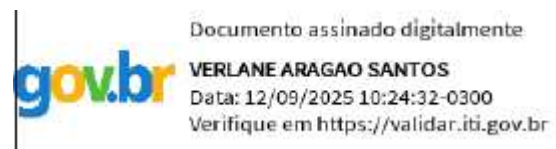
GÊNERO E PLATAFORMIZAÇÃO:
UMA CRÍTICA À *DONA DE CASA DIGITAL*

Texto apresentado para a defesa de dissertação junto ao Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina como requisito para obtenção do título de mestre.

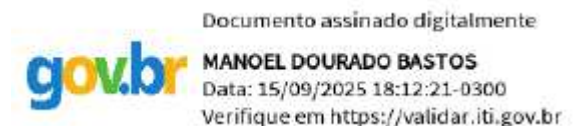
BANCA EXAMINADORA:



Orientador: Prof. Dr. Anderson David Gomes dos Santos
Universidade Federal de Alagoas - UFAL /
Universidade Estadual de Londrina - UEL



Profa. Dra. Verlane Aragão Santos
Universidade Federal de Sergipe - UFS



Prof. Dr. Manoel Dourado Bastos
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 11 de setembro de 2025.

*Frente al poder no te empoderas, te rebelas; esa es la única
forma de desestructurar cualquier relación de poder.*

— Maria Galindo, 2023

Ao amor da minha vida, meu gatinho, Slash Marx, que
me ajudou de uma forma que ninguém imagina.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, embora resultado do esforço pessoal, carrega em si a contribuição de muitas vozes e experiências coletivas. Gostaria de registrar meu profundo reconhecimento a todos que, de alguma forma, colaboraram para a concretização desta dissertação – sem esse apoio, ela não teria sido possível.

Normalmente, meu primeiro agradecimento e dedicação de meus trabalhos acadêmicos é para meu avô, Renato Luiz Fernandes, professor e dentista formado em meados dos anos 1960. Um grande estudioso e político de esquerda, além de uma das maiores inspirações que tive para me dedicar à academia - e que hoje, infelizmente, está com Alzheimer avançado.

No entanto, dessa vez, quero agradecer especialmente (além de dedicar a minha dissertação de mestrado) à minha avó, Maria Estela Fernandes. A vó Teia, como é chamada, além de ser uma ótima cozinheira, uma crocheteira impecável e uma pessoa admirável, é também aquilo que somos em comum: mulher. E, como mulher, ainda mais nascida nos anos 50, enfrentou diferentes desafios durante toda a vida. Apoiando meu vô incondicionalmente em todas as suas fases, sempre se manteve à mercê das vontades dele. Mas hoje, com os estudos que tenho e com tudo o que defendo, entendo que é graças à vó Teia que ele se tornou quem é. E, assim, é graças à vó Teia que todos da família Fernandes se tornaram quem são (meio complicadinhos, mas com um senso de justiça inigualável). Poderia ficar horas falando sobre a minha vó, mas basta, nesse momento, agradecê-la por ser exatamente do jeitinho dela, por se manter sempre atualizada, por me apoiar (seja nos estudos ou nos términos de namoro) e por me amar plenamente.

Agradeço à Bruna, minha irmã, que – mesmo com brigas – sempre me defendeu e se orgulhou do que eu faço. E, é claro, à minha família mais próxima (Fernandes), que, com discussões e mais discussões sobre o que é ser de esquerda, tornaram-me uma feminista marxista.

Quanto aos que me ajudaram diretamente na dissertação, agradeço, em primeiro lugar, a orientação dedicada e detalhista de Anderson David Gomes dos Santos, que foi fundamental para aprimorar a qualidade deste trabalho. Agradeço sua paciência ao me orientar, bem como ao sempre me responder, mesmo em dias corridos, e ao aceitar minhas ideias ao mesmo tempo em que sugeria outras. Agradeço também sua amizade, desde quando nos conhecemos pelo podcast Jogando Dados até os dias de hoje, e por não ter se importado – ou, pelo menos, não ter demonstrado seu incômodo – quando falei mal de seu time de futebol.

No mais, agradeço ao Anderson por ter me inserido no grupo Cepcom/UFAL e proporcionado diferentes oportunidades. Sem Anderson, essa dissertação não estaria tão bem fundamentada e centrada.

Ao Manoel Dourado Bastos, por ter me apresentado a Economia Política da Comunicação, por ter acreditado em mim quando nem eu acreditava e por ter me aberto diversas portas.

À Verlane Aragão Santos, por ser tão solícita, desde que pensei em me mudar para Aracaju até o momento em que aceitou fazer parte da minha banca avaliadora.

Ao grupo de estudos Cubo/UEL (Laboratório de Economia Política da Comunicação e Crise do Capitalismo), em especial aos “Haug’s” (em ordem alfabética: Ana Soranso, Gina Mardones, Guilherme Bernardi, Karime Vilela, Manoel Bastos – mais uma vez –, Pamella Bassetti, Rafaela de Souza e Rodolfo Londero), pela eterna troca intelectual, além do apoio e troca recíproca em diferentes momentos da nossa trajetória.

Ao podcast Jogando Dados que, além dos já mencionados (Anderson, Guilherme, Karime, Manoel e Rafaela), conta também com Júlio Arantes, por ter tornado possível meu encontro com diferentes ícones da EPC e enriquecido meu repertório acadêmico.

Ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que proveu esta pesquisa com a verba necessária neste último ano.

À minha psicóloga, Carolina Ribas, que me ajudou incondicionalmente e graças a quem, depois de anos tenebrosos, encontro-me o mais próximo de uma “cura” que uma pessoa com transtorno alimentar pode chegar.

Aos meus amigos, tanto de Pitanga quanto de Londrina, em ordem alfabética, fora os que já agradei: Beatriz Donato, Laís Magalhães, Larissa Schiavon, Luís Wiltemburg, Mateus Antunes, Sandy Natieli e Wellinton Correia – por estarem ao meu lado e, por vezes, distraírem-me da dissertação, quando foi necessário.

Aos meus pais, Denis e Oriana, um agradecimento especial: obrigada por fazerem muito mais do que o necessário por mim, por me apoiarem em cada ideia que tenho, por respeitarem minhas decisões e por me incentivarem a seguir meus caminhos. Nada disso seria possível sem o amor incondicional de vocês.

Por fim, mas não menos importante – muito longe disso, aliás –, agradeço ao meu gato, Slash Marx. Desde que comecei a pensar em um mestrado, sempre foi o “Leco” que esteve comigo. Quando chorei e não aguentava mais, era o Leco que estava ali. Quando quis sumir, era no Leco que eu pensava. E, agora, enquanto comemoro que termino minha dissertação, é o Leco que está me lambendo. Leco, a você, dedico minha vida.

Aos que contribuíram de alguma maneira e, por lapso, não foram aqui mencionados, deixo meu pedido de compreensão – fruto inevitável do esgotamento que acompanha o encerramento de uma dissertação.

RESUMO

SILVA, Gabriela Fernandes. **Gênero e plataformização:** uma crítica à *Dona de Casa Digital*. 2025. 161 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

Esta dissertação busca entender como o processo de plataformização é atravessado por uma questão de gênero, a partir da análise crítica do livro *A Dona de Casa Digital: feminismo, trabalho e mídia digital*, de Kylie Jarrett (2021). A pesquisa parte da hipótese de que a plataformização e o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), longe de promoverem emancipação feminina, reforçam a precarização do trabalho e a exploração de gênero sob o capitalismo. Por meio de revisão bibliográfica, o estudo articula os pensamentos do feminismo marxista, com ênfase na teoria crítica do valor, aos pressupostos da Economia Política da Comunicação (EPC). São debatidos conceitos como valor-clivagem, trabalho reprodutivo não remunerado e subsunção do trabalho ao capital, a fim de questionar a romantização da tecnologia como ferramenta de autonomia feminina. Ao criticar a noção de “trabalho dos consumidores” proposta por Jarrett, evidenciamos como a lógica patriarcal-capitalista segue estruturando desigualdades de gênero mesmo nas formas de trabalho imaterial e digital. A dissertação defende que a libertação das mulheres exige uma crítica radical às estruturas econômicas e sociais vigentes, indo além de abordagens liberais que ignoram o papel central do trabalho doméstico na reprodução do capital.

Palavras-chave: feminismo marxista; valor-clivagem; plataformização; Economia Política da Comunicação; “trabalho digital”.

ABSTRACT

SILVA, Gabriela Fernandes. **Gender and platformization: a critique of the *Digital Housewife***. 2025. 161 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

This dissertation seeks to understand how the process of platformization is shaped by gender issues, through a critical analysis of the book *Digital Housewife: Women and Work in the Age of Social Media* by Kylie Jarrett (2021). The research starts from the hypothesis that platformization and the advancement of Information and Communication Technologies (ICTs), far from promoting female emancipation, reinforce labor precarization and gender-based exploitation under capitalism. Through a bibliographic review, the study articulates Marxist feminist thought – emphasizing value-critical theory – with the principles of the Political Economy of Communication (PEC). Concepts such as value-dissociation, unpaid reproductive labor, and the subsumption of labor under capital are discussed in order to challenge the romanticization of technology as a tool for women's autonomy. By criticizing Jarrett's notion of "consumer labor," we highlight how the patriarchal-capitalist logic continues to structure gender inequalities even in forms of immaterial and digital labor. The dissertation argues that women's liberation requires a radical critique of current economic and social structures, going beyond liberal approaches that overlook the central role of domestic labor in the reproduction of capital.

Key-words: marxist feminism; value-dissociation; platformization; Political Economy of Communication; "digital labor".

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	13
2.	QUESTÕES DE GÊNERO	20
2.1.	Feminismo Marxista	20
2.1.1.	Relação da crítica ao capitalismo com questões de gênero	20
2.1.2.	A mulher dentro de casa	23
2.1.3.	O trabalho gratuito	27
2.1.4.	A virada feminista	35
2.2.	Discussão sobre feminimos marxista a partir de Roswitha Scholz	39
2.2.1.	Valor-Clivagem	40
2.2.1.1.	O Valor é homem	42
2.2.2.	Relação com outras marxistas	52
2.2.3.	Crítica ao feminismo liberal	61
2.2.3.1.	O materialismo francês e a consubstancialidade inconclusiva	62
2.2.3.2.	O impasse da multiplicidade da interseccionalidade e a crítica ao autonomismo	63
2.2.4.	Adendo à Roswitha Scholz sobre a teoria marxista	65
2.3.	<i>A Dona De Casa Digital</i> e o feminismo marxista	68
3.	EPC, GÊNERO E TIC	71
3.1.	A EPC	71
3.1.1.	Diálogos e limitações	72
3.1.2.	A escola de EPC brasileira adotada	77
3.2.	Comunicação, capitalismo e patriarcado	80
3.2.1.	Comunicação, informação e capitalismo	81
3.2.2.	Forma-comunicação	84
3.2.2.1.	Forma-comunicação derivada da dissociação-valor e a representação na indústria cultural	85
3.2.3.	A EPC e “ <i>A Dona de Casa Digital</i> ”	89
3.3.	As TIC e os impactos no mundo do trabalho	94
3.3.1.	A crise do fordismo	95
3.3.2.	As manifestações do trabalho (intelectual)	101

3.3.3.	Outros impactos das TIC	105
3.3.4.	Plataformização	107
4.	<i>A DONA DE CASA DIGITAL – E SUA CRÍTICA</i>	117
4.1.	Elementos iniciais do livro <i>A Dona De Casa Digital</i>	117
4.2.	O trabalho dentro de casa e o feminismo de Jarrett	120
4.3.	“Trabalho digital” no livro	127
4.4.	Relação entre “trabalho digital” e trabalho doméstico	137
4.4.1.	Afeto e multidão	141
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
	REFERÊNCIAS	157

1. INTRODUÇÃO

Dizem que a introdução é a última coisa que escrevemos quando estamos fazendo um trabalho. De fato, essa parte é a última que estou escrevendo desde que comecei a pensar em uma dissertação. Mesmo após alguns conselhos, ainda não sabia direito como começar o meu texto. Até que resolvi assumir: não sei – e vou começar falando exatamente isso. Sobre ser marxista, feminista, eu sempre soube... Mas como poderia unir isso aos meus estudos em Comunicação? Isso eu não sabia. Eu achava, aliás, que era pouco provável pensar em todos esses assuntos juntos. Até que eu conheci a Economia Política da Comunicação (EPC) – mais precisamente, na Universidade Estadual de Londrina (UEL), conheci o Manoel, meu professor de Teorias da Comunicação quando estudava Jornalismo e, atualmente, integrante da minha banca examinadora.

Manoel me mostrou estudos que eu não sabia que existiam, apresentou-me autores que eu não conhecia e mais: colocou-me para apresentar o Jogando Dados, nosso podcast sobre EPC. Foi aí que eu conheci o Anderson, meu atual orientador, e outros diversos autores consagrados. César Bolaño, Ruy Sardinha Lopes, Verlane Aragão Santos... Autores de outro patamar e que, hoje, posso me sentar à mesa para conversar.

Estudar EPC não é uma tarefa fácil. Eventualmente, lendo livros e artigos, voltava-me o pensamento: eu não sei. Eu não sei o que o autor quis dizer, eu não entendi essa parte do livro, eu me perdi na argumentação... Mas hoje, graças aos grupos de estudos Cubo/UEL e Cepcom/UFAL, posso dizer que sei um pouco mais – óbvia e inevitavelmente, nunca saberei tudo. E é fundamental falar sobre esses grupos de estudo aqui. O Cubo/UEL (Laboratório de Economia Política da Comunicação e Crise do Capitalismo) é um grupo de pesquisa coordenado pelo professor Manoel Dourado Bastos, em que eu conheci diferentes pesquisadores que se tornaram grandes amigos. Pelo Cubo, além de discutir e entender textos, organizamos viagens para congressos, eventos com professores de fora da UEL e até idas ao bar para debater Marx.

Já no Cepcom/UFAL (Crítica da Economia Política da Comunicação), coordenado por Anderson Santos e Júlio Arantes, eu entrei um pouco mais tarde, a partir do momento em que comecei a ser orientada pelo primeiro professor. Mas foi graças a ele, que dei minha primeira aula, no curso de extensão “Patriarcado, Valor e Comunicação”. Ambos os grupos se

consolidaram como fortes representantes da EPC brasileira. E eu tenho orgulho de fazer parte de cada um.

Quando decidi fazer meu mestrado, tinha em mente mais um desafio: não queria estudar EPC e feminismo, queria estudar EPC Feminista. Isso implicaria em nos aproximarmos mais de uma dialética marxista para escrever o trabalho. Embora difícil e muitas vezes sendo ignorada por outras vertentes, foi o que deu sentido à minha dissertação. Entender o processo de plataformização a partir de teorias feministas marxistas em confluência com a EPC, parece-me a maneira mais eficaz de se compreender o mundo atual. Não falamos, aqui, apenas sobre trabalhos iguais para homens e mulheres, falamos também sobre um trabalho (principalmente feminino) não reconhecido: o trabalho doméstico.

Algumas autoras feministas liberais parecem ignorar esse tipo de trabalho. Outras, como D'Alessandro (2016), reconhecem-no, mas acreditam que a chave de saída está nas novas tecnologias. Esta autora, aliás, pensa que a automatização do mundo faz com que as mulheres tenham vantagens sobre os homens no mercado de trabalho – além de ajudar nas tarefas de casa. Mas será que tais vantagens são realmente vantagens?

Para as autoras feministas marxistas, não. Para Silvia Federici (2021, p. 68), por exemplo, “são ilusórios os poderes que um sistema automatizado de produção coloca à nossa disposição”. Além de perceber todos os problemas da crise do valor de troca sobre os quais Marx já alertava (como desemprego, “empregos de merda” – no termo de David Graeber), mesmo que uma revolução seja feita e que as forças produtivas sejam tomadas, Federici acredita haver ainda um problema-chave do capitalismo que não será solucionado: o trabalho reprodutivo. Para além do fator destrutível que as máquinas têm, por exemplo, na emissão da irradiação para fabricação de celulares, assim como na alteração da psique e os efeitos nas relações sociais – moldando subjetividades, estabelecendo novas necessidades e produzindo dependências que hipotecam o futuro –, elas não conseguem mecanizar as atividades mais básicas realizadas pelo ser humano (Federici, 2023).

A autora acredita que não se pode mecanizar as tarefas de banhar, acariciar, consolar, vestir e alimentar uma criança; assim como não há como automatizar os serviços sexuais, nem ajudar aquelas pessoas doentes ou idosas que não são autossuficientes com uma máquina. Máquina alguma, segundo a autora, seria capaz de incorporar as habilidades e os afetos necessários para tais tarefas. Apenas parte do trabalho reprodutivo pode ser mecanizado e,

assim, “o esquema marxiano que torna a expansão da riqueza material dependente da automação e da redução do trabalho necessário implode” (Federici, 2021, p. 70).

Essas são apenas algumas críticas à determinada visão de feminismo não marxista encontradas – e que foi mais detalhadamente estudada no trabalho de conclusão de curso de quem escreve esta dissertação (Silva, 2021). O presente trabalho, no entanto, pretende “ir além”: buscar, estudar e criticar formas liberais que aparecem como novos feminismos, a partir do estudo de autoras feministas marxistas e da EPC.

Para entender melhor essas questões, partimos de algumas hipóteses e pressupostos, como: a) a associação do patriarcado ao capitalismo é o que permite entender a divisão de gênero e a reprodução do capital; b) as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), sob o domínio capitalista, frequentemente resultam na precarização e na retirada de direitos; c) embora as TICs possam inicialmente parecer benéficas para as mulheres, elas tendem a agravar as relações de gênero patriarcais dentro do sistema capitalista.

Diante das suposições, pretendemos, como objetivo geral do trabalho, entender como o processo de plataformização e as novas tecnologias são atravessadas por um problema de gênero, a partir da crítica ao livro *A Dona de Casa Digital*. Para isso, o trabalho tem como objetivos específicos, considerando as temáticas levantadas pelo livro e pela EPC: conhecer o conceito de “valor-dissociação”; entender as TICs a partir do conceito de subsunção de trabalho no capital, elaborado por Marx; fazer uma análise da plataformização dos trabalhos, pensando em como esse processo acaba por precarizar as ocupações; e analisar de forma crítica o livro *A Dona de Casa digital*, quanto à associação do trabalho doméstico ao “trabalho dos consumidores”.

Entender a posição social das mulheres sob o prisma da exploração capitalista do trabalho, além de revelar a continuidade entre discriminação de gênero e de raça, faz transcender essa política de direitos que assume a preservação da ordem social vigente e não enfrenta as forças sociais antagônicas que impedem a libertação das mulheres. Os estudos aqui defendidos fomentam a transformação do sistema em que a sociedade é organizada e entende a necessidade de mudar a forma como se pensa, mudar a história do pensamento econômico. Tudo isso à procura de métodos possíveis para mudar a estrutura – que se mantém, desde sua gênese, contraditória e injusta. É a partir da indignação com um sistema tão opressor e em busca de um mundo melhor para todas que justifico minha pesquisa.

A escolha por este livro para realizar esta crítica se dá porque Jarrett (2021) opta por colocar a figura da “Dona de Casa Digital” no centro dos modelos analíticos, algo que constituiria não apenas uma chave para compreender a economia das mídias digitais, mas também seria uma imagem analítica potente para examinar os modos de trabalho predominantes nos setores de alta tecnologia, serviços e finanças do Norte global.

A autora sustenta que as abordagens feministas oferecem a oportunidade de aprofundar e refinar a compreensão do “trabalho do consumidor” nas mídias digitais. Nesse sentido, considera oportuno e pertinente ampliar a influência das teorias feministas radicais na análise desse “tipo específico de trabalho”. Além de traçar conexões entre o reconhecimento do trabalho doméstico e a análise de outras atividades laborais não remuneradas.

Neste sentido, segue a trajetória sobre a discussão sobre a categoria marxista do “trabalho” a partir de uma perspectiva teórica que necessita ser correlacionado com a produção marxiana original especialmente de *O Capital*, ainda que consideremos os limites desta obra na discussão sobre as desigualdades e efeitos das contradições do capital quanto ao gênero.

Para desenvolver isso, quanto à metodologia, a partir de Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos (2010), podemos direcionar a presente dissertação como uma pesquisa básica, que aborda o problema de forma qualitativa e acessa sua documentação de forma indireta, utilizando-se de pesquisa bibliográfica – detalhada a seguir.

Como os estudos aqui propostos defendem a alteração do sistema organizacional da sociedade – entendendo as transformações no mundo do trabalho e as situações de agravamento do caráter patriarcal das relações de gênero – e reconhecem a importância de revisar o pensamento econômico histórico, a vertente que nos parece ser mais adequada é a do feminismo marxista.

Portanto, para realizar nossas pesquisas, o trabalho parte de uma revisão bibliográfica, tentando se aproximar da dialética marxista (como já mencionado), que pretende examinar o processo de plataformização dos empregos atravessado pelas questões de gênero.

De acordo com a dialética marxista, cada concepção carrega consigo o seu contrário, portanto, é necessário o exercício de exame da aparência e da essência em suas contradições. É com essa noção que o trabalho pretende analisar a plataformização do trabalho e sua relação com gênero.

Além disso, discordamos dos debates com viés liberal de que, com a evolução das TICs, a mulher pode ser emancipada. Concomitantemente, o trabalho tenta entender que é possível, sim, que as tecnologias sirvam para essa independência, mas se pensadas sobre outra perspectiva. Entender a posição social das mulheres sob o prisma da exploração capitalista do trabalho, além de revelar a continuidade entre discriminação de gênero e discriminação de raça, faz transcender essa “política de direitos que pressupõe a manutenção da ordem social existente e falha em confrontar as forças sociais antagônicas presentes no caminho da libertação das mulheres” (Federici, 2021, p. 61).

É por meio da pesquisa bibliográfica, por sua vez, que esta investigação relata o que já foi registrado sobre o assunto, desde livros até publicações jornalísticas, mostrando os meios para resolução de problemas já conhecidos e servindo como um reforço na análise das informações, explanam Lakatos e Marconi (2010, p. 166).

Como ponto de partida para as análises, o trabalho tende a mostrar noções das teorias feministas marxistas que não são abordadas pelas liberais. Para isso, buscamos entender o que as feministas marxistas defendem, já que suas teorias não se limitam à igualdade salarial entre homens e mulheres, às leis jurídicas ou ao empoderamento individual feminino. Assim como, utilizamos as obras de autoras que analisam a posição social das mulheres sob a ótica da exploração capitalista do trabalho, destacando a continuidade entre discriminação de gênero e raça.

Iniciaremos com um panorama do feminismo marxista das décadas de 1960 e 1970, para compreender os pontos defendidos e questionados pelas autoras da época. Em seguida, exploraremos a teoria do valor-clivagem de Roswitha Scholz, a partir especialmente da leitura de Taylisi Leite (2020), destacando suas propostas e relacionando-as com as ideias de outras pensadoras marxistas; momento em que separamos os comentários de Kylie Jarrett (2021) sobre a exploração das mulheres no capitalismo. Analisaremos também as críticas de Scholz às teorias feministas não marxistas e o que suas contribuições nos oferecem. Por fim, faremos um adendo à autora.

Desta forma, pretende-se, no primeiro capítulo, entender o que as feministas marxistas defendem, já que suas teorias não se limitam à igualdade salarial entre homens e mulheres, às leis jurídicas ou ao empoderamento individual feminino.

Aqui está a grande virada de chave que é preciso para ir além de qualquer tipo de feminismo liberal: o capitalismo depende na mesma medida que continua perpetuando, essencialmente, do machismo. Entender o trabalho reprodutivo não remunerado – e como ele sempre existirá no capitalismo – é o ponto crucial para pensarmos numa política feminista. E essas noções só são entendidas, ainda que não sejam evidenciadas em suas obras, graças a Marx e aos estudos que partem e vão além desse autor, com pesquisadoras marxistas.

Como segundo capítulo, pretendemos relacionar os debates feministas marxistas com a fundamentação teórica da EPC, mais especificamente sua vertente brasileira. Autores da EPC, como César Bolaño (2000, 2016) e Verlane Aragão Santos (2007), também serão utilizados para entender o processo de precarização dos trabalhos com os avanços tecnológicos e sua relação com o conceito de subsunção de trabalho, apresentados por Marx.

Quando o presente trabalho se refere, ainda na da introdução, às novas tecnologias, está tratando, especialmente, das Tecnologias de Informação e Comunicação, conhecidas como TIC. Ou seja, as TICs representam a variedade de dispositivos, aplicativos, redes e serviços que permitem a comunicação e que estão cada vez mais presentes no dia a dia. Essa presença quase ubíqua faz com que muitas pesquisas e debates falem em um “capitalismo de plataforma” ou em “plataformização do trabalho” (Srnicsek, 2016).

A abordagem da Economia Política da Comunicação emerge como uma alternativa teórico-metodológica para entender os processos de mudança enfrentados pelas corporações midiáticas contemporâneas. Mostra-se, portanto, como um instrumento de análise adequado para aspectos das transformações do mundo do trabalho.

Por isso, um estudo sobre os paradigmas da economia feminista ganha novos contornos quando estudados pelo prisma da Comunicação. É aqui que adentramos, mais especificamente, a um objetivo importante do trabalho: entender como o processo de plataformização e as novas tecnologias são atravessadas por um problema de gênero. Serão utilizados autores que relacionam marxismo, feminismo e comunicação, como César Bolaño (2021), Manoel Dourado Bastos (2020, 2021) e Rafaela Martins de Souza (2021, 2023).

Por fim, examinamos de forma crítica o livro *A Dona de Casa Digital*, de Kylie Jarrett (2021), o qual estabelece uma associação entre o trabalho doméstico e as atividades de consumidores de sites de redes sociais, ou seja, defende que o consumidor *online* tem um trabalho produtivo ao utilizar essas redes. A pesquisadora investiga trabalho digital e economia

política das mídias digitais em interface com o feminismo, mas, como será visto adiante, apresenta um problema ao tratar da categoria “trabalho”. De acordo com a autora, os dois trabalhos apresentam semelhanças nas relações que estabelecem com o capital. O consumidor trabalhador executaria uma dupla tarefa na economia da indústria: ofereceria conteúdos gratuitos que garantem o apelo desses sites para outros usuários, ao mesmo tempo em que gera dados sobre tendências, gostos e desejos de consumidores que podem ser rapidamente rearranjados.

Como vemos, a autora aborda um conjunto de discussões que seguem o que o Cubo/UEL e a nossa escola de EPC vêm se dedicando: trabalho, situação do capital (em estágio de crise), gênero e plataformas. Discordando de Jarrett, no entanto, fazemos uma crítica teórica, voltando, mais uma vez, à Economia Política da Comunicação – com autores como Rodrigo Moreno Marques (2017) e Kaan Kangal (2020) – e à teoria de valor-dissociação de Roswitha Scholz.

2. QUESTÕES DE GÊNERO

Se o assunto central de suas teorias não é a remuneração igualitária entre homens e mulheres, não são as leis jurídicas, nem o empoderamento individual feminino, o que, então, defendem as feministas marxistas? É isto que pretendemos compreender nesse capítulo.

Para isso, faremos o uso de uma gama de autoras que entendem a posição social das mulheres sob a ótica da exploração capitalista do trabalho e evidenciam a continuidade entre discriminação de gênero e de raça. Nesse capítulo, em um primeiro momento, há um panorama do feminismo marxista das décadas de 1960 e 1970, a fim de entender o que autoras da época defendiam e questionavam.

Passamos, então, para uma segunda parte, em que trazemos Roswitha Scholz e explicamos o que a autora propõe com sua teoria do valor-clivagem. Ainda com ênfase nos estudos de Scholz, relacionamos suas ideias com as de outras pensadoras marxistas, suas críticas (junto às de Arruzza) ao feminismo liberal e o que propomos com seus estudos. Fazemos, ainda, um adendo à Roswitha Scholz. Por fim, com base no que foi apresentado, elaboramos uma primeira crítica *À Dona de Casa Digital*.

2.1 FEMINISMO MARXISTA

Neste tópico, expomos as principais questões enunciadas pelas primeiras feministas marxistas, passando antes por uma base de quem pode ter tratado disso na mesma geração de Marx, seguindo depois para o feminismo marxista das décadas de 1960 e 1970, o que possibilitará, no tópico seguinte, avançar a discussão para os desafios contemporâneos no capitalismo.

2.1.1. RELAÇÃO DA CRÍTICA AO CAPITALISMO COM QUESTÕES DE GÊNERO

Podemos dizer que o primeiro texto a tratar as relações de gênero articuladas com uma crítica ao capitalismo foi escrito por um homem. No livro *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, publicado originalmente em 1884, Friedrich Engels (2021) baseia-se nos estudos de Lewis H. Morgan para analisar as relações de parentesco e os tipos de casamento

que levaram ao desenvolvimento da família monogâmica, destacando a subsequente subordinação das mulheres.

Engels (2021) argumenta que a introdução da propriedade privada e a subjugação das mulheres pelos homens são fenômenos simultâneos, marcando o início das lutas de classes. Nesse contexto, o marxismo trouxe à luz a questão da "opressão específica" das mulheres. Ele acredita, então, ter sido a formação do parentesco patrilinear pela imposição de exclusividade sexual às mulheres que deu início à sua opressão na história das civilizações.

O autor vê ainda uma clara imbricação entre a monogamia e a propriedade privada, já que foi a exclusividade sexual da mulher que garantiu o direito sucessório, fundamental para a conservação da propriedade privada sob os mesmos domínios restritos e exclusivistas.

A partir disso, Leite (2020, p. 291) afirma que: “O primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino”. A monogamia, no entanto, seria uma imposição apenas para a mulher e interfere na hereditariedade e na sucessão patrimonial.

Para as mulheres, a fidelidade era imposta, pois garantiria a indiscutibilidade da paternidade genética e a conseqüente possibilidade de herança. Assim, os laços conjugais tornaram-se mais sólidos e cabia apenas ao homem o seu rompimento – e a não exigência de fidelidade. Para Engels (2021), a monogamia foi a forma que deu origem à subordinação de um sexo pelo outro, uma vez que o modelo de família monogâmica garante uma espécie de posse das relações sexuais da mulher com o homem, o que geraria a certeza sobre a paternidade e a devida herança daí decorrente.

Segundo o autor, a opressão da sexualidade feminina é fundamental para a estruturação social baseada na propriedade privada. O casamento, especialmente a monogamia, seria uma instituição corrompida desde sua origem, voltada principalmente para servir aos interesses da propriedade privada e para subjugar as mulheres. Argumenta, assim, que o relacionamento monogâmico só poderia ser um ato verdadeiramente livre e uma escolha consciente baseada no afeto em uma sociedade onde não existisse propriedade privada. No contexto do capitalismo, entretanto, ele considera que isso não é possível, pois o amor e os relacionamentos são necessariamente moldados por interesses econômicos e sociais, tornando difícil alcançar uma verdadeira liberdade de escolha e compromisso.

Dentre outras críticas, Roswhita Scholz (2013) – a quem discutiremos melhor adiante – indica que Engels comete um equívoco epistêmico ao não diferenciar adequadamente o patriarcado capitalista dos modelos sociais pré-modernos, apesar de sua argumentação razoável sobre a relação entre propriedade privada, herança e monogamia exclusivamente feminina. Segundo a autora, Engels falha ao não partir de formas sociais abstratas do capitalismo na sua leitura da economia política, tratando a propriedade como algo concreto distribuído de maneira desigual entre a burguesia e o proletariado. Essa abordagem limitada de Engels sobre a família refletiria em sua análise histórica que, segundo Scholz, precisa ser ampliada para uma compreensão mais profunda das dinâmicas contemporâneas do patriarcado dentro do capitalismo.

Isso significa, no entanto, que a percepção entre trabalho abstrato e machismo já estava em Marx e Engels e que as críticas de quem afirma não estar ou não entenderam o que os autores diziam ou são injustas.

Além de *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, no *Manifesto Comunista*, de 1848, Marx e Engels (2000) preconizam a abolição da família como meta dos comunistas, reafirmando a mesma identidade entre a opressão da mulher, família e propriedade privada. Isso permitiu a compreensão da família como fenômeno social do trabalho e também uma divisão sexual entre as funções femininas e masculinas. “Mais do que isso: abriu espaço para novos tipos de projetos e relações entre os sexos” (Leite, 2020, p. 294). Com Engels e Marx, as feministas da esquerda europeia, como veremos, puderam construir uma “teoria da opressão” a partir da luta.

Dessa forma, na verdade, os textos de Marx e Engels não revelam uma compreensão diferente do que sustentarão as feministas marxistas das décadas de 1960 e 1970, casos de Firestone (1976), Vogel (2014) e Federici (2019). Como comentaremos a seguir, estas feministas partiram das ideias de “divisão sexual do trabalho” e “sexo da classe operária”, conceitos que encontram base nas obras marxianas. Marx reconheceu o problema do trabalho doméstico, sugerindo que certas funções familiares, como o aleitamento e os cuidados infantis, não poderiam ser completamente substituídas pela compra de mercadorias.

Marx e Engels (2021) apontaram para uma relação entre o patriarcado e a exploração do trabalho abstrato, destacando as diferenças na exploração entre homens e mulheres. No entanto, eles não estabeleceram uma relação direta entre o valor econômico e o machismo, de

maneira que se compreende que a raiz do patriarcado capitalista estaria na produção econômica, não na história ou na sociedade em si.

Por outro lado, Marx não explorou totalmente a conexão entre o trabalho doméstico não remunerado e o trabalho assalariado, especialmente considerando as questões de gênero. Segundo Silvia Federici (2017), entre outras teóricas feministas, Marx não reconheceu plenamente a força de trabalho feminina que não é valorizada na forma de trabalho abstrato, deixando de lado a mediação de gênero na exploração econômica.

Marx também não teria vislumbrado a importância das mulheres na reprodução do valor, ao mesmo tempo em que Engels “reduziu a subjugação da mulher às questões sexuais com vistas à conservação da propriedade” (Leite, 2020, p. 295). É a partir dessa síntese de críticas que seguiremos a partir de agora, apresentando ainda novas possibilidades críticas radicais para os estudos de gênero no capitalismo.

2.1.2. A MULHER DENTRO DE CASA

O feminismo marxista das décadas de 1960 e 1970 surgiu em um período de intensa agitação política e social, caracterizado pela interseção de diversos movimentos de emancipação social, como o operário, os anticoloniais e o emergente movimento feminista. O movimento feminista marxista foi profundamente influenciado pelas análises e críticas do marxismo clássico, adaptando suas teorias para compreender as dinâmicas específicas da opressão de gênero dentro do contexto capitalista.

Em síntese, o feminismo marxista da década de 1960 e seus desdobramentos posteriores buscaram integrar uma análise crítica das estruturas de poder capitalistas com uma compreensão das formas particulares de opressão de gênero. As autoras desse movimento não apenas questionaram as limitações do marxismo tradicional na abordagem das questões feministas, mas também contribuíram de maneira significativa para o desenvolvimento de teorias feministas que continuam a influenciar o movimento feminista contemporâneo.

Sherry B. Ortner, por exemplo, acredita que “o status secundário feminino na sociedade é uma das verdades universais, um fato pancultural” (2010, p. 95). De acordo com a autora, o fato de a subordinação feminina existir em todo tipo de classificação social e econômica em sociedades de todos os graus de complexidade mostra um problema muito mais profundo e inflexível. Reclassificar algumas tarefas e papéis no sistema social não bastam.

Na obra *Está a Mulher Para o Homem Assim Como a Natureza Para a Cultura?*, Ortner (2010) classifica três tipos de dados que vai analisar: (1) o elemento de ideologia cultural e as colocações que desvalorizam as mulheres e seus papéis, tarefas, produtos e meios sociais com menos prestígio do que os relacionados aos homens e às funções masculinas correlatas; (2) esquemas simbólicos, a prerrogativa de violação; e, (3) as classificações socioestruturais que excluem as mulheres da participação no ou em contato com algum domínio no qual reside o maior poder da sociedade.

Segundo a autora, poderíamos explicar a desvalorização universal das mulheres baseando-nos no determinismo biológico. Até então, cientistas acreditavam haver algo de geneticamente inerente no macho (das espécies) e argumentavam que isto naturalmente o tornaria o sexo dominante.

Para Ortner (2010), havia uma falha nessa posição. Apesar de ainda considerar relevantes os fatos biológicos e as diferenças entre homens e mulheres, a autora argumenta que esses dados e distinções só adquirem significado de superioridade ou inferioridade dentro da estrutura de sistemas de valores culturalmente definidos.

É colocado em questão, portanto, o que poderia ter havido na estrutura generalizada e nas condições de existência comuns a cada cultura que poderia levá-las a um valor inferior sobre a mulher. A tese da autora é de que a mulher é sempre identificada com “alguma coisa que cada cultura determina como sendo uma ordem de existência inferior a si própria” (Ortner, 2010, p. 100).

Para explicar melhor sua tese, Ortner (2010) faz um paralelo entre natureza e cultura, sendo a primeira sempre relacionada à mulher e a segunda ao homem: “A cultura em algum nível de percepção demonstra não ser somente distinta da natureza, mas superior a ela, e este sentido de diferenciação e superioridade se apoia precisamente na capacidade de transformar a natureza” (idem, p. 101). Nesse sentido, cultura (homens) acha natural, assim, subordinar a natureza (mulheres).

Mas por que a natureza estaria mais próxima da mulher? Para responder a tal pergunta, Ortner (2010) elenca três níveis de discussão.

O primeiro é: “O corpo da mulher e suas funções: a fisiologia parece colocá-la mais próxima à natureza” (Ortner, 2010, p. 104). Segundo a autora, o corpo feminino parece condenar a mulher à simples reprodução da vida; em contraste, o homem, que não possui funções naturais

de criação, deveria expressar sua criatividade de forma externa e “artificial” através de símbolos e tecnologias. Mas a mulher não pode ser destinada totalmente à categoria da natureza, visto que é óbvio que ela é um ser humano maduro, dotado de consciência humana exatamente como o homem: “Ela pode parecer mais à mercê da natureza do que o homem, mas tendo consciência, ela pensa e fala; ela gera, comunica e manipula símbolos, categorias e valores” (Ortner, 2010, p. 103). Devido ao seu corpo e por ter consciência e participação social, a mulher surgiria, assim, como intermediária entre a cultura e natureza, sendo inferior ao homem.

O segundo nível de discussão afirma: “O corpo feminino e suas funções coloca-a em papéis sociais que, por sua vez, são considerados como sendo de uma classe inferior no processo cultural”. Aqui, a autora se refere à detenção feminino ao contexto familiar doméstico, “um confinamento motivado sem dúvida por seu processo de lactação” (Ortner, 2010, p. 106). Como veremos no decorrer deste trabalho, esse não parece ser o único motivo para o confinamento feminino.

Mas, mesmo dentro do contexto doméstico, a mulher tem participação inegável no processo de cultura. Ao alimentar e cuidar das crianças, não opera só como vigilante, mas é, na verdade, “o primeiro agente de sua precoce socialização” (Ortner, 2010, p. 109). É ela quem transforma os recém-nascidos em seres humanos culturais, ensinando-lhes modos e meios adequados de comportamento para que se tornem membros maduros de dada cultura. Baseando-se nisso, a mulher é, portanto, o membro mais representativo da cultura.

Como terceiro ponto, a autora coloca que “Os papéis sociais tradicionais femininos, impostos por seu corpo e suas funções, dão-lhe, por sua vez, uma estrutura psíquica diferente, vista como mais próxima da natureza”. Para isso, volta-se aos estudos de Chodorow para afirmar “que os homens são mais objetivos e inclinados a relacionar-se em termos de categorias relativamente abstratas e as mulheres mais subjetivas e inclinadas a relacionar-se em termos de fenômenos relativamente concretos” (Ortner, 2010, p. 111).

Estas diferenças, no entanto, não são inatas ou geneticamente programadas, mas surgem de traços universais da estrutura familiar. Desta forma, “[...] a personalidade feminina, caracterizada por personalização e particularização, pode ser explicada como gerada por classificações estruturais-sociais, ao invés de fatores biológicos inatos” (Ortner, 2010, p. 112).

Ortner (2010) conclui seu texto afirmando que todo o sistema é uma construção da cultura ao invés de um fato da natureza e que a mulher não estaria, na realidade, mais próxima

da natureza do que o homem. Tendo ambos consciência e participação em todos os processos, a aproximação da mulher com a natureza só é mais uma forma estruturalmente enraizada.

De acordo com a autora: “uma cisão cultural diferente pode surgir de uma atualidade social diferente, uma atualidade social diferente pode surgir de uma visão cultural diferente. Portanto, é claro que a situação deve ser discutida de ambos os lados” (Ortner, 2010, p. 118).

Em paralelo com Ortner, Michelle Rosaldo (2012) faz uma associação entre o público e o privado. Essa não era um produto necessário, mas algo “inteligível” da acomodação mútua da história e da biologia humana. Ora, se era a mulher quem paria as crianças e produzia leite, acabava por ser designada como “mãe”, nutrindo e cuidando dos mais jovens.

Acontece que essa capacidade do homem de se colocar em atividades públicas lhe dava um acesso privilegiado “a recursos, pessoas e símbolos que garantiriam suas reivindicações a tratamento preferencial, concedendo-lhe poder e recompensas desproporcionados” (Rosaldo, 2012, p. 13).

Rosaldo (2012) defende que os grupos domésticos, que incluem mulheres e crianças, atividades como cuidar de menores de idade, compartilhar refeições e preparar alimentos não são apenas atividades isoladas, mas sim partes integrantes de um contexto social mais abrangente. Isso significa que essas práticas cotidianas não são apenas tarefas individuais ou familiares, mas também refletem e são influenciadas por normas, valores e dinâmicas sociais mais amplas.

Segundo a autora, esquecemos “que os ‘indivíduos’ que as crianças vão se tornar incluem um sentido, não somente de gênero, mas também de identidade cultural e classe social” (Rosaldo, 2012, p. 16). Quando conceituamos a família como uma entidade separada do mundo exterior, somos levados a pensar que aspectos como amor, altruísmo, gênero, organização do parentesco e a dinâmica da vida familiar não podem ser compreendidos da mesma maneira que analisamos a sociedade como um todo. De acordo com a autora, se as mulheres operam nas esferas domésticas ou familiares, então é nisso que precisamos focar nossa atenção.

Rosaldo (2012) examina ainda as origens e o papel do gênero através de uma lente antropológica, criticando a abordagem essencialista e limitada de algumas feministas que buscam verdades universais sobre a desigualdade de gênero. Segundo a autora, pesquisadoras como Simone de Beauvoir, Kate Millett, Suzan Brownmiller e Adrienne Richer “catalogam os hábitos do passado, a fim de decidir se o gênero feminino pode pretender, através do tempo, ter

adquirido ou perdido ‘bens’ legítimos como poder, autoestima, autonomia e *status*” (Rosaldo, 2012, p. 5).

A autora critica a forma como as feministas têm investigado os registros antropológicos em busca de evidência que possa nos dizer se a “natureza humana” é essa coisa sexista e constrangedora ensinada às mulheres:

Eu reivindicaria que antropologia levada a responder por ideologias e a dar voz a uma verdade humana universal é uma antropologia limitada pelas suposições com as quais ela iniciou e assim incapaz de transcender os preconceitos que suas questões pressupõem. [...] Dito de outro modo, a busca por origens revela uma crença em verdades últimas e essenciais, uma crença sustentada em parte pela evidência transcultural da difundida desigualdade sexual (Rosaldo, 2012, p. 7).

Para Rosaldo (2012, p. 8), assim, havia uma tendência de pensar o gênero, acima de tudo, como a criação de diferenças biológicas que opõe mulheres e homens, “em vez de considerá-la como o produto de relação sociais em sociedade concretas (e mutáveis)”.

A seguir, veremos as ideias de outras duas feministas marxistas: Delphy e Rubin. Ambas argumentam sobre o trabalho doméstico não remunerado realizado pelas mulheres, mostrando como essas relações históricas e culturais também são parte fundamental das dinâmicas econômicas e sociais. Assim, ambos os subtópicos se complementam ao revelar que a opressão feminina não se limita à esfera da produção, mas está profundamente entrelaçada com as relações familiares, sexuais e de gênero, exigindo uma reavaliação crítica das estruturas sociais e econômicas para compreender a complexidade da opressão das mulheres.

2.1.3. O TRABALHO GRATUITO

Christine Delphy (2015), em *O inimigo principal: a economia política do patriarcado*, cita algumas críticas das feministas ao marxismo. Para ela, a linha de pesquisa de Marx não daria conta da opressão comum às mulheres e não estaria centrada em sua opressão, mas nas consequências desta para o proletariado.

Como resultado, três pontos apareceriam como problemas: 1) a opressão das mulheres é vista como uma consequência secundária ou derivada da luta de classes, conforme definida nos termos atuais; 2) a opressão das mulheres persiste mesmo após a destruição do capitalismo e é atribuída principalmente a causas ideológicas, o que implicaria uma abordagem não marxista e mais idealista da ideologia; e 3) esses princípios entrariam em contradição com a dinâmica do movimento, que envolve as mulheres buscando uma dupla exigência, tanto teórica quanto

política, entender as razões estruturais pelas quais a simples abolição das relações de produção capitalista não seria suficiente para sua libertação e ao mesmo tempo se constituiriam como uma força política autônoma.

Delphy (2015, p. 101), no entanto, não pretende fazer uma crítica ao marxismo, mas tenta “fornecer ao movimento o que ele precisa crucialmente agora: as bases para uma análise materialista da opressão às mulheres”.

A autora acredita que, para sobreviver, toda sociedade deve criar bens materiais (produção) e seres humanos (reprodução). Seus estudos centram a análise da opressão às mulheres em sua participação específica na produção e não mais apenas na reprodução. Para isso, o trabalho doméstico e a criação dos filhos são por ela analisados como tarefas produtivas.

Entramos agora no trabalho da mulher feito dentro de casa. Delphy (2015) afirma que na família dá-se uma exploração econômica: a das mulheres. Seus estudos expõem que as tarefas domésticas e a criação dos filhos cabem exclusivamente a elas, que não são remuneradas. E, portanto, “as mulheres têm [...] uma relação específica com a produção, comparável à servidão” (Delphy, 2015, p. 101).

Todas as sociedades, até mesmo as socialistas (no modelo aplicável desde o século XX), baseiam-se, de acordo com a autora, no trabalho gratuito das mulheres. Esses serviços são excluídos do domínio da troca, sendo prestados exclusivamente dentro de uma relação específica com um indivíduo (marido) e, por consequência, não têm valor, não são remunerados. Enquanto isso, a única obrigação do marido é prover as necessidades de sua mulher ou “em outras palavras, manter sua força de trabalho” (Delphy, 2015, p. 102).

Delphy (2015, p. 102) afirma, assim, que “não é a natureza dos trabalhos efetuados pelas mulheres que explica suas relações de produção, longe disso, mas que são essas relações que explicam que seus trabalhos sejam excluídos do mundo do valor”. A partir disso, a autora coloca seis pontos em debate.

O primeiro aponta o seguinte:

[...] as relações de produção acima descritas (não remuneração) como aplicadas ao trabalho doméstico não se limitam às produções consumidas na família (criação dos filhos, tarefas domésticas), mas se aplicam também às produções destinadas ao mercado quando nela produzidas (Delphy, 2015, p. 102).

De acordo com a autora, a presença das mulheres na produção de mercadorias e na criação de bens essenciais é amplamente reconhecida na literatura etnológica, contrariando os

argumentos de ideólogos que justificam o status inferior das mulheres pelo seu papel secundário. A importância econômica das produções efetuadas pelas mulheres ou pelos homens não está ligada com a preeminência social de um ou do outro sexo. Pelo contrário, as evidências, tanto etnológicas quanto sociológicas, sugerem uma relação inversa: “as classes dominantes obrigam as classes que elas subjagam a efetuar o trabalho produtivo” (Delphy, 2015, p. 103).

Quando um proprietário rural não podia pagar um empregado, ele então se casava. Um homem sozinho não poderia manter uma fazenda sem um trabalho dobrado. É por isso que vemos que, independentemente das atribuições da mulher na propriedade, seu trabalho é e sempre foi absolutamente necessário.

Delphy (2015, p. 104) afirma que “histórica e etimologicamente, a família é uma unidade de produção”. Enquanto a gratuidade do trabalho dos homens é rechaçada, a das mulheres é institucionalizada tanto na prática quanto na contabilidade do Estado (status de ajudante familiar), além de ser, também, nas reivindicações dos partidos de oposição. A implicação disso, diz Delphy (2015, p. 105), é que “o trabalho da mulher, incorporado à produção do casal, não merece salário ou, antes, [...] que o trabalho da mulher pertence ao marido”.

Ponto 2: “não há diferença entre os serviços domésticos realizados pelas mulheres e os outros bens e serviços ditos produtivos, realizados e consumidos na família” (Delphy, 2015, p. 106). Resumindo esse ponto de discussão, Delphy (2015) acredita que homens e mulheres criam juntos: a) valores de uso que são virtualmente valores de troca, pois os dois produzem leite, ovos, alimentam porcos e fazem produtos agrícolas para seu consumo e para troca; b) valores de uso que são contabilizados na produção (no produto nacional bruto, por exemplo); e, c) valores de uso produtivos que não diferem dos valores de uso não produtivos criados pelo trabalho doméstico.

Como ponto 3, Delphy (2015, p. 107) apresenta que:

Assim como há continuidade e não cesura entre as atividades que objetivam o autoconsumo, denominadas produtivas, e as atividades que objetivam o autoconsumo, denominadas não produtivas (as atividades domésticas), há continuidade entre os serviços fornecidos gratuitamente pelas mulheres e os serviços comercializados.

A autora afirma que, hoje em dia, muitas operações de transformação das matérias-primas brutas em produtos consumíveis são industrializadas. E essas transformações são consideradas como “produções e contabilizadas oficialmente no produto nacional” (Delphy,

2015, p. 107). Ou seja, quando as mulheres fazem esses serviços para fora de casa, eles são remunerados; dentro de casa, não. Essa é mais uma prova de que a gratuidade não depende da natureza dos trabalhos.

Todos os serviços domésticos existem no mercado: restaurantes vendem comidas, creches e babás cuidam das crianças, empresas de limpeza executam os trabalhos de manutenção, diaristas faxinam... “Se a maioria dos ‘lares’ prefere comprar a comida bruta é porque o trabalho doméstico é gratuito e inteiramente fornecido pelas mulheres” (Delphy, 2015, p. 108).

Ponto 4: “Hoje, a apropriação da força de trabalho das mulheres tende a se limitar à exploração (o fornecimento gratuito por elas) do trabalho doméstico e à criação dos filhos” (Delphy, 2015, p. 109).

Com a industrialização, a família perde sua função como unidade de produção, exceto em alguns setores específicos. A industrialização implica principalmente que a produção destinada ao mercado não pode mais ser realizada dentro da família. Assim, essa produção não pode mais contar com o trabalho não remunerado das mulheres ou de seus filhos. “A consequência imediata da impossibilidade de explorar totalmente a força de trabalho das mulheres é sua entrada na indústria como assalariadas” (Delphy, 2015, p. 110).

No entanto, mesmo podendo trabalhar fora de casa, a mulher ainda não é livre, uma vez que o marido continua se apropriando de grande parte dessa força de trabalho. Ela continua tendo que fazer gratuitamente o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos. Trabalhar fora de casa não a dispensa das tarefas domésticas. Delphy (2015) fala que para que a mulher tenha certa independência econômica, ela só é livre para ter uma dupla jornada de trabalho. Ao fim desse cálculo, percebemos que a mulher não ganha “quase nada” (Delphy, 2015, p. 111).

O ponto 5 considera que “A partir desses dados, é possível agora esboçar os princípios de uma análise de classes” (Delphy, 2015, p. 111). Segundo a autora:

Constata-se a existência de dois modos de produção em nossa sociedade: a maioria das mercadorias é produzida no modo industrial; os serviços domésticos, a criação dos filhos e algumas mercadorias são produzidos no modo familiar. O primeiro dá lugar à exploração capitalista. O segundo, à exploração familiar, mais exatamente, patriarcal. [...] Embora o trabalho agrícola, manual ou comercial gratuito possa ser fornecido tanto por homens quanto por mulheres por serem membros da família, o trabalho doméstico gratuito é efetuado exclusivamente por elas, na qualidade de mulheres do chefe de família (Delphy, 2015, p. 111).

Resumidamente, o assalariado depende do mercado, enquanto a mulher casada depende de um indivíduo. Enquanto o assalariado vende sua força de trabalho, a mulher casada dá a sua: exclusividade e gratuidade estão intrinsecamente ligadas.

Ponto 6: “O fornecimento gratuito de trabalho no contexto de uma relação global e pessoal (o casamento) constitui precisamente uma relação de escravidão” (Delphy, 2015, p. 113).

A apropriação e a exploração do trabalho das mulheres no casamento constituem a opressão comum a todas elas. Sendo destinadas a se tornar “a mulher de alguém”, formam uma única classe. Ao participarem da produção capitalista, entram também em outras relações de produção. Assim: “No que diz respeito às mulheres, fundamenta-se seu pertencimento de classe ora em uma definição marxista da classe – em sua relação com a produção –, ora resgatando a definição das mulheres como propriedade e extensão do marido” (Delphy, 2015, p. 114).

A exploração patriarcal é a opressão comum, específica e principal das mulheres. É comum porque afeta todas as casadas, específica porque apenas as mulheres são obrigadas a fornecer serviços domésticos gratuitos e principal porque, mesmo quando trabalham fora, são exploradas como mulheres. As condições materiais das profissões, por sua vez, são moldadas pela exploração patriarcal, revelando a independência entre os sistemas capitalista e patriarcal.

Por esse motivo, segundo Delphy (2015, p. 116): “de imediato, pode-se afirmar que a libertação das mulheres não se dará sem a destruição total do sistema de produção e de reprodução patriarcal”. A libertação das mulheres exige uma transformação radical das estruturas fundamentais de todas as sociedades, dada a centralidade desse sistema em todos os contextos conhecidos. Esse processo de mudança só será possível através de uma revolução, em que o movimento de libertação das mulheres deve focar na conquista do poder político e se preparar para uma luta transformadora.

A mobilização, de acordo com Delphy (2015), deve se dar considerando a opressão patriarcal e incluir todos os indivíduos oprimidos pelo patriarcado, ou seja: todas as mulheres.

É também sobre o trabalho doméstico e a reprodução do trabalho que Gayle Rubin (2012) esboça sua teoria. A autora aponta uma falha do marxismo clássico em exprimir ou conceituar a opressão sexual:

[...] a falha deriva do fato de que o marxismo, enquanto teoria da vida social, de certa forma não se ocupa da questão do sexo. No mapa de Marx do mundo social, os seres humanos são trabalhadores, camponeses ou capitalistas; o fato de que são também homens e mulheres parece não ter muita importância (Rubin, 2012, p. 2).

Marx (2017, p. 195), no entanto, considera o trabalho de reprodução e manutenção de si mesmo:

Dado o indivíduo, a produção da força de trabalho consiste na reprodução de si mesmo ou sua manutenção. Para sua manutenção é-lhe necessária determinada quantidade de meios de subsistência [...] A força de trabalho se põe em ação apenas pelo trabalho. Mas com isso determinada quantidade de músculo, cérebro, nervo etc. se desgasta, e exige reparação.

Marx (2017) define a reprodução da força de trabalho como o processo pelo qual os trabalhadores adquirem os bens necessários para manter sua saúde, vida e capacidade de trabalho. Isso inclui alimentos, roupas, moradia, combustível, entre outros. Entretanto, mesmo que os trabalhadores recebam salários para comprar esses produtos básicos, esses itens não estão imediatamente prontos para uso. É necessário trabalho adicional, como preparação de alimentos, lavagem de roupas, limpeza, entre outros cuidados domésticos, para transformar esses produtos em condições adequadas para o consumo.

Quem vai realizar esse trabalho é a mulher. De acordo com Rubin (2012), não é remunerado e muitas vezes é ainda invisível economicamente, mas é essencial para a reprodução diária da força de trabalho dos trabalhadores que produzem mais-valia para os capitalistas. Portanto, ao realizar em sua forma doméstica não remunerada, as mulheres estão inseridas no sistema de geração de mais-valia, uma vez que reduz os custos de reprodução da força de trabalho que seriam necessários se essas tarefas fossem remuneradas ou socializadas de outra forma.

De acordo com a autora, o capitalismo retomou e pôs em circulação conceitos de masculino e de feminino que o antecedem de muitos séculos (Rubin, 2012). A análise de Marx sobre a reprodução da força de trabalho não explicaria por que são as mulheres, e não os homens, que fazem o trabalho doméstico.

Mais uma vez, a autora cita Marx: “Ao contrário, portanto, do que se dá com as outras mercadorias, faz parte da determinação do valor da força de trabalho um elemento histórico e moral [...]” (Rubin, 2012, p. 5). É justamente esse “elemento histórico e moral” o que determina que as necessidades de um trabalhador incluam a presença de uma mulher, que o trabalho doméstico seja tradicionalmente realizado por mulheres e não homens, e que o capitalismo seja

influenciado por uma longa tradição na qual as mulheres não têm igualdade de herança, liderança ou acesso ao discurso público. Este "elemento histórico e moral" dotou o capitalismo de uma herança cultural que molda as noções de masculinidade e feminilidade. Ele abrange todo o campo da sexualidade, do sexo e da opressão sexual. A breve menção de Marx serve para destacar a vastidão da vida social que ele aborda e ao mesmo tempo deixa de analisar completamente. A estrutura da opressão sexual só pode ser compreendida através da análise rigorosa desse "elemento histórico e moral".

Já Engels (1987), em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, como visto, chega próximo ao que queremos e devemos, de acordo com Rubin, estudar, pois, de acordo com o autor:

Segundo a concepção materialista, o fator determinante da história é, em última instância, a produção e a reprodução imediata da vida. *Também aqui temos um caráter dual: por um lado, a produção dos meios de existência, de alimentos, de roupas, de abrigo e das ferramentas necessárias para essa produção; por outro lado a produção dos próprios seres humanos*, a multiplicação da espécie. A organização social sob a qual o povo de uma determinada época histórica e uma determinada nação vive é determinada por ambas as formas de produção: pelo estágio de desenvolvimento do trabalho, por um lado, e da família, por outro (Engels, 1987, p. 2).

Essa passagem aponta para um grupo humano que deve fazer mais do que desenvolver sua atividade no sentido de transformar o mundo natural para poder vestir-se, alimentar-se e aquecer-se. Indica que “um grupo humano precisa reproduzir a si mesmo, de geração a geração. As necessidades de sexualidade e procriação devem ser satisfeitas tanto quanto a de alimentar-se” (Rubin, 2012, p. 5).

Conforme a autora, precisamos dar continuidade ao projeto que Engels abandonou quando localizou a subordinação das mulheres num processo no interior do modo de produção: “[...] podemos imitar Engels, mais em seu método que nos resultados a que chegou” (Rubin, 2012, p. 6).

Gayle Rubin vai então propor uma análise marxista dos sistemas de sexo/gênero, pois, esses sistemas não seriam produtos não históricos da mente humana, mas da atividade humana histórica. Precisamos, segundo a autora, de uma análise da evolução da troca sexual na mesma linha em que Marx discute em *O Capital* sobre a do dinheiro e das mercadorias, uma vez que existe uma economia e uma política dos sistemas de sexo/gênero que é obscurecida pelo conceito de “troca de mulheres” (Rubin, 2012, p. 29).

Rubin (2012, p. 29) explica que em algumas sociedades existiria um valor equivalente ao de uma mulher: “Uma mulher pode ser trocada por um dote (pago a sua família), e este pode ser trocado por uma mulher”. A autora, então, faz alguns questionamentos para chegar nos acordos estabelecidos para o casamento:

Ela é trocada por outra mulher ou existe alguma mercadoria que lhe equivalha? Essa mercadoria equivale apenas a mulheres ou também a outra coisa? Se tem valor de troca em relação a outras coisas, pode ser convertida em poder político ou riqueza? Por outro lado, o dote (devido à família da mulher) pode ser obtido apenas pela troca conjugal, ou por outra forma? Podem-se acumular mulheres acumulando riquezas? Pode-se acumular riqueza vendendo mulheres? Um sistema de casamento faz parte de um sistema de estratificação? (Rubin, 2012, p. 30)

De acordo com Rubin (2012, p. 31), “existem até alguns dados interessantes que indicam que os sistemas de casamento podem estar relacionados à evolução dos estratos sociais e talvez ao desenvolvimento dos primeiros Estados”. Isso significa que esses sistemas podem estar ligados em diversas formas: na acumulação de riqueza e no acesso diferenciado aos recursos políticos e econômicos; na formação de alianças; e na congregação de indivíduos de posições destacadas dentro de estratos fechados e endogâmicos. Pensando nesse sentido, por exemplo, em grandes chefes de família, que possuíam mais de uma esposa, percebemos que a eles era transferida grande quantidade de riqueza, o que permitia a acumulação. É por esse motivo que “os sistemas sexuais não podem ser entendidos de forma isolada” (Rubin, 2012, p. 32). A análise política e econômica fica incompleta sem considerar a influência das mulheres, do casamento e da sexualidade. Por isso, temas clássicos da antropologia e das ciências sociais, como a evolução da estratificação social e a formação do Estado, precisam ser reavaliados para incorporar as implicações de situações que, por exemplo, geram os ganhos obtidos através das filhas, a transformação do trabalho das mulheres em riqueza para os homens, a utilização da vida das mulheres para consolidar alianças matrimoniais, o impacto do casamento no poder político e as mudanças que todos esses aspectos da sociedade sofreram ao longo do tempo.

2.1.4 A VIRADA FEMINISTA

Feita esta discussão prévia sobre a importância dos estudos específicos de gênero a partir da perspectiva crítica radical marxista, seguimos aqui para autoras que seguem com críticas a Marx por uma suposta limitação para tratar do tema, mas com uma visão distinta sobre o momento de uma “revolução feminista”.

Shulamith Firestone (1976) começa *A dialética do sexo: um manifesto da revolução feminista* afirmando que as classes sexuais são tão enraizadas que se tornam invisíveis. Segundo a autora, na passagem da década de 1960 para a de 1970, pela primeira vez em alguns países as pré-condições para a revolução feminista existiam ou a situação começava a *exigir* essa revolução.

Ainda de acordo com ela, não só toda a cultura ocidental devia ser questionada pelas feministas, como também a própria organização da cultura, e mais: até a própria organização da natureza. Para que seja possível uma revolução feminista, é necessária uma “análise da dinâmica de guerra dos sexos tão completa quanto para a revolução econômica foi a análise de Marx e Engels sobre o antagonismo de classes” (Firestone, 1976, p. 12). Mais completa ainda, na realidade, já que lidamos com um problema ainda mais amplo, “com uma opressão que remonta além da história escrita, até o próprio reino animal” (idem).

De todas as teóricas feministas da época, Firestone (1976) vai considerar Simone de Beauvoir a mais completa e abrangente, por relacionar o feminismo com as melhores ideias da cultura naquele tempo. O que a autora critica, no entanto, é a interpretação existencialista de Beauvoir sobre o feminismo.

Firestone faz uma análise sobre como a mulher pode ter sido biologicamente desfavorecida e admite que o desequilíbrio sexual do poder está baseado biologicamente não significa perder nossa causa, uma vez que:

Nós não somos mais animais há muito tempo. [...] O "natural" não é necessariamente um valor "humano". A humanidade começou a superar a natureza. Não podemos mais justificar a conservação do sistema discriminatório de classes sexuais, sob o pretexto de que se originou na natureza. Parece que, exclusivamente por causas pragmáticas, nós precisamos, na verdade, nos desfazer dele (Firestone, 1976, p. 19-20).

O problema assumiria uma dimensão política, indo além de uma simples análise histórica abrangente, pois perceberíamos que embora o homem tenha adquirido cada vez mais controle sobre as condições biológicas que sustentam sua tirania sobre mulheres e crianças, tem poucos incentivos para renunciar a essa tirania.

Para assegurar a eliminação das classes sexuais, de acordo com a autora, seria preciso uma revolução da classe baixa (as mulheres) e a tomada do controle da reprodução, ou seja, “a restituição às mulheres da propriedade dos seus próprios corpos, bem como do controle feminino da fertilidade humana” (Firestone, 1976, p. 21). Como meta final da revolução

feminista, precisaríamos ter a eliminação da própria distinção sexual, quer dizer, defender que as diferenças genitais não signifiquem mais nada culturalmente.

Firestone (1976, p. 21) defende a “volta a uma pansexualidade”, de maneira que:

[...] a forma do nascimento das crianças seria idêntica para o homem e a mulher, [...] ambos se sentiriam independentes em relação ao nascimento; a dependência que a criança tem da mãe (e vice-versa) daria lugar a uma dependência muito reduzida de um pequeno grupo mais genérico, e qualquer vestígio de inferioridade com relação aos adultos referente à força física seria compensado culturalmente (Firestone, 1976, p. 21).

Para isso, seria preciso uma revolução sexual mais ampla do que foi a revolução socialista (no socialismo “real”), “para verdadeiramente erradicar todos os sistemas de classes” (Firestone, 1976, p. 22). Firestone (1976) não vai dispensar os *insights* dos socialistas. Pelo contrário, a autora vai defender que o feminismo radical amplia as análises socialistas, dando a elas uma base ainda mais profunda em condições objetivas e explicando, com isso, muitas das suas questões insolúveis.

Catharine A. MacKinnon (2016, p. 4) concorda com Firestone, ao dizer que “a sexualidade é para o feminismo o que o trabalho é para o marxismo: aquilo que é mais próprio de alguém, porém, aquilo que mais lhe é retirado”. Para a autora, assim como o trabalho é para o marxismo algo socialmente construído e ao mesmo tempo capaz de construir, a sexualidade o é para o feminismo. Ambos são universais como atividade, mas, ainda assim, historicamente específicos; são compostos, conjuntamente, de matéria e mente.

Marxismo e feminismo são abordagens que analisam o poder e sua distribuição desigual, fornecendo explicações sobre como estruturas sociais que perpetuam disparidades podem ser percebidas como coerentes internamente, apesar de injustas. MacKinnon (2016, p. 10) então se questiona se “seria a dominação masculina uma criação do capitalismo ou seria o capitalismo uma expressão da dominação masculina”. De acordo com a autora, o sexo, na visão feminista, divide classes, sendo um fato que marxistas tendem mais a negar ou ignorar do que explicar ou alterar: “A dor, o isolamento e a objetificação das mulheres [...] são difíceis de serem vistos como formas de opressão por aqueles privados de recursos materiais” (idem, p. 10).

Mas, para MacKinnon (2016, p. 11), o marxismo foi mal compreendido, pois:

A teoria marxista *tem* tradicionalmente tentado abranger todas as variantes sociais significativas em termos de classe. A esse respeito, o sexo, do mesmo modo que a raça e a nação, tem sido um desafio indigesto, mas persistente à exclusividade da classe como explicação social (MacKinnon, 2016, p. 11).

A discussão sobre a mulher acaba sempre reduzida a alguma outra coisa, ou seja, ao invés de ser vista como a questão, que exige análises em seus próprios termos. Essa incapacidade de conter o marxismo e feminismo em termos iguais provêm, para a autora, da incapacidade de confrontar cada uma em seu próprio terreno: método. A tarefa para a teoria seria, dessa forma, a de investigar os conflitos e interligações entre os métodos, enfatizando a análise das condições sociais sob essas categorias fundamentais. Nosso desafio é mostrar que o feminismo converge para uma explicação da desigualdade sexual, passando por uma abordagem distinta de seu objeto de estudo, que, contudo, é aplicável a todas as facetas da vida social, incluindo a classe.

Para melhor explicar como as duas teorias devem se relacionar, MacKinnon (2016, p. 22) parte para a “mulher como construção social”: “Sua versão contemporânea na sociedade industrial é dócil, suave, passiva, que se ocupa dos demais, vulnerável, fraca, narcisista, infantil, incompetente, masoquista e doméstica, feita para o cuidado dos filhos, da casa e do marido”. Qualquer mulher que resistir ou fracassar a isso é considerada menos feminina, “menos mulher”.

Disso, portanto, entendemos que “cada elemento do estereótipo do *gênero* feminino é revelado como, de fato, *sexual*” (MacKinnon, 2016, p. 23). A sexualidade, de acordo com a autora, tem sido dividida em diferentes campos paralelos, como religião ou biologia, moralidade ou psicologia. Mas quase nunca é entendida como política. Suas investigações, no entanto, vão mostrar que “estupro, incesto, assédio sexual, pornografia e prostituição não são primordialmente abusos de força física, violência, autoridade ou economia. São abusos de sexo” (MacKinnon, 2016, p. 27). A sexualidade seria, dito isso, uma forma de poder.

A sexualidade da mulher existe para outra pessoa – socialmente, um homem. Ser mulher é ter a capacidade de despertar o desejo naquele outro. Para responder a isso, MacKinnon (2016, p. 29) utiliza o conceito feminista do pessoal como político.

O pessoal é político não é uma metáfora e não é uma analogia. Não significa que o que ocorre na vida pessoal é similar a, ou comparável com, o que ocorre na arena pública. [...] Significa que a experiência distintiva das mulheres como mulheres ocorre dentro da esfera que tem sido socialmente vivida como o pessoal [...] de modo que o que é *conhecer a política* da situação da mulher é conhecer a vida pessoal das mulheres.

A afirmação de que o pessoal é político implica que a estrutura de poder baseada no gênero pode ser revelada e confirmada através da vivência íntima da objetificação sexual das

mulheres. E essa experiência política das mulheres, da vida como objetos sexuais, faz com que surja seu próprio método de apropriação da realidade: o método feminista.

Até então, homens têm criado o mundo a partir do seu próprio ponto de vista, fazendo com que isso se torne “a verdade a ser descrita” (MacKinnon, 2016, p. 33). Para eles, a posição epistemológica seria a objetividade, uma visão à distância e a partir de nenhuma perspectiva particular. Mas isso porque, de acordo com MacKinnon (2016, p. 37), “o homem fode a mulher”.

Para a autora, essa análise traz à tona a distinção entre objetificação e alienação.

Objetificação no materialismo marxista é concebido como sendo o fundamento da liberdade humana, o processo laboral por meio do qual o sujeito se encarna em produções e relações. [...] Alienação é a distorção socialmente contingente do processo, uma reificação dos produtos e das relações que impede o processo ser visto como dependente da agência humana (MacKinnon, 2016, p. 37).

Mas, para as mulheres, não há distinção entre alienação e objetificação, isso porque as mulheres não são as autoras da objetificação, nós somos o objeto: “As mulheres têm sido a natureza, a matéria, aquilo sobre o que se atua, submetidas pelo sujeito atuante buscando encarnar-se no mundo social” (MacKinnon, 2016, p. 38). Autoconhecer-se como objeto ou conhecer sua própria alienação “impõe o problema do relato da consciência feminina que o feminismo oferece” (idem, 2016, p. 38).

Sendo assim e para explicar a consciência da mulher, o feminismo deveria reconhecer que o poder masculino não apenas molda, mas também origina o mundo, antes de distorcê-lo. É preciso entender que o poder masculino é real, mas não é a única realidade, como se pretende ser. “Conscientizar-se é confrontar o poder masculino na sua dualidade: de um lado, total, de outro, uma ilusão. Na conscientização, as mulheres aprendem que elas *aprenderam* que ‘os homens são tudo, as mulheres sua negação’, mas que os sexos são iguais” (MacKinnon, 2016, p. 39).

MacKinnon (2016) afirma, assim, que como o método marxista é o materialismo dialético, o método feminista seria a conscientização. Precisamos reconstruir coletivamente a crítica do significado da experiência social das mulheres, entender como vivemos. A conscientização iria, desta forma, investigar uma situação intrinsecamente social, “aquela mistura de pensamento e materialidade que é a sexualidade das mulheres em seu sentido mais genérico” (MacKinnon, 2016, p. 40).

De acordo com a autora, o feminismo se assemelha ao marxismo da mesma forma que o marxismo se relaciona com a economia política clássica: oferecerá uma conclusão final e uma crítica definitiva. E, em um movimento dual, “o feminismo vira o marxismo do avesso e o coloca de cabeça para baixo” (MacKinnon, 2016, p. 41).

A partir dessas discussões de autoras feministas, partiremos a seguir para a descrição e análise das contribuições críticas de Roswitha Scholz, a qual compreendemos ser relevante, a partir de determinado conceito teórico, para a exploração das mulheres na sociedade patriarcal capitalista e em sua intersecção com a Comunicação.

2.2 DISCUSSÃO SOBRE FEMINISMOS MARXISTA A PARTIR DE ROSHITA SCHOLZ

Roswitha Scholz é uma teórica feminista e marxista contemporânea nascida na Alemanha, reconhecida por suas contribuições críticas à teoria feminista e à Economia Política. Seu trabalho se concentra na análise das interseções entre patriarcado e capitalismo, destacando como esses sistemas estão entrelaçados na perpetuação das desigualdades de gênero.

Scholz (1996, 2000, 2011) é autora de várias obras influentes que exploram o papel do trabalho feminino, tanto dentro quanto fora do mercado formal, na acumulação de capital e na exploração das mulheres. Ela argumenta que uma compreensão completa da opressão de gênero requer uma análise que incorpore raça, classe e sexualidade, enfatizando a necessidade de um movimento feminista que seja simultaneamente anticapitalista e antipatriarcal.

Embora suas obras não sejam tão amplamente conhecidas fora de círculos acadêmicos específicos, Scholz é considerada uma voz importante na crítica feminista contemporânea, influenciando debates sobre estratégias de luta e teoria feminista radical.

No segundo tópico deste capítulo, explicamos o teorema do valor-clivagem de Roswitha Scholz; logo em seguida, fazemos uma associação entre a autora e outras feministas marxistas; passamos então para uma crítica de Scholz e de Arruzza (2018, 2023) a certos feminismos liberais; fazemos um adendo à Scholz; e, por fim, apontamos nossa primeira crítica ao livro *A Dona de Casa Digital*.

Cabe destacar que a base desta parte do trabalho é uma leitura feita por Scholz a partir de Leite (2020), cuja abordagem se diferencia por adotar uma perspectiva mais próxima do

estruturalismo althusseriano. Ainda que este aspecto não seja o foco central da análise aqui desenvolvida, ele informa, de maneira indireta, a forma como certos conceitos são mobilizados.

2.2.1 VALOR-CLIVAGEM

Podemos dizer que, até então, a esquerda contemporânea do século XXI parece limitar-se a duas opções: aderir à socialdemocracia ou ressuscitar a antiga revolução bolchevique. Com Scholz, temos uma terceira possibilidade: a da suplantação do valor. A partir disso, a mais-valia, antes vista como uma simples apropriação jurídica pelos capitalistas e, por conseguinte, uma questão de luta de classes, transforma-se em um fim em si mesma, elevando-se acima de todos os indivíduos. Conforme Leite (2020, p. 209), Scholz sustenta que “a contradição básica de valor enquanto socialização da substância (conteúdos) e a forma (valor abstrato) é determinada pelo gênero”.

Isso dialoga com a proposta do Movimento “Exit! Crítica do Capitalismo” (2007):

Todos os momentos da reprodução social, da vida pessoal e das relações sociais que não são absorvidos na lógica abstracta do valor ou que apenas relutantemente e com perda do seu carácter próprio se deixam inserir na lógica abstracta do valor (cuidar das crianças, “trabalho doméstico”, “trabalho amoroso e de relacionamento”, funções de amortecimento socio-psíquicas etc.) foram dissociados do universo político-econômico e definidos historicamente como “femininos”. O capitalismo, portanto, não é somente a conexão de suas formas categoriais, mas sempre também um processo de dissociação. A relação de valor é simultaneamente uma relação de dissociação de determinados momentos da reprodução social e somente as duas juntas podem formar o conceito crítico da sociedade moderna. O valor e o seu sujeito são definidos como estruturalmente masculinos (Exit, 2007).

Antes das teses de Scholz, nenhum outro da nova crítica do valor colocava a questão de gênero na centralidade das suas análises. Mas incorporar a especificação de gênero à crítica é fundamental para compreender a atualidade. Disso surge o teorema do valor-clivagem.

As grandes narrativas sobre binarismo, como “coisas de menino” e “coisas de menina”, que sustentaram o sujeito universal do Iluminismo (branco e macho), foram essenciais para dividir o valor total em forma-valor (masculina) e valor-dissociação (feminino). Ambas são produtivas na medida em que contribuem para a valorização do valor, destacando-se o valor associado à forma (masculina) e à dissociação (feminina), enquanto o valor feminino é frequentemente ligado à reprodução e não à produção. Essa dissociação está centrada no valor,

não no sujeito, resultando em um patriarcado estrutural, em vez de apenas uma ideologia binarista, de supremacia masculina.

O teorema do valor-cisão insiste na conexão constitutiva interna entre dominação masculina e sociedade capitalista. De acordo com isso, a socialização pelo valor depende necessariamente da produção constante de um “outro” cindido, inscrito como feminino, no qual são externalizados todos aqueles elementos que não encontram lugar na racionalidade mercantil objetivada (Trenkel, 2018).

O grande diferencial de Roswitha Scholz é sua análise que leva a clivagem para o âmbito da economia e da produção de riqueza, evidenciando que o patriarcado capitalista é inerente ao sistema capitalista e permanecerá intransponível enquanto este perdurar.

As categorias "masculino" e "feminino" são construções ilusórias baseadas no sexo biológico, que atribuem uma série de características narradas como essenciais ou energéticas, dividindo a humanidade em dois gêneros de forma binária. O Iluminismo perpetuou um discurso que associa essencialmente as mulheres à feminilidade (sensibilidade e amor) e os homens à masculinidade (coragem e inteligência), sem considerar a diversidade individual. Scholz propõe uma teoria do valor que reconhece essa dissociação entre masculino e feminino como uma influência nas formas econômicas. De acordo com Leite (2020, p. 222), ela avança, pois:

Partindo de Adorno, ela demonstra que as metanarrativas da sociedade, caudatárias da razão instrumental, tendem a universalizar tudo em categorias metafísicas como se fossem também ontológicas. A masculinidade e a branquitude são tomados como universais ontológicos, que Scholz vai denunciar como falsificações da ideologia que se comutam em estruturas da valorização do valor.

No entanto, segundo Scholz (2009), devemos rejeitar a ideia de que as relações de gênero no capitalismo sejam apenas um resíduo de estruturas pré-capitalistas. O modelo do núcleo familiar que conhecemos hoje, por exemplo, só surgiu no século XVIII, assim como as distinções entre esferas públicas e privadas, tal como as entendemos atualmente, também são produtos da modernidade. Assim, a autora afirma que: “O que eu reivindico aqui, portanto, é que o início da modernidade não apenas marcou o nascimento da produção capitalista de mercadorias, mas que ele também viu a emergência de um dinamismo social que repousa sobre a base de relações do valor-dissociação” (Scholz, 2009, p. 7).

O método materialista proposto por Roswitha Scholz indica que a especificação sexual da forma-valor é fundamental para um feminismo radicalmente anticapitalista que considera as diferenças de gênero. Ela busca integrar a multidimensionalidade teórica das relações entre os

sexos, utilizando sua formação original em psicanálise, antropologia e psicologia social, com as hipóteses da crítica do valor. Esse é o cerne de sua teoria do valor clivado.

2.2.1.1. O VALOR É HOMEM

Para compreender o conceito de "valor-clivagem" de Scholz, é essencial partir do conceito histórico de "valor", conforme abordado por Marx (2017). No sistema capitalista, o valor das mercadorias não se origina de sua utilidade direta, mas sim de uma relação social fetichizada. Marx argumenta que, nas mercadorias, o valor se manifesta como uma relação social entre as pessoas, mas essa relação se oculta, aparecendo nas mercadorias como se fosse uma qualidade intrínseca delas. As mercadorias, então, passam a representar o trabalho passado — uma quantidade específica de energia humana, ou trabalho, que foi socialmente despendida no processo de trabalho remunerado. A forma do valor, para o autor, é o dinheiro, que assume a função de representar de maneira geral o valor de todas as mercadorias.

O capital produtivo se reproduz através do trabalho que transforma matéria-prima utilizando os meios de produção. Matérias-primas, instrumentos e força de trabalho são todas mercadorias cuja identidade é determinada pelo valor atribuído, definido pela quantidade de tempo de trabalho social incorporado nelas. O valor de uma mercadoria industrializada excede o da matéria-prima devido ao trabalho social adicionado. Isso significa que o valor de uma mercadoria não corresponde ao seu valor de uso, mas sim ao seu valor de troca. Todas as coisas, inclusive pessoas, adquirem uma identidade baseada no processo de valorização como mercadorias (Marx, 2017).

Esse processo de fetichismo da mercadoria, conforme Marx (2017), gera uma inversão nas relações sociais. As pessoas, em vez de serem vistas como participantes de um processo social coletivo de produção, são reduzidas a produtoras privadas de mercadorias. Elas se tornam indivíduos isolados, que parecem não ter relações diretas entre si, sendo tratadas como unidades separadas e independentes. Por outro lado, as mercadorias, que são produtos dessa produção social, são colocadas em relação umas com as outras com base na quantidade abstrata de valor que representam, e não por suas qualidades materiais ou pela interação social entre os indivíduos que as produzem. Essa inversão das relações, que Marx chama de fetichismo da mercadoria, é o ponto de partida para entender a clivagem do valor em uma sociedade capitalista.

As pessoas não se relacionam (do ponto de vista da produção) e são coisificadas (porque seu trabalho é uma mercadoria como qualquer outra coisa). As mercadorias relacionam-se (para formar o valor), pelo que são animadas, de maneira quase personificada. Esse fenômeno que “põe de pernas pro ar o relacionamento entre as pessoas e os produtos materiais” é o que a crítica do valor considera fetichismo, o qual, sob essa concepção, não é um produto psíquico, mas uma condição da estrutura produtiva (Leite, 2020, p. 233).

No entanto, a forma de valor não abrange completamente a totalidade; ela opera uma dissociação abstrata da esfera concreta. Portanto, qualquer esforço teórico marxista, incluindo a crítica do valor, que ignore isso, não será capaz de compreender plenamente as múltiplas relações na sociedade burguesa, incluindo as relações de gênero.

Na perspectiva de Scholz (2000), o marxismo das últimas décadas falhou em criticar adequadamente o fetichismo que subordina os seres humanos às relações entre mercadorias. Isso ocorreu porque muitos relegaram a radicalidade de *O Capital* ao campo da Filosofia, ignorando sua importância crucial na análise material do modo de produção. Para a autora, o fetichismo nunca poderia ser negligenciado ou separado da economia política, pois sua compreensão é fundamental para libertar qualquer teoria das limitações impostas pelas categorias do capitalismo.

A crítica do valor resgata esse aspecto marginalizado, colocando o fetiche negativo da forma supostamente natural do valor no centro das atenções, com o objetivo de reformular radicalmente a crítica social no marxismo. O fetichismo é um fenômeno específico da sociedade capitalista, uma sociedade que produz mercadorias.

De acordo com Scholz (2000), foi apenas o capitalismo moderno que criou uma forma de mercadoria voltada para mercados anônimos, separada e autonomizada do restante da vida e de outras formas de relacionamento, ao mesmo tempo em que domina o processo da vida social.

A produção de mercadorias, as relações monetárias e a “economia de mercado”, como contexto sistêmico geral, só nasceram porque o valor, e com ele a sua forma de manifestação, o dinheiro, se transformaram, de um simples meio que mediava produtores realmente independentes (economia familiar etc.), num fim em si social universal: o dinheiro foi reacoplado a si mesmo como capital, para se “valorizar”, ou seja, para fazer do dinheiro “mais dinheiro” (mais-valia) num processo imparável (Scholz, 2000).

Essa capacidade do capital em se autovalorizar de forma contínua e permanente repousa sobre dois pilares fundamentais que distinguem o capitalismo de qualquer modo produtivo anterior. O primeiro é que os bens de uso não constituem a maior parte da produção, servindo apenas como suporte para a abstração do valor, já que as necessidades humanas são apenas um

subproduto da acumulação de capital. O fetichismo moderno cria uma inversão ao transformar o trabalho abstrato em um fim em si mesmo.

O segundo pilar é o próprio trabalho abstrato, em que a força de trabalho humana é convertida em uma mercadoria comum, despojada de qualquer autonomia e submetida ao mercado de trabalho, de modo que as escolhas são inexistentes — tudo é heterodeterminado. “As pessoas não produzem aquilo de que realmente necessitam para seu uso e, na maioria das vezes, não têm acesso ao uso do que produzem. Esse é o fetichismo sobre o qual a crítica se debruça” (Leite, 2020, p. 235).

N’*O Capital*, Marx (2017) argumenta que o valor das mercadorias não é uma qualidade intrínseca das coisas, mas uma relação social de produção fetichizada. Em sua análise: "O valor das mercadorias é determinado pela quantidade de trabalho necessário para produzi-las, e o trabalho assume uma forma abstrata, de modo que o trabalho específico e concreto, que cria objetos úteis, é desvalorizado" (Marx, 2017, p. 49).

Nesse sentido, o capitalismo cria a "forma-valor", onde a produção de mercadorias e a busca pela valorização do valor se tornam um processo automático, deslocando as relações humanas e sociais para o plano das mercadorias e do dinheiro. As pessoas, portanto, são reificadas, ou seja, tratadas como coisas dentro do processo de produção, perdendo suas relações sociais diretas. Como Marx (2017, p. 100) descreve: "No processo de troca de mercadorias, as relações sociais entre os indivíduos se vestem da forma das relações entre mercadorias".

Assim, a transformação do trabalho em trabalho abstrato não apenas desumaniza o trabalhador, mas também reforça a estrutura patriarcal do capitalismo, pois as mulheres, ao serem excluídas do processo produtivo e suas contribuições não reconhecidas, continuam marginalizadas. Marx (2017), ao discutir o fetichismo da mercadoria, também fornece um entendimento de como as mulheres, enquanto categoria social, são invisibilizadas dentro dessa lógica de valor. O patriarcado, como uma forma de organização social que é parte integrante da produção capitalista, resulta em uma opressão estrutural, refletida no papel secundário que as mulheres ocupam no sistema econômico e social.

Se o trabalho abstrato e o valor aparecerem sempre de modo sexualmente neutro, outras atividades que permanecem fora da forma-valor vão continuar sendo omitidas. “Mesmo quando

executadas por homens, permanecem ‘atividades femininas’ e dissociadas do valor” (Leite, 2020, p. 236). Scholz (2000) explica melhor:

[...] verifica-se uma “dissociação” especificada sexualmente, mediada dialeticamente com o valor. O dissociado não é nenhum simples “sub-sistema” desta forma (como por exemplo o comércio externo, o sistema jurídico ou até a política), mas é essencial e constitutivo da relação social total. [...] A dissociação é o valor e o valor é a dissociação. Cada um está contido no outro, sem ser idêntico a ele.

A totalidade da forma valor é desmentida ao passo que existe algo que não pode ser compreendido no valor, que é por ele dissociado. Scholz (2000) afirma que as atividades femininas de reprodução, que representam o reverso do trabalho abstrato, não podem ser simplesmente cobertas com o conceito abstrato de trabalho. Nas atividades dissociadas, de acordo com a autora, incluem-se tanto o afeto, a assistência, os cuidados aos doentes e incapazes, como também o erotismo, a sexualidade e o amor, além dos sentimentos, das emoções e das posturas que são contrapostas à racionalidade da economia empresarial do trabalho abstrato e que se opõem à categoria trabalho.

O valor e sua dissociação estão intrinsecamente relacionados de maneira dialética: não se derivam um do outro, mas são dois momentos simultâneos que se pressupõem mutuamente. Segundo Scholz (2000), a clivagem do valor transcende até mesmo as categorias específicas da forma-mercadoria e deve ser entendida através de uma lógica superior que organiza a produção capitalista e molda a sociedade.

Para a autora, é preciso começar o entendimento pelo processo global do capitalismo – a valorização do valor – e não pela forma mercantil. Nesse contexto, a sociabilidade no capitalismo, que é fetichista ao ser fundamentada no valor masculino, configura-se através de um patriarcado específico, no qual as mulheres são excluídas desde o princípio. Assim sendo, não importa se são os homens que estão lavando a louça, limpando a casa ou cuidando dos filhos e as mulheres trabalhando de forma assalariada, “porque se trata da forma, e não do conteúdo” (Leite, 2020, p. 238).

O valor se consolidou como uma forma exclusivamente masculina. Essa forma-valor se movimenta sozinha, sem manipulação de nenhum sujeito de carne e osso. Dessa forma, o valor é masculino e é o sujeito automático do fetichismo. “Se o valor é ‘homem’ e se mobiliza autonomamente, a continuidade do capitalismo é a perpetuação do patriarcado. Trata-se de uma conclusão lógica” (Leite, 2020, p. 238). Em resumo, todas as nossas atividades na vida se resumem a valorizar o valor. Se o valor é estruturalmente masculino, então o trabalho também

o é, contribuindo para a criação de uma sociedade onde as mercadorias são fetichizadas. Portanto, o fetichismo também é, sem dúvida, masculino.

As atividades ditas como femininas, como gerar e parir, cuidar dos filhos e dos idosos, limpar a casa, lavar a roupa etc. não são consideradas trabalho abstrato e, portanto, não entrariam na forma do valor. Mas sabemos que a sociedade não consegue se reproduzir e continuar funcionando sem que alguém execute esses serviços.

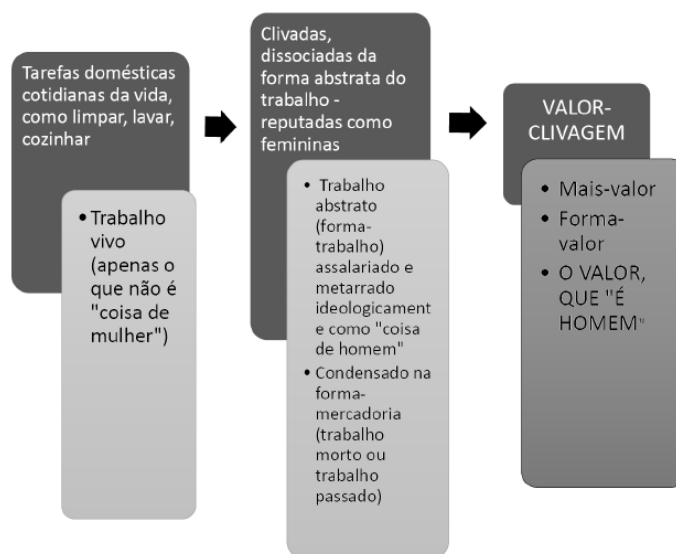
O valor-clivagem é mais do que uma reprodução, pois ele compõe o valor total. O esquema, de acordo com Leite (2020, p. 239), seria o seguinte: “trabalho abstrato >>>>> (este é o valor que “é varão”), atividades femininas >>>>> valor-clivagem”.

O capitalismo é intrinsecamente machista em sua estrutura, não apenas refletido na cultura das sociedades. Essa condição é determinada pelo movimento de abstração do trabalho, sem o qual o valor não se reproduziria. Se todas as atividades humanas fossem simplesmente voltadas para a produção de bens úteis, não haveria uma distinção entre o trabalho abstrato e o não abstrato, e, conseqüentemente, não existiria uma divisão entre "trabalho masculino" (valor) e "atividade feminina" (valor-clivagem). A necessidade do capital de abstrair uma forma específica de trabalho além das ações humanas em geral foi o que separou a existência em masculino e feminino, resultando no patriarcado capitalista, único em sua natureza. Esta construção simbólica binária de gênero é histórica, não sendo ontológica nem atemporal.

Como foi parte estruturante do capitalismo e faz parte da sua morfologia, não pode ser revertida. A divisão das possibilidades existenciais entre ser homem ou ser mulher no capitalismo está diretamente vinculada à abstração do trabalho.

“O valor-clivagem é uma espécie de sombra do valor: está oculto, mas compõe o valor total” (Leite, 2020, p. 240). Para melhor entender isso, Leite (2020) sugere o seguinte esquema:

Figura 1- Valor-clivagem



Fonte: Leite (2020, p. 240).

De um lado, fica o trabalho abstrato que gera valor e, do outro, as atividades “das mulheres”, que não seriam abstraídas como trabalho e são vistas como incapazes de gerar valor. Essas atividades femininas compõem o valor clivado ou dissociado, fundando o conceito “valor-clivagem” de Scholz (2000). Para ela, o valor que se inscreve na forma e o valor clivado são dois lados da mesma moeda – um não existe sem o outro. Portanto, se não existe valor sem clivagem, não existe capitalismo sem binarismo de gênero e, logo, sem o patriarcado. Enquanto existir a valorização do valor total (forma-valor + valor dissociado), existirá machismo.

“O valor total é o capital, são sinônimos” (Leite, 2020, p. 241) e ele não se reproduz só com a forma-valor, é necessário também o valor clivado – as atividades femininas são primordiais para a vida humana. Enquanto alguém vende trabalho abstrato, há alguém que desempenha as atividades dissociadas. E, como dito, segundo o teorema de Scholz (2000), não importa o gênero desses alguém porque, na estrutura, o trabalho abstrato é masculino e as tarefas clivadas são femininas.

Assim, as atividades dissociadas acabam indiretamente contribuindo para a produção do valor total, pois representam um tempo socialmente necessário de trabalho que é pré-requisito para a realização do trabalho valorizável. Portanto, a dissociação do valor também implica o tempo, que mediadamente constitui um tempo de trabalho social necessário para a reprodução do valor.

O valor é centrado no homem e o capitalismo se apropria do patriarcado ocidental com um contorno específico, conectando as relações de gênero aos processos de valorização e acumulação de capital. Por isso, inserir mulheres em trabalhos tradicionalmente associados ao masculino, mesmo na forma de trabalho abstrato, não altera fundamentalmente a estrutura, pois o que é estruturante para o sistema é a forma em si, que ela considera sempre machista. Assim: o machismo é estrutural. Ou seja: “[...] o patriarcado atual (e seus correlatos, como o machismo, o sexismo, a violência de gênero, e a misoginia) só acaba com o fim do capitalismo”. (Leite, 2020, p. 243).

O valor total é, portanto, uma clivagem das formas contraditórias mais unificadas no seio da lógica de produção capitalista. Já o dissociado feminino é o reverso da forma da mercadoria, é a negação da forma mercantil, e as atividades que este compreende são imanentes à sociedade capitalista. Foi apenas no capitalismo que a hierarquização sexual se atrelou à dissociação do valor.

O trabalho clivado (“coisas de mulher”) é socialmente inferior, uma vez que está fora das formas produtivas do capital. Mas é imprescindível que alguém esteja realizando as tarefas dissociadas e não valorizáveis. Só assim é possível que alguém trabalhe nos moldes da abstração laboral. Por esse motivo, Leite (2020) vai afirmar que a mulher que é “apenas” dona-de-casa para que seu homem trabalhe fora é alienada, na medida em que a valorização do valor se expropria dela, indiretamente.

Disso, surge que o papel da mulher é o de estimular o homem, de cuidar dos filhos e dos velhos, cozinhar, lavar e limpar a casa. Aparecem então todas as construções sociais simbólicas sobre a boa mulher, dócil, que acorda cedo para preparar o café do marido e o espera ao chegar em casa; que faz sua janta com amor e, mais tarde, se apresenta sensual e desejável para o sexo. Tudo para incentivar seu esposo a continuar na condição de proletário.

Essas atividades ditas como femininas estão excluídas do trabalho abstrato, ou seja, não são “trabalho” enquanto categoria do capitalismo condenada a gerar valor. Dessa forma, entendemos o patriarcado como uma dominação pessoal do homem sobre a mulher. Esse patriarcado se origina, de acordo com Scholz (2013), no fim do século XVIII e se estende até os dias de hoje como um fenômeno específico, não apenas como continuação, evolução ou desdobramentos dos momentos anteriores.

A partir disso, aos homens, se reservam os domínios da política e da economia, enquanto a mulher deve cuidar das pessoas. Essa estrutura simbólica discursiva se consolidou, graças à razão iluminista, como uma grande narrativa da modernidade, que ao mesmo tempo instrumentalizou a razão e se vinculou ao capitalismo, marcando a clivagem de valores. “Portanto, a construção do valor é sexualmente específica: o valor é homem, o dissociado da forma-valor é mulher” (Leite, 2020, p. 250). A clivagem é a parte oculta da forma do valor, que nem conservadores, nem marxistas tradicionais, nem feministas conseguem enxergar. As mulheres sempre trabalharam. Mas apenas com a reconfiguração metadiscursiva do capitalismo, pela qual toda mulher deve trabalhar – além de cuidar da casa e das crianças –, que uma nova forma do valor-clivagem surgiu, mais específica, no século XXI. As contradições na socialização dupla surgem das tendências de individualização dentro do capitalismo contemporâneo, especialmente nas peculiaridades que afetam o papel individual da mulher sob o neoliberalismo.

Neste modo de produção, a clivagem entre os gêneros, entendida como abstração, adquire uma nova dimensão ao se vincular à forma do valor, tornando o patriarcado ocidental capitalista distinto. Apesar das construções discursivas que sugerem que a dualidade de essências (masculina e feminina), com características detalhadas e delimitadas, seja algo atemporal e ontológico, na verdade, como as conhecemos, são um fenômeno específico das sociedades capitalistas. Scholz (2022, p. 12) afirma:

Apesar do fato de que as mulheres eram amplamente consideradas como inferiores, antes do desenvolvimento de uma esfera pública moderna de larga escala ainda existia para elas uma variedade de possibilidades para ganhar influência social. Em sociedades pré-modernas e no início da modernidade o homem ocupou uma posição amplamente simbólica de hegemonia. As mulheres não estavam ainda exclusivamente confinadas à vida doméstica e à maternidade, como tem acontecido desde o século dezoito. As contribuições das mulheres para a reprodução material em sociedades agrárias eram consideradas como igualmente importantes às contribuições dos homens.

A razão esclarecida e toda a Filosofia moderna redigiram essa grande narrativa segundo a qual a mulher é semirracional: suas qualidades são associadas à emotividade, sensibilidade, sensualidade e tudo que não é considerado cerebral. Mas, para Scholz (2013), o que obrigou a mulher a ocupar apenas um espaço possível, o do lar, foi o processo de valorização do capitalismo, uma vez que o que estrutura a sociedade é o modo de produção e não as ideias.

Foi a estruturação do processo de produção de mercadorias, com a valorização ideologicamente associada ao esclarecimento, que efetivamente separou de maneira definitiva e significativa o masculino do feminino, excluindo a feminilidade do pertencimento à

organização capitalista enquanto arquétipo narrado. Além disso, o natural, frequentemente associado à mulher e ao feminino, foi completamente relegado em favor do artificial, do desenvolvimento, da tecnologia, da ciência e do progresso - categorias racionais iluministas cujo domínio e possibilidade de realização foram considerados exclusivamente masculinos. O sujeito racional do esclarecimento sempre foi concebido como masculino, assim como o progresso capitalista.

Para Scholz (2013), é um equívoco supor que o sexismo e o binarismo são produtos de interações sociais forjadas pela cultura ou que os comportamentos machistas nascem na psique humana. Essa dicotomia de gêneros está entrelaçada com a forma do valor; não é intrínseca, biológica ou atemporal. Ou seja, essas abstrações não derivam exclusivamente da cultura ou da psique, mas sim da valorização do valor no modo de produção capitalista.

De acordo com a autora, o capitalismo fragmenta a realidade em abstrações formais, como o valor e a mercadoria; depois, essas abstrações condicionam a vida concreta de maneira dialética. O valor, simbolicamente associado ao masculino, contrasta-se com seu oposto feminino, facilitando as metanarrativas iluministas. Essas categorias, então, são interligadas de maneira dialética com a cultura e a psique, e condicionam os comportamentos humanos. Este é um processo dialético em que a ideologia reside na interação entre todas as formas sociais e econômicas:

Por isso, em Scholz, as dimensões cultural, social, psicanalítica e material do patriarcado estão no mesmo patamar de importância para sua compreensão, todas relacionadas mutuamente, complicadas. Todavia, há um fator preponderante no que se refere ao atravessamento das narrativas sobre os gêneros: a dimensão material (o valor-clivagem) que estrutura os arquétipos culturais introjetados psiquicamente pelas pessoas (Leite, 2020, p. 266).

É por esse motivo que o fato de haver dirigentes políticas do sexo feminino não muda em nada a estrutura do valor-dissociação, muito menos o fato das mulheres ocuparem postos de trabalho abstrato. “Não é uma questão de representatividade, mas de forma produtiva” (Leite, 2020, p. 267).

Segundo a teoria de Scholz (2013), converter a desigualdade de gênero em uma disputa identitária dilui o conceito como um todo, reduzindo todas as facetas do patriarcado capitalista e seus mecanismos e estruturas a um único conceito (machismo), sem reconhecer as diferenças qualitativas.

Dessa necessidade do capitalismo por representatividade adveio a demanda jurídica de equiparar formalmente homens e mulheres em todas as legislações ocidentais. O problema é que ao mesmo tempo em que essas mulheres se integraram à sociedade “oficial” do capitalismo, ainda precisam ser as responsáveis “naturais” pelo cuidado da casa, da roupa, da louça, da comida, dos filhos, dos doentes e dos idosos. Essa dupla jornada (às vezes tripla, ou até mais) fez com que o valor-clivagem adquirisse uma nova qualidade. Ou seja, “a estrutura do valor-dissociação mudou, mas o princípio continua bastante vivo” (Scholz, 2022, p. 14).

Diante da atual configuração econômica global cada vez mais desigual, as relações de gênero continuam predominantemente hierarquizadas. Apesar de reconhecerem-se transformações pós-modernas no patriarcado ligado à produção de mercadorias, observam-se também formações superiores, recombinações e inversões de papéis, mas o valor permanece estruturalmente condicionado pela dissociação. Além disso, segundo Scholz (2000), há um aumento da intensidade deste patriarcado em escala global.

No capitalismo financeiro, com a pulverização pós-moderna das relações econômicas e sociais, houve uma reconfiguração da família tradicional, que retirou do homem a obrigação de ser provedor de sua família por toda a sua existência. “Como a mãe é a única responsável pelo cuidado dos filhos, os homens se vão, e elas se tornam o esteio da casa em todos os sentidos” (Leite, 2020, p. 271). Por esse motivo, vemos que essa reconfiguração só trouxe mais sofrimento às mulheres, especialmente, para as pobres e não brancas.

As mulheres agora são responsáveis tanto pelas tarefas do valor clivado (casa e filho), quanto pela extração de mais-valor pelo trabalho abstrato – e, normalmente, com salários menores do que o dos homens para atividades laborais semelhantes.

Em geral, hoje, atribui-se às mulheres o papel de gerentes da crise. Elas têm que servir como “meio de limpeza e desinfecção” [...] quando o carro estiver preso na lama. Também o grito que reivindica cotas de mulheres em posições de gerência (que ressoa especialmente ruídos a mente desde 2008) deve ser considerado neste contexto. Na minha opinião, seria errado ver nisso uma tendência para uma forma posterior de emancipação; ao contrário, é uma espécie de sexismo invertido (Scholz, 2013, p. 44-60).

Até pode ser que, em países de capitalismo avançado, tenha havido um incremento da participação política e econômica da mulher, ampliando seus direitos e aumentando sua influência, mas, em outros lugares, “a expansão voraz do mercado global levou a um embrutecimento do patriarcado” (Leite, 2020, p. 273). É o caso de países africanos e latino-americanos, nos quais as mulheres pobres são responsáveis pelo sustento material, pelo cuidado

da família e ainda são cuidadoras do lar, dos velhos e dos filhos de outras pessoas, além dos próprios. Nesses lugares, as tacas de violência de gênero e feminicídio têm aumentado assustadoramente.

Assim, Scholz (2013) reconhece que seu teorema deve se libertar dos suportes rígidos da modernidade tradicional, como o trabalho e a família. O patriarcado vinculado à produção de mercadorias persiste de forma ainda mais intensa, mesmo no cenário de um capitalismo cada vez mais desenfreado, mantendo inalterada a relação entre o valor e o trabalho abstrato, inclusive no contexto do "capitalismo de cassino"¹, e sem que tenham desaparecido os momentos fragmentados da reprodução do valor.

2.2.2. RELAÇÃO COM OUTRAS MARXISTAS

Segundo Leite (2020), o ponto crucial para Scholz é que a mercadoria transcende sua natureza física de mera utilidade real apenas no modo produtivo de valorização do valor. Neste processo, ela se transforma na forma abstrata da mercadoria, em que todas as relações se interligam e o trabalho é abstraído para criar valor. Esta distinção fundamental diferencia a teoria de Scholz de outras abordagens na epistemologia marxista do patriarcado, posicionando sua teoria do valor-dissociação como uma contribuição singular e superior.

A diferença da sociedade contemporânea está em sua caracterização como uma sociedade em que as mercadorias são fetichizadas na forma de valor, indo muito além da concepção de propriedade privada limitada a objetos concretos como terras, construções e bens móveis. Por esse motivo, a teoria do valor-clivagem representa um avanço em relação à compreensão inicial de Friedrich Engels e também das feministas marxistas "clássicas".

Scholz (1992), portanto, sugere uma revitalização da teoria marxista no feminismo, argumentando que essa teoria continua relevante e indispensável mesmo diante da necessidade de atualização frente à queda do "socialismo real". Compreende-se, assim, que ela não visa criticar nem atacar diretamente as feministas marxistas, pois, no que diz respeito ao feminismo

¹ O conceito de "capitalismo de cassino" foi desenvolvido pela economista britânica Susan Strange (1986), que utilizou essa expressão para criticar a crescente instabilidade do sistema financeiro global a partir dos anos 1970, marcada pela especulação desenfreada, desregulamentação dos mercados e predominância do capital fictício sobre a economia produtiva. Para Strange, o sistema passou a se assemelhar a um grande cassino, no qual investidores assumem riscos elevados em busca de lucros rápidos, muitas vezes sem respaldo na economia real.

marxista que marcou os anos 1960 e 1970, como os que vimos anteriormente, acredita que devemos resgatá-lo ao invés de criticá-lo.

No entanto, qualquer debate feminista que parta de conceitos como “luta de classes” ou que centre a luta revolucionária contra a desigualdade na redistribuição de capital e direitos é considerado equivocado pela autora. Para isso, Scholz (1992) se propõe a resolver as questões que identifica no feminismo marxista, explorando a interconexão entre o patriarcado e o capitalismo.

Para entender melhor como Roswitha Scholz se relaciona com as demais feministas marxistas, utilizamos algumas conversas forjadas por Taylisi Leite (2020), que têm o intuito de ressaltar, reforçar e assentar a teoria do valor-clivagem.

Uma das grandes representantes do feminismo marxista brasileiro das décadas de 1960 e 1970 foi Heleieth Saffioti. A autora faz algumas leituras falíveis sobre o patriarcado capitalista. Saffioti (2004, p. 54) associa o feminino apenas ao valor de uso das mercadorias e essencializa a forma-valor como se fosse uma categoria neutra – o que é inaceitável para o teorema de Scholz.

A autora concebia o patriarcado como uma extensa ideologia de gênero, que incute a inferioridade feminina tanto em homens quanto em mulheres com o propósito de perpetuar as estruturas opressivas e desiguais da sociedade capitalista. Ainda argumentava que as relações de gênero seriam moldadas por meta-discursos que afirmam a superioridade existencial do homem sobre a mulher.

Saffioti (2004, p. 71) via o patriarcado como uma ideologia de gênero que permeia toda a sociedade, incluindo o Estado e o Direito, moldando a divisão sexual do trabalho, hierarquias sociais e relações patriarcais.

Para a teoria do valor-clivagem, suas proposições são culturalistas, mais alinhadas aos pós-modernismos estruturalistas do que ao marxismo, enfatizando que a violência de gênero deriva de uma "tradição cultural" que reforça a superioridade masculina sobre as mulheres. Sendo assim, estava muito distante das propostas de Scholz.

Na década seguinte, as feministas socialistas começaram a teorizar o trabalho doméstico como parte integrante do modo de produção capitalista. Em jornais marxistas influentes da época, exploravam os conceitos de valor de uso e valor de troca, além da força de trabalho e classe, para tentar revelar o significado político-econômico das tarefas do lar (Leite, 2020).

Teóricas feministas como Margaret Benston, Selma James, Peggy Morton, Mariarosa Dalla Costa e Lise Vogel já se questionavam se o trabalho doméstico produzia (mais-)valor. Suas contribuições conduziram a uma resposta negativa, tal qual a de Roswitha Scholz. Por esse motivo, Scholz (2000) afirma que os estudos desse período precisam ser retomados, pois, segundo Leite (2020, p. 301): “O que podemos afirmar é que Scholz reconhece a importância do esforço e das contribuições dessas autoras, milita pela retomada de sua leitura, mas vai além”.

A contribuição de Vogel (2014) é a mais próxima da teoria do valor-dissociação de Scholz. Ela compreendia o trabalho doméstico fora do trabalho abstrato assalariado. O que diferencia Vogel de Scholz é que, para a primeira, a questão de o trabalho doméstico não gerar valor reside no fato dele ter apenas valor de uso, e não valor de troca. Sua conclusão é de que o trabalho doméstico gera valor de uso, não valor de troca e, conseqüentemente, não produz diretamente mais-valia. Assim, possivelmente, representaria um modo de produção distinto, operando com uma lógica que poderia ser pré-capitalista ou não-capitalista.

Já Mitchell “é audaciosa, ao colocar o dedo numa ferida que toda a esquerda, sindical e partidária, bem como o marxismo acadêmico, insistiam em obliterar, que é a naturalização da condição existencial da mulher enquanto esposa e mãe” (Leite, 2020, p. 301). Porém, a autora acaba recaindo em armadilhas social-democratas, quando afirma que as lutas por emancipação feminina não precisariam aguardar a revolução do proletariado ou estar inseridas na luta revolucionária.

Fazendo essa concessão e antecipando a luta de mulheres à superação do valor, Mitchell (1971) recai no feminismo liberal, isso porque ela acredita que tanto a forma política quanto a forma jurídica seriam arenas de disputa que poderiam ser transformadas em instrumentos de emancipação. Essa prioridade das demandas femininas acaba resvalando numa luta por “mais direitos” para as mulheres, o que se converte num reformismo social-democrata.

Para Taylisi Leite (2020, p. 302-303), seguidora de Scholz:

Apenas quando uma teoria e uma estratégia revolucionárias da opressão feminina que desafiem os governos “democráticos” forem desenvolvidas, nós poderemos decidir quais questões são reformas e subordiná-las à luta pela liberdade e pelo socialismo. [...] Por certo que, na perspectiva de Scholz, as lutas por “emancipação” feminina que acabam caindo na vala comum do discurso por “direitos” jamais irão reverter a estrutura fundamental do valor dissociado, de modo que a inserção da mulher no mercado de trabalho, sua participação na política, a tutela de seus direitos individuais etc. são pautas liberais, que nada podem ter de revolucionárias. São importantes na conjuntura atual, mas são conservadoras: voltadas à conservação da reprodução do valor.

Entre as autoras que aparecem no diálogo de Leite (2020), a que mais se aproxima da compreensão da teoria do valor-dissociação sobre as questões de gênero é Silvia Federici. Os estudos de Scholz e Federici convergiram, em dois aspectos: a) na compreensão de que as atividades femininas excluídas da criação de valor produtivo são excluídas do trabalho abstrato; b) na crítica à razão iluminista como base ideológica da subordinação do feminino.

Federici (2017) argumenta que a transição do feudalismo para o capitalismo foi facilitada não apenas pelos cercamentos das terras na Europa, que criaram um proletariado rural e urbano deslocado, mas também pela acumulação primitiva de capital através da exploração intensiva de povos tradicionais e mulheres. Esta acumulação prévia de capital, incluindo a escravização de africanos e a exploração dos povos indígenas nas Américas, foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo industrial.

A caça às bruxas, assim como os cercamentos das terras comunais na Europa, expropriou as mulheres, liberando seus corpos para serem explorados como máquinas de trabalho. A ameaça da fogueira criou barreiras mais severas para as mulheres do que os cercamentos territoriais. Federici (2017) também argumenta que a acumulação primitiva no período de transição do feudalismo para o capitalismo transformou o corpo humano em uma máquina de trabalho, suprimindo o poder das mulheres e estruturando formas de escravidão baseadas em diferenças de raça e gênero dentro da classe trabalhadora.

A acumulação primitiva, portanto, não se limitou apenas à concentração de força de trabalho explorada junto com o capital, mas também envolveu uma "acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora" (Federici, 2017, p. 119), que resultou na estruturação de formas de escravidão mais severas e complexas, influenciadas pelas dinâmicas de raça e gênero.

No contexto da exploração feminina, Federici (2017) compartilha da perspectiva de Scholz ao destacar que o trabalho doméstico e reprodutivo não foi valorizado por não estar integrado à lógica econômica e ao mercado. Esse tipo de trabalho foi relegado à "vocação feminina" e visto apenas como um "trabalho de mulheres", ignorando sua importância fundamental na reprodução da força de trabalho e, conseqüentemente, na estruturação do modelo capitalista. A autora argumenta que sem as mulheres confinadas a essas atividades de "trabalho reprodutivo", não teria surgido a classe trabalhadora urbana. Segundo Leite (2020, p. 308): "A diferença entre ambas neste ponto seria que Federici considera o trabalho feminino reprodutivo, e, em Scholz, tudo é trabalho produtivo, ainda que mediatamente".

Federici (2017, p. 172) se aproxima também de Scholz ao caracterizar o fenômeno que esta chama de "dissociação do valor" como "separação da produção e da reprodução". Esta separação levou à deterioração social das mulheres, colocando-as em uma posição de dependência financeira dos homens, os únicos assalariados. Enquanto os homens eram subjugados pelos empregadores, as mulheres das classes dominantes eram subjugadas em casa e as mulheres pobres eram subjugadas pelos homens trabalhadores.

Federici (2017) concorda com Scholz ao perceber que o trabalho considerado reprodutivo foi excluído da estrutura de valorização econômica e da própria definição de trabalho, embora continue sendo essencial para a reprodução social e econômica, já que sem ele não haveria a força de trabalho viva do proletariado.

De acordo com Federici (2017), enquanto o corpo-máquina do homem estava destinado a ser triturado nas engrenagens da produção industrial, o corpo-máquina da mulher era forçado a produzir novos homens. “Daí o útero da mulher ser tratado como uma coisa, como se fora uma ‘caixa’ que guarda bebês, desconectado da vida de um ser humano material com autodeterminação sobre sua existência” (Leite, 2020, p. 309). Os corpos femininos passam, então, a ser controlados pelo Estado, através do Direito, tratado como um bem comum da sociedade. “O útero, para Federici, é convertido em uma máquina de produzir trabalho vivo” (Idem, p. 309).

As reflexões de Federici estão muito próximas do teorema do valor-clivagem de Scholz. Ela não apenas reconhece a existência de diferentes esferas de trabalho (como o trabalho abstrato ou produtivo de um lado, e o trabalho de valor-dissociação ou reprodutivo do outro, na terminologia de Scholz), mas também destaca a importância das grandes narrativas da era do esclarecimento na manutenção da dualidade de papéis de gênero e das posições existenciais delineadas nas sociedades capitalistas.

Os movimentos feministas que consideram o sexismo como um fenômeno independente do sistema econômico, paralelo às estruturas fundamentais e culturais da modernidade, estão equivocados. Este não é o ponto de vista das feministas marxistas. Embora reconheçam que o patriarcado existia antes do capitalismo, elas argumentam que sob o domínio da razão iluminista totalitária, o machismo adquiriu uma especificidade única, aproveitando-se da subordinação das mulheres como um novo aspecto sobre um substrato pré-existente.

No contexto do capitalismo, o binarismo de gênero e a hierarquização são suscetíveis a múltiplas fragmentações e diversificações, como demonstrado pelo reconhecimento das identidades gay, lésbica, bissexual e transexual. No entanto, isso não questiona a persistência do valor-clivagem.

No âmbito público, a associação do masculino confere ao homem o poder de ocupar espaços de Estado, política e administração do capital, determinando os destinos coletivos. À mulher, muitas vezes, são relegadas atividades privadas consideradas culturalmente inferiores e que, no capitalismo, não são valorizadas por não gerarem valor econômico.

Autoras como Vogel (2014) e Federici (2017), entre outras, já haviam observado que as atividades tradicionalmente atribuídas às mulheres, através de discursos sobre "feminilidade", são construídas dentro de um binarismo de gênero promovido pela razão iluminista. Essa divisão da existência sustenta o patriarcado no contexto do capitalismo industrial dos séculos XIX e XX.

A diferença de Scholz para as outras marxistas é que a autora parte mesmo de *O Capital*, e de sua releitura perpetrada pela nova crítica do valor. Sobre as opressões de classe, raça, gênero, orientação afetivo-sexual, de PCD (Pessoas com Deficiência) etc., para Scholz (1996), não se deve compreendê-las em camadas sobrepostas, dimensões paralelas ou atravessamentos múltiplos combinados. Ela entende que há diferentes opressões experimentadas pelos mesmos sujeitos, mas acredita que a leitura acerca desse fenômeno deve ser obrigatoriamente econômica e materialista. Se não for assim, sempre acabaria caindo no identitarismo cultural individualista, como ocorre com os pós-estruturalismos e, “perdendo o olhar sobre a totalidade, volta a cair nas armadilhas do capital, como a ‘representatividade’, que nada mais é do que as explorações de novos motes capazes de impulsionar o consumo e criar valor” (Leite, 2020, p. 322). Assim, o identitarismo seria “efeito do fim da estrutura tradicional classista do capital produtivo que marcou o liberalismo” (Leite, 2020, p. 323), pois

Na medida em que o pós-fordismo pulverizou a produção e as relações de trabalho se flexibilizaram pela precarização e informalidade, a identidade da classe operária vem, cada vez mais, do ponto de vista simbólico, desaparecendo. Praticamente, nenhum trabalhador e nenhuma trabalhadora se identifica mais como “proletariado”, de modo que a narrativa de enfrentamento a uma “classe burguesa” também se impossibilitou. De fato, uma valorização do valor que ocorre, muito mais, no plano da financeirização e especulação do que na exploração do trabalho abstrato, gera um enfraquecimento do movimento sindical, pois, se o trabalho já não é mais crucial para a acumulação, os operários não possuem mais capacidade negocial, e os direitos trabalhistas e previdenciários desaparecem. Com as pulverizações, flexibilizações e “uberizações”, sequer há um mesmo ambiente laboral em que o operariado se encontre para se reconhecer e se organizar. Isso sem contar a força da ideologia que se originou no

toyotismo sobre “engajamento do colaborador”, “atitude de dono” ou “espírito empreendedor”. [...] Nesse cenário, fortalecem-se movimentos sociais centrados na lógica de identidade de grupo, como movimento negro, movimento de mulheres, movimento de rurícolas, movimento ambientalista, movimento de pessoas homoafetivas, movimento de pessoas transgênero, movimentos de pessoas com deficiência etc. Essas bandeiras identitárias se tornaram o cerne da esquerda no mundo todo, perdendo-se de perspectiva a luta contra o capitalismo, para um enfoque imediatista sobre agendas específicas e urgentes construídas em torno das demandas de cada grupo (Leite, 2020, p. 323).

Essa diluição da esquerda, historicamente anticapitalista, em uma multiplicidade de movimentos identitários facilitou a ascensão do neoliberalismo, que desmantelou o Estado social, promovendo uma ideologia individualista de competição. Este cenário se aliou a uma acumulação que maximiza a extração de mais-valia, sem as restrições jurídicas características do fordismo. Além disso, os diversos movimentos sociais identitários focam principalmente na ampliação de direitos formais, acesso ao mercado de trabalho e consumo e representação na cultura popular. Isso resultou na transformação de setores hegemônicos na esquerda em uma "nova esquerda" liberal e reformista.

Para enfrentar o desmantelamento da esquerda e realinhar a luta contra o capitalismo como central em todos os movimentos, foi desenvolvido o conceito de interseccionalidade. Este resgata a luta de classes como o cerne da organização da esquerda contra a burguesia, reconhecendo que a "classe" não é uma categoria universal e homogênea. Em vez disso, enfatiza as interseções específicas da realidade material de grupos minoritários, como negros, mulheres, gays, pessoas com deficiência, povos tradicionais, entre outros. Estas interseções podem resultar em múltiplas formas de opressão, pois um indivíduo pode ser parte da classe trabalhadora, além de ser negro, gay, pessoa com deficiência, transgênero, rural, sem-teto, lésbica, entre outras identidades.

Enquanto o mero identitarismo tende a ser um modelo liberal de militância que pode se inclinar para a direita (como no caso do feminismo identitário sendo considerado feminismo liberal), a metodologia da interseccionalidade representa uma tentativa significativa de reintegrar os movimentos sociais dos grupos identitários dentro da esquerda.

Ainda que não seja o foco desta pesquisa, importa traçar alguns apontamentos sobre o que diz respeito à mulher negra. Ela foi historicamente invisibilizada na construção arquetípica do conceito de feminilidade devido à negação de sua humanidade. Este fenômeno persistiu até o século XX, especialmente nos países que utilizaram mão de obra negra escravizada, onde essas dinâmicas culturais ainda resistem em se transformar. Como resultado desse apagamento deliberado da mulher negra na narrativa dominante sobre os papéis existenciais e de gênero, os

próprios movimentos das primeiras e segundas ondas feministas reproduziram essa invisibilidade. Enquanto as mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto, emancipação das restrições domésticas no início do século XX, e por maior representação na esfera pública e liberação sexual nas décadas seguintes, as mulheres negras continuavam frequentemente confinadas a papéis de serventes e objetos sexuais. Os movimentos feministas ignoraram as lutas específicas das mulheres negras por muito tempo, embora estas estivessem sempre sujeitas a uma dupla opressão sob o capitalismo patriarcal e branco desde a era da acumulação primitiva (Davis, 2016).

Em contraste com os homens brancos, as mulheres negras eram vistas apenas como instrumentos úteis para a exploração econômica, além de serem alvo da libido e da violência desses homens. Portanto, a partir da perspectiva de Angela Davis (2016), o conceito de valor-clivagem descrito por Scholz no início do desenvolvimento capitalista se aplica principalmente à condição das mulheres brancas. Embora estas fossem relegadas à esfera privada e submetidas à dominação marital, ainda era concedida a elas uma posição social específica como "donas-de-casa".

Em uma perspectiva alinhada à de Roswitha Scholz, Davis (2016) explora como ocorreu uma divisão entre a esfera pública dominada pelos homens e a vida doméstica, em que uma nova ideologia sobre os modelos de feminilidade foi disseminada através de revistas femininas e romances direcionados às leitoras. No entanto, a autora destaca que essa dinâmica foi exclusiva das mulheres brancas, resultante da economia industrial e da vida urbana. Davis também traz contribuições essenciais para entender o patriarcado racista como produtor de mercadorias. A questão racial não é ignorada por Scholz, que enfatiza a importância de incorporar esses aspectos em suas reflexões sobre a teoria do valor-clivagem.

O que diferencia Scholz e Davis é que uma opera com o conceito de "classe", enquanto a outra não reconhece a categoria classe como permanente no capitalismo. Para Scholz, o racismo e o machismo não são mera ideologia, mas "caracteres indelévels da forma do valor, sem os quais o capital não poderia ter se reproduzido nos séculos XIX e XX" (Leite, 2020, p. 328), de maneira que, na reconfiguração pós-fordista da produção e na supremacia do capital financeiro, embora as pessoas negras e as mulheres possam alcançar representatividade e ocupar espaços de poder, a estrutura subjacente não se altera. A subordinação, antes visível em práticas culturais e legitimada pelo Estado e o Direito, persiste de forma oculta, enraizada na estrutura do valor.

O conceito de "racismo estrutural" e "machismo estrutural", segundo a perspectiva de Scholz (1996), não se refere apenas à cultura ou ideologia, mas à economia política, em que esses fenômenos decorrem da forma fetichista de um valor masculino e branco que se reproduz de maneira autônoma, interagindo com a psique e a cultura, moldando as práticas sociais. Para a autora, as questões de gênero e raça, na sociedade capitalista, não se contradizem nem se excluem, mas se inter-relacionam na dinâmica da produção de mercadorias.

Estruturalmente, apenas o trabalho abstrato assalariado masculino e racialmente branco era capaz de reproduzir o valor e se manifestar na forma de mercadoria. Isso significa que havia uma clivagem racial na formação do valor, exclusivamente branca, pois o trabalho negro ou indígena nunca poderia ser considerado trabalho abstrato assalariado, não apenas durante a acumulação pré-capitalista, mas também no início do liberalismo.

Ao contrário do valor-clivagem feminino, que reproduz indiretamente o valor total ao gerar trabalho vivo e realizar tarefas que são convertidas em valor equivalente ao tempo despendido para gerar mais-valia, o trabalho dos povos negros era completamente convertido em valor como trabalho passado. Assim, todos os tipos de trabalho (o masculino e branco abstraído como mercadoria e reconhecido como trabalho e valor, o trabalho feminino no âmbito privado, e o trabalho negro cujo tempo era inteiramente usurpado) podiam coexistir e compor o valor total, junto com todas as formas de opressão social.

Dessa forma, concluímos que, de acordo com o valor-clivagem de Scholz, a mulher negra está duplamente excluída: por ser mulher, está relegada ao plano do valor dissociado (mais bem explicado no próximo ponto do trabalho); por ser negra, não pode ser sujeito, e sua expropriação era absoluta. “A condição da mulher negra é, assim, o não lugar na vida perversa engendrada pelo valor na sociedade das mercadorias” (Leite, 2020, p. 331).

Ainda que a metodologia da interseccionalidade seja um avanço em relação aos identitarismos, ainda não é tão radical quanto a proposta por Roswitha Scholz. Esta investiga a forma do valor para entender a produção de mercadorias no capitalismo e evidencia que a raiz de toda a desigualdade está na estrutura, não apenas na cultura. Por esse motivo: “enquanto houver capitalismo, haverá machismo, racismo e uma gama imensa de opressões” (Leite, 2020, p. 331).

2.2.3. CRÍTICA AO FEMINISMO LIBERAL

Conforme dito na introdução desse capítulo, ainda que chamemos aqui de “feminismo liberal”, não estamos tratando daqueles conservadores, mas de feminismos que, apesar de não parecerem num primeiro momento, acabam por incentivar a lógica do liberalismo. Assim como Taylisi Leite (2020), concordamos que qualquer teoria que não se coloque no campo da crítica ao capitalismo não merece nossa atenção, uma vez que o feminismo é, antes de tudo, anticapitalista, ou não é feminismo.

Os debates e movimentos que buscaram reconhecer a mulher como sujeito racional, de direitos, burguês, entre outros, frequentemente reforçaram desigualdades e perpetuaram privilégios. Esses chamados "feminismos" têm beneficiado principalmente mulheres brancas, não pobres, não periféricas, cisgêneras, sem deficiência, heterossexuais, magras, residentes em grandes centros urbanos e provenientes de países de capitalismo central. Qualquer avanço percebido em sua equiparação aos homens brancos muitas vezes ocorreu por se alinhar aos interesses dos regimes contemporâneos de acumulação capitalista, sem questionar de fato a dissociação de valores de gênero. Portanto, concentraremos nossa atenção apenas nos feminismos que, apesar de pretensamente disruptivos e inspirados por autoras que se declaram anticapitalistas, inadvertidamente contribuem para a reprodução do patriarcado enquanto produtor de mercadorias devido à sua falta de radicalidade.

Iniciaremos esse tópico com uma análise de quatro vertentes do feminismo contemporâneo – o materialismo francês, a interseccionalidade, os “comuns” e o autonomismo – com base na teoria do valor-clivagem de Scholz e introduzindo uma nova autora, Cintia Arruzza (2018, 2023). Além disso, serão integradas as críticas de Scholz à obra de Simone de Beauvoir e à teoria queer de Judith Butler, de modo a demonstrar como essas formulações permanecem presas a um horizonte idealista, liberal ou culturalista. Em comum, todas essas abordagens revelam limites significativos quando se confrontam com a tarefa de desvelar a totalidade social fundada na dissociação entre trabalho abstrato e trabalho reprodutivo, entre produção de valor e reprodução da vida.

2.2.3.1. O MATERIALISMO FRANCÊS E A CONSUBSTANCIALIDADE INCONCLUSIVA

O feminismo materialista francês, representado por autoras como Danièle Kergoat (2009) e Jules Falquet (2009), propôs superar o dualismo entre capitalismo e patriarcado a partir

da noção de consubstancialidade. Essa concepção parte, na verdade, de algumas pressuposições teóricas controversas, recorrentes entre diversas autoras do feminismo materialista. A primeira é a ideia de que as relações de gênero, classe e raça devem ser compreendidas como relações de produção em si mesmas, não diferenciando-se substancialmente entre elas. A segunda pressuposição sustenta que cada uma dessas relações constitui um sistema autônomo, dotado de suas próprias formas de exploração, dominação e opressão, e que, ao se interrelacionarem mutuamente, formariam uma totalidade integrada, sem que haja primazia explicativa de qualquer uma delas.

Essa proposta é criticada por Arruzza (2018) por esvaziar a capacidade de explicação causal: ao recusar qualquer tipo de determinação estrutural, a consubstancialidade dissolve a totalidade capitalista em um jogo incessante de relações mutuamente formadoras. De acordo com a autora, “na medida em que tudo determina tudo o mais, a noção de determinação perde sua função explicativa, e torna-se impossível evitar uma regressão infinita nas cadeias causais” (Idem, p. 7). Além disso, a teoria deixa de explicar a lógica determinante de tal interação entre essas relações – ou seja, o porquê, antes de tudo, esse tipo de interação ocorre.

Scholz (2011), embora com terminologia distinta, formula crítica semelhante. Ao desenvolver a teoria da dissociação-valor, ela sustenta que a modernidade capitalista se estrutura com base na cisão entre valor (masculino, abstrato, produtivo) e sua negação (feminino, concreto, reprodutivo). A crítica de Scholz a Simone de Beauvoir (e ao feminismo existencialista em geral) ilustra essa divergência. Sua grande divergência com a autora é que Simone se basearia no existencialismo – de Sartre, mais especificamente. O ponto central aqui é que o homem estaria essencialmente condenado à "liberdade" ao ser lançado no mundo. Ele deveria, nessa perspectiva, se inventar e assumir total responsabilidade por suas ações. Não há uma essência humana predefinida; o homem e sua existência coincidem profundamente com sua ação, através da qual ele transcende a si mesmo e vai além de sua mera existência.

No entanto, Scholz (2011) alerta que, de forma perversa, essas concepções existencialistas podem acabar culpando a mulher por sua própria opressão, ao não reconhecerem as escolhas existenciais emancipatórias. Esse é o cerne do problema na falta de compreensão da determinação estrutural do machismo.

Para ambas, Arruzza e Scholz, as relações de gênero não são um sistema paralelo ao capitalismo, mas constituem sua forma histórica específica. A opressão das mulheres não

decorre de um patriarcado eterno ou universal, mas da maneira como o capitalismo organiza a reprodução da força de trabalho, de modo dissociado, desigual e invisibilizado.

2.2.3.2. O IMPASSE DA MULTIPLICIDADE DA INTERSECCIONALIDADE E A CRÍTICA AO AUTONOMISMO

A teoria da interseccionalidade, ao destacar como raça, classe e gênero se sobrepõem na experiência social dos sujeitos, trouxe avanços importantes ao campo do feminismo. Contudo, Arruzza (2023, p. 29) argumenta que, “na perspectiva da interseccionalidade (que é muito plural em seu interior), falta uma teoria do capitalismo enquanto tal, de como funciona, de qual é a lógica do capitalismo e, então, de qual é a explicação para a intersecção das várias formas de opressão”. Sua lógica se aproxima de uma adição geométrica de opressões, em que cada marcador opera de forma autônoma e acumulativa.

Scholz faz crítica similar à terceira onda do feminismo, marcada pelo identitarismo e pela fragmentação dos movimentos sociais. Segundo ela, a multiplicação de identidades – mulheres negras, trans, lésbicas, periféricas, com deficiência etc. –, embora relevante politicamente, pode dissolver a luta coletiva em uma colcha de retalhos inofensiva ao capital. Para a autora, sem a crítica à valorização do valor e à clivagem entre trabalho produtivo e reprodutivo, toda luta identitária permanece capturada pela forma social que pretende combater.

Assim, tanto para Scholz quanto para Arruzza, a teoria da interseccionalidade, ao não fornecer um modelo de totalidade social, abre caminho para um reformismo adaptado ao neoliberalismo, em que o reconhecimento simbólico substitui a transformação estrutural.

Quanto à aposta nos “comuns”, enquanto formas comunitárias de reprodução social e resistência, esta é valorizada por Arruzza como uma estratégia de “reprodução a partir de baixo” (2023, p. 22). Tais práticas incluem redes de cuidado, cozinhas comunitárias, greves sustentadas por vínculos locais e outras experiências de base. No entanto, a autora alerta que, desconectadas da luta de classes, essas iniciativas também correm o risco de operar como “formas de adaptação a um sistema que já privatizou a reprodução social”, funcionando como “paliativos neoliberais” (2023, p. 22). A ênfase na autossuficiência comunitária pode, paradoxalmente, internalizar a lógica neoliberal, ao transferir para indivíduos e grupos locais a responsabilidade pela sobrevivência em contextos de retração do Estado.

Essa crítica se estende ainda às vertentes autonomistas e pós-autonomistas, que propõem a recusa da mediação estatal e da política institucional. Para Arruzza (2023), essa recusa pode se traduzir numa estratégia de retração política que abandona as classes trabalhadoras à precarização contínua, ao passo que o capital continua a moldar a vida social. A autora sustenta que a luta feminista deve articular formas autônomas de resistência com a disputa por serviços públicos e direitos universais, entendendo o Estado não como um fim, mas como um campo de batalha tático e contraditório.

Roswitha Scholz (2011), em perspectiva próxima, critica o autonomismo pós-moderno e culturalista por superestimar a subjetividade e a performatividade, esvaziando o conteúdo material da crítica social. Em sua análise da teoria queer de Judith Butler, Scholz afirma que o gênero como performance “torna-se um fetiche simbólico isolado da totalidade social”, onde os papéis de gênero são “encenados num palco teatral desligado das estruturas que os produzem materialmente” (idem, p. 58). Assim, práticas como homens cis de saia ou mulheres cis de terno, ao invés de subverter o patriarcado, “são facilmente integráveis na lógica da diferenciação do consumo capitalista” (idem, p. 65), funcionando como uma estética da resistência que não atinge a clivagem estrutural entre valor e dissociação. Para Scholz, esse tipo de desconstrução simbólica flutuante é sintomático do pós-fordismo, que absorve identidades plurais sem ameaçar sua estrutura fundamental.

As críticas de Arruzza e Scholz convergem na denúncia das limitações das teorias feministas que se afastam da crítica radical ao capital. Seja pelo culturalismo performativo (como em Butler), pelo existencialismo liberal (como em Beauvoir), ou pelas abordagens interseccionais e comunitaristas, todas falham em compreender que a opressão de gênero não é contingente, mas estrutural ao modo de produção capitalista. Ambas as autoras propõem não apenas uma reinterpretação das relações de gênero, mas uma transformação radical das formas sociais que sustentam a dominação, a desigualdade e a dissociação entre vida e valor.

2.2.4. ADENDO À ROSWITHA SCHOLZ SOBRE A TEORIA MARXISTA

Creemos que seja interessante agora fazer alguns apontamentos mais específicos sobre as críticas de Roswitha Scholz (1996) quanto às abordagens marxistas clássicas que, segundo

ela, não esclareceriam o problema da desigualdade entre os sexos, porque colocariam o foco no plano da circulação. A partir disso, ela procura uma conceituação do problema de gênero no plano da forma, baseando-se em uma crítica do valor, de maneira a analisá-lo a partir dos conceitos de trabalho abstrato e de fetichismo da mercadoria, de onde deriva a formulação da “teoria da dissociação-valor” e dos conceitos de “princípio masculino” do valor e de “esfera privada feminina dissociada”.

O fato de Marx não ter abordado a questão da desigualdade de gênero no contexto da teoria do capital não reflete sua posição sobre as lutas feministas, logo, é preciso compreender o que, a partir dele, pode se avançar. Ou seja, não é que a questão feminina não possa ser integrada a esse nível de análise abstrata, mas sim que, naquele momento, a abordagem de Marx estava mais centrada na dinâmica econômica e nas relações de classe.

Para Scholz (1996), a solução constituiria uma alternativa marxiana, tanto em relação ao feminismo marxista quanto no que diz respeito às abordagens culturalistas, influenciadas pelas concepções pós-estruturalistas e desconstrucionistas que dominaram o debate no final dos anos 1980 e nos anos 1990 e que rejeitaram a teoria marxista. Elas reposicionaram a discussão utilizando conceitos de gênero e identidade, promovendo uma forma de ontologização das diferenças. Esse enfoque visava eliminar qualquer referência à totalidade em favor da ênfase nos aspectos relacionais da ordem discursiva.

O projeto de Scholz (1996) desafia a ontologia do trabalho ao buscar mostrar que a divisão e a dominação sexual seriam categorias estruturantes do processo capitalista e fundamentais para a sua existência. A crítica às abordagens marxistas anteriores seria que, dentro da teoria do valor, a assimetria de gênero é tratada como uma mera aparência, cuja essência seria o capital e a autovalorização do valor. A autora, segundo Bolaño, Bastos e Souza (2021, p. 3), “pretende proceder a uma correção na teoria do valor para colocar a questão da dominação sexual no plano da essência”. Porém, também conforme os autores e a autora:

[...] a dissociação não pode ser compreendida em termos derivados, como uma particularização aparente da forma de valor. Assim, ao mesmo tempo em que é um elemento integrante da socialização pelo valor, a assimetria entre os sexos lhe é exterior – ou melhor, ela é constitutiva da socialização pelo valor exatamente por lhe ser exterior (Bolaño; Bastos; Souza, 2021, p. 4).

Em vez de tratar a dominação masculina e a assimetria de gênero como inseridas externamente ou derivadas, é necessário considerar a exterioridade constitutiva desses fenômenos. Isso implica “[...] levar em conta o mecanismo patriarcal da cisão — não como um

acréscimo externo, mas como uma alteração qualitativa da própria teoria do valor, tornando-a também uma crítica do patriarcado" (Scholz, 1996, p. 18).

A preocupação metodológica da autora, ao tentar esclarecer “uma mediação dialética entre a assimetria de gênero e a autovalorização do valor” (Bastos; Souza, 2019, p. 7), foca nas relações entre essência e aparência. Ou seja, Scholz não reconhece que o “feminino” e a “dominação masculina” sejam derivados, que surgem apenas como momento aparente, mas os entende como pontos essenciais da autovalorização do valor: “A dissociação é um elemento estruturante, dinâmico e negativo” (Ibid.).

O problema não reside na tentativa de buscar explicação no plano da essência, mas na própria solução proposta. Isso se dá ao afirmar uma suposta oposição entre um “princípio masculino” do valor — que fundamentaria a constituição da esfera pública, compreendida como a esfera da troca, conforme descrito no capítulo 2 do primeiro livro de *O Capital* (Marx, 2017) — e uma “esfera feminina” dissociada, para onde seriam deslocados todos os elementos da esfera privada, entendida como “aparência”.

Assim, a igualdade aparente entre os agentes da troca já é, por si mesma, fundamentada numa cisão estruturante da socialização pelo valor. Essa cisão se manifesta na assimetria de gênero, que necessariamente separa aspectos da reprodução social — entendidos como femininos e alheios ao valor —, fazendo com que estes sejam associados à esfera privada. Enquanto isso, o âmbito do valor se divide seguindo um "princípio masculino", ou seja, se apresenta como público.

É nesse momento que Bolaño, Bastos e Souza (2021) acreditam residir a dificuldade. Em primeiro lugar, seria importante esclarecer que o capítulo 2 de *O Capital* descreve precisamente o plano da aparência do capitalismo. Ele apresenta uma economia mercantil composta por indivíduos livres e iguais, todos proprietários privados de mercadorias, que se relacionam exclusivamente por meio delas. A relação de capital só é introduzida no capítulo 4, que marca a transição da aparência para a essência. “Até então a teoria do valor é de fato sexualmente neutra” (idem, p. 5). Nesse sentido, assim como o capital, a cisão é pressuposta.

No entanto, mesmo posteriormente, Marx não aborda a questão da assimetria de gênero, mantendo-se em um elevado nível de abstração ao descrever o mecanismo da exploração do trabalho, que afeta homens, mulheres e crianças, como será evidenciado nos capítulos históricos do primeiro livro.

Daí que Bolaño, Bastos e Souza (2021, p. 5) afirmam que: “É no capítulo 4, quando o dinheiro se transforma em capital pela exploração de trabalho humano não pago, mais precisamente na definição do valor da força de trabalho, que o problema deve ser colocado”. Marx (2017) segue o método lógico-genético de exposição, no plano da essência, portanto, de maneira a deixar claro que a determinação do valor da força de trabalho é influenciada por fatores extraeconômicos fundamentais, como a duração da jornada de trabalho e a definição da cesta de consumo dos trabalhadores. Esses elementos são determinados histórica e geograficamente, dependendo, em última instância, da luta de classes. Em certos períodos históricos, a produção doméstica de bens de consumo pela classe trabalhadora reduz evidentemente o valor da força de trabalho. É nesse momento que se deve localizar a ideia de “constituição sexualmente assimétrica e historicamente específica do valor” (Bastos; Souza, 2019, p. 7).

Embora muito anterior ao capitalismo, a consideração do patriarcalismo deve ser entendida como um fator extraeconômico fundamental para o capital, pois exprime a necessidade da sua incorporação (subsunção) e, “como elemento constitutivo do movimento geral da reprodução do capital, deve adequar-se às necessidades historicamente cambiantes deste” (Bolaño; Bastos; Souza, 2021, p. 5). Isso no plano da forma. No plano das funções, será necessário, posteriormente, abordar duas dimensões interrelacionadas: uma voltada para a reprodução da força de trabalho e outra para o controle social. No entanto, essas questões devem ser consideradas em termos históricos.

Bolaño, Bastos e Souza (2021) usam como exemplo o fim da Segunda Guerra, em que as mulheres foram removidas dos processos produtivos aos quais haviam sido chamadas durante o conflito e foram reencaminhadas para o espaço doméstico, onde deveriam novamente se submeter ao poder patriarcal, em consonância com as necessidades de controle social e reestruturação do capitalismo. Ou seja, assim como o capital comercial e o capital bancário, formas primitivas do capital, acabaram por se subordinar ao capital industrial com o estabelecimento do modo de produção capitalista, o patriarcado também terá que se adaptar às necessidades de reprodução do capital e de controle social. Assim, podemos definir a mediação dialética entre a assimetria de gênero, por um lado, e a autonomização da forma-valor, por outro, tanto no plano da forma quanto no das funções.

2.3 A DONA DE CASA DIGITAL E O FEMINISMO MARXISTA

Conforme enunciado na introdução do nosso trabalho, um dos objetivos consiste em analisar de forma crítica o livro *A Dona de Casa Digital*, de Kylie Jarrett (2021). Com essa finalidade, situaremos, ao decorrer dos capítulos, trechos da autora que se aproximam com as discussões já elaboradas, mas apresentando parte de nossa discordância. Uma crítica mais contundente, no entanto, será apresentada no último capítulo desta dissertação.

No segundo capítulo d'*A Dona de Casa Digital*, Jarrett parte para uma contextualização do feminismo marxista. Segundo a autora, as abordagens interseccionais que consideram raça, gênero e sexualidade contribuem de forma decisiva para o entendimento de que as dinâmicas de poder não operam de maneira isolada. Pelo contrário, elas se formam a partir de articulações múltiplas que se cruzam para produzir relações específicas e contingentes de dominação (Jarrett, 2021). Essa perspectiva é particularmente relevante para a autora quando se analisa a relação entre o marxismo e o feminismo – uma relação historicamente marcada por tensões.

No entanto, a autora afirma – e com isso concordamos – que o feminismo marxista propõe uma releitura crítica dessa tradição, afirmando que o marxismo contém, sim, ferramentas valiosas para compreender os contornos específicos da opressão feminina. Segundo Jarrett (2021), não haveria nada no método histórico-dialético que o limite exclusivamente à análise das relações de classe, o que abre espaço para pensar gênero, sexualidade e raça como dimensões estruturantes da exploração capitalista.

Jarrett (2021) cita autoras (como Margaret Benston e Dalla Costa) que, a partir do final dos anos 1960, passaram a destacar a centralidade do trabalho doméstico não remunerado como forma de produção material de valores de uso, revelando o papel da família como uma verdadeira unidade produtiva. Essa análise identifica na figura da dona de casa a produtora da mercadoria mais fundamental ao capitalismo: a força de trabalho. Assim, para Jarrett, a dona de casa não apenas cuida e reproduz o trabalhador, mas efetivamente produz mais-valor – ainda que invisibilizada como tal.

Aqui já iniciam nossas críticas. Como vimos, em sua formulação, Scholz argumenta que as categorias centrais do marxismo – como trabalho, valor e mercadoria – não são neutras, mas carregam uma marca profundamente masculina, pois estão fundadas numa cisão estrutural entre razão e emoção, público e privado, produção e reprodução. Segundo a teoria do valor-dissociado, afirmar que a dona de casa “produz mais-valor”, como sugere Jarrett, pode obscurecer a crítica mais profunda de que o trabalho reprodutivo está fora da forma valor por definição, não por omissão, mas por necessidade estrutural do sistema capitalista.

Voltemos à Jarrett... Essa invisibilização, segundo a autora, estaria diretamente ligada ao modelo do salário familiar, historicamente pago ao homem, que se torna o ponto crucial para a construção de representações distorcidas das mulheres, para a desvalorização de seu trabalho e para a desigual distribuição dos recursos dentro da família e da sociedade (Jarrett, 2021).

Em síntese, para Jarrett (2021), o feminismo marxista denuncia as limitações das abordagens econômicas tradicionais e propõe uma ampliação crítica do conceito de trabalho, que inclua o trabalho reprodutivo e afetivo realizado pelas mulheres. Ao fazer isso, não apenas recuperaria dimensões esquecidas da análise marxista, mas também contribuiria para uma crítica mais ampla e interseccional das formas contemporâneas de dominação.

Contudo, é exatamente essa ampliação do conceito de trabalho que problematizamos. Expandi-lo indefinidamente para abarcar todo tipo de atividade (doméstica, afetiva, emocional, digital) pode levar à reprodução da lógica totalizante do valor, em vez de sua superação. Ou seja, há o risco de transformar todas as relações humanas em formas de trabalho – reforçando, assim, o paradigma capitalista – sem questionar suas categorias fundantes. Seguindo a proposta de Scholz, esperamos não apenas incluir o “trabalho invisível” dentro da análise econômica, mas romper com a forma valor como mediação universal da vida social, apontando que a própria divisão entre valor e dissociação é o que estrutura o gênero na modernidade.

Uma das contribuições centrais do feminismo marxista para Jarrett seria o reconhecimento de que a opressão feminina não é exclusivamente um subproduto do capitalismo, mas pode existir sob o patriarcado em formações sociais anteriores ou posteriores ao sistema capitalista (Jarrett, 2021).

A partir dos anos 1970, segundo a autora, feministas radicais e marxistas, desnaturalizaram a divisão sexual do trabalho, desafiando a ideia de que tarefas como cuidado, limpeza, preparo de alimentos e até a disponibilidade sexual fossem funções naturalmente atribuídas às mulheres. Ao contrário, argumentaram que essas tarefas seriam construídas historicamente como parte da lógica produtiva do capitalismo (Jarrett, 2021). Essa formulação foi decisiva para deslocar o debate do plano biológico para o plano político e econômico — algo que já apontamos anteriormente.

Nesse contexto, Jarrett (2021) cita como exemplo o grupo Lotta Feminista, do qual emergiu o movimento internacional por salários para o trabalho doméstico, criticando fortemente a ênfase das políticas de esquerda nos trabalhadores assalariados do sexo masculino.

As ativistas denunciavam como essa prioridade negligenciava as formas de exploração específicas vividas por mulheres e outros grupos marginalizados, relacionando essas opressões à lógica estrutural de dominação de classe.

Segundo Jarrett (2021), ao reconhecer o valor social do trabalho não remunerado e voluntário, as ativistas e acadêmicas feministas italianas deram uma importante contribuição à recomposição da classe trabalhadora, em diálogo com os legados da autonomia operária. Elas propuseram um modelo de classe mais inclusivo, atento às dimensões de gênero, raça e sexualidade, e às múltiplas formas de trabalho invisível e desvalorizado que sustentam o capitalismo contemporâneo.

Até aqui, concordamos em partes com Jarrett. A questão crucial surge quando a autora afirma que a articulação feita pelas ativistas italianas entre o valor econômico do trabalho ligado ao afeto, à ideação, à socialização e ao cuidado é justamente o que aproxima o trabalho doméstico do “trabalho realizado pelos consumidores nas mídias digitais” – sendo assim o que fundamenta o conceito de “Dona de Casa Digital”. Em vez de iluminar as estruturas, essa comparação pode nivelar experiências distintas, obscurecendo os fundamentos da crítica radical ao valor e sua cisão constitutiva com o feminino.

Essa aproximação, no entanto, carece de precisão teórica, algo que trataremos mais à frente quando lidarmos com a discussão sobre gênero e plataformas digitais, mais à frente desta dissertação. Com essas discussões e ponderações, fortalece-se a base de compreensão sobre gênero na sociedade patriarcal capitalista com a necessidade da crítica radical marxista. Prossegue-se agora para a explicitação das bases para os estudos sobre as tecnologias digitais de informação e comunicação.

3. EPC, GÊNERO E TIC

Este capítulo aborda, num primeiro momento, a escola da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (EPC) brasileira que optamos para esta dissertação, destacando sua base materialista histórica e seu foco na categoria trabalho e na teoria do valor de Marx. Este subcampo busca compreender as relações sociais de comunicação a partir de uma perspectiva materialista, contrastando com abordagens acadêmicas dominantes (Bolaño; Bastos, 2020).

O primeiro tópico apresentará o subcampo e a sua diferença para as abordagens críticas anteriores e que se desenvolvem em paralelo, considerando a teoria do valor-trabalho de Marx e os estudos do processo de mediação social da informação, da comunicação e da cultura.

No segundo tópico, a relação entre comunicação, informação e capitalismo é explorada. A comunicação é vista como essencial para a reprodução do capital e a circulação da informação é analisada dentro das trocas mercantis, evidenciando desigualdades de poder. A ciência, nesse contexto, é usada para buscar mais-valia e legitimar a dominação estatal, e a comunicação no trabalho reflete relações hierárquicas e coercitivas.

Por fim, o capítulo examina o impacto das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no cenário atual e o processo de plataformização, com base nas obras de César Bolaño, Verlane Aragão Santos e Guilherme Bernardi. Embora as TICs ampliem a comunicação e a interconectividade, também consolidam a concentração de riqueza e a desigualdade, resultando na exclusão do mercado de trabalho global, especialmente nas periferias do capitalismo. Nesse tópico, fazemos também uma crítica ao livro *A Dona de Casa Digital*, seguindo os pensamentos dos autores.

3.1. A EPC

Em trabalhos anteriores, Bolaño (2015) caracterizou o campo da Comunicação destacando as contradições e contrastes que o definem. Em vez de adotar uma visão cronológica rígida dos estudos deste campo científico, que se baseia na sucessão de escolas e paradigmas, o autor argumenta que este se constitui e se desenvolve através de uma constante luta epistemológica, intrinsecamente ligada à luta política das relações sociais. No lugar de avaliar

a Comunicação apenas por paradigmas fixos, ele sugere a importância de compreender o campo segundo a concepção de Pierre Bourdieu, através dos contrastes entre os programas de investigação predominantes, que dominam as instituições que compõem o campo, e os pesquisadores e grupos que, distantes desses núcleos hegemônicos, buscam reconhecimento e legitimidade.

É nesse sentido que surge a EPC, buscando completar um pensamento materialista em Comunicação. É a persistência em reconhecer a centralidade do trabalho para uma análise adequada das relações sociais, e em adotar a perspectiva do materialismo histórico no campo da Comunicação — em contraste com a corrente dominante no ambiente acadêmico —, que define a sua importância. Em um contexto geralmente avesso ao marxismo, este subcampo se empenha em superar as limitações do pensamento crítico anterior na área.

A EPC, de acordo com Bolaño e Bastos (2020), conseguiu integrar a teoria da Comunicação com a teoria do valor-trabalho, ampliando os conceitos centrais do pensamento marxista para o estudo dos processos de mediação social que definem o campo da Comunicação e da Cultura. Isso é algo que as abordagens críticas anteriores não haviam conseguido realizar. É sobre elas que seguiremos aqui.

3.1.1. DIÁLOGOS E LIMITAÇÕES

Um dos elementos importantes para a discussão crítica no campo da EPC é a utilização da compreensão sobre a Indústria Cultural, conceito que surgiu no final da primeira metade do século XX na obra dos filósofos alemães Theodor Adorno e Max Horkheimer (1985).

A obra de Adorno e Horkheimer (1985) oferecia uma avaliação crítica da contradição entre as possibilidades de superação do capitalismo e a persistência de regimes de exceção e dominação que ameaçavam a humanidade. Para descrever o mundo marcado pelo conflito entre capitalismo monopolista, nazismo e stalinismo, os dois filósofos introduziram o conceito de Indústria Cultural. Neste, o esclarecimento é visto como uma forma de mistificação das massas, funcionando como um instrumento crucial na exploração capitalista do trabalho.

Como indicam Bolaño e Bastos (2020, p. 169): “A Indústria Cultural, por sua vez, é parte de um movimento de expansão da racionalidade administrada própria ao Capitalismo Monopolista”. Ao criticar a chamada cultura de massas, Adorno e Horkheimer (1985)

identificavam na Indústria Cultural um funcionamento específico do capitalismo, onde o tempo livre é essencialmente uma extensão do tempo de trabalho, mas por outros meios.

Os autores proporcionaram uma análise mordaz do que observaram nos EUA, oferecendo, assim, uma perspectiva materialista crítica original sobre os meios de comunicação de massa. Para alcançar esse objetivo, era necessário apresentar um conceito que cumprisse pelo menos duas funções. A primeira era rejeitar totalmente a ideia, implícita na noção dominante de "cultura de massas", de que eram as próprias massas que produziam essa cultura. Para os filósofos, isso estava completamente equivocado. Ao contrário, eles reconheciam que a chamada cultura de massas era, na verdade, uma estratégia para expandir o fenômeno da alienação, característico do mundo do trabalho, para o tempo livre dos indivíduos.

Se a alienação do trabalhador em relação aos instrumentos de trabalho, que é o pressuposto histórico fundamental da produção capitalista, faz com que, no tempo de trabalho venha a vigir a regra de que o trabalhador seja recorrentemente alienado do produto de seu trabalho segundo a aparentemente justa dinâmica da troca de equivalentes (a partir da qual o trabalhador troca sua força de trabalho por um salário condizente com as suas necessidades de subsistência, ou de reprodução, ficando o comprador capitalista com todo o excedente produzido pelo trabalhador no tempo de trabalho estabelecido), no tempo fora do trabalho, o trabalhador é alienado também das condições de produção e reprodução cultural, o que revela como completamente disparatada a ideia de que as massas produziam a cultura a elas imposta (Bolaño; Bastos, 2020, p. 171).

A segunda tarefa era criar um conceito que, ao refutar a noção de cultura de massas, provocasse um choque no leitor, sendo inassimilável pela dinâmica produtiva capitalista e verdadeiramente crítico. Para isso, os filósofos combinaram termos que, para sua formação burguesa europeia, só poderiam ser vistos em contraste. "Indústria" remetia à padronização, à produção em larga escala e ao trabalho mecânico, onde o ser humano é absorvido pela máquina, sem criatividade ou individualidade. Em contraste, "cultura" representava a atividade humana, as relações orgânicas dentro da comunidade e o conjunto de modos de vida criativos e plenos das pessoas. A Indústria Cultural, de acordo com Bolaño e Bastos, configura-se, portanto, "como uma contradição nos termos, que expressa, na forma de conceito, uma contradição real: o amálgama próprio daquele contexto em que a massificação era a realização do esclarecimento como mecanismo de mistificação" (2020, p. 171).

Ao rejeitar de forma enfática a ideia de que as massas produzem a cultura de massas, Adorno e Horkheimer (1985) colocaram o problema do trabalho no centro da discussão, configurando-o a partir de uma análise industrial da produção cultural no capitalismo avançado. No entanto, como identificam Bolaño e Bastos (2020), eles permaneceram no plano da filosofia

e não abordaram a crítica da economia política, que inclui a análise das particularidades dos processos de trabalho e valorização, bem como da exploração nas diferentes indústrias culturais.

Eles consideraram a atividade rotineira dos artistas na Indústria Cultural como envolta pelas exigências da criatividade e pressionada pela padronização necessária ao sucesso comercial. Porém, a construção de uma teoria da Indústria Cultural e da Comunicação sob a ótica da teoria marxista do valor-trabalho não foi plenamente desenvolvida. Segundo Bolaño e Bastos (2020, p. 173), “Adorno e Horkheimer não chegam a dar o passo decisivo do estudo dos próprios processos materiais de produção de sentido”.

A crítica da Economia Política da Comunicação brasileira, ao contrário de outras que simplesmente rejeitam o conceito, reestabelece a discussão sobre a Indústria Cultural ao compreender essa forma social além de seu confinamento ao âmbito ideológico.

Quanto ao pensamento de base marxista, como mencionado por Bolaño e Bastos (2020), na década de 1960, sob a influência do estruturalismo francês, predominou uma interpretação determinista das formulações de Marx no “Prefácio de 1859” à *Crítica da Economia Política* sobre as relações entre a base econômica, a superestrutura política e jurídica e as formas ideológicas correspondentes. O exagero da metáfora arquitetônica de Marx resultou em uma série de mal-entendidos conceituais, levando frequentemente a interpretações mecânicas que, por vezes, misturavam a superestrutura política e jurídica com suas formas ideológicas correspondentes, a fim de apresentar um modelo dicotômico que os teóricos da Escola de Frankfurt buscavam justamente superar. No entanto, outros autores, ao reconhecerem a verdadeira dimensão da metáfora, conseguiram utilizá-la de maneira criativa e esclarecedora.

Raymond Williams (2011a [1958]) é um deles. O autor argumenta que a concepção de trabalho produtivo de Marx, que é centralizada na produção industrial e nas forças produtivas, pode ser excessivamente restritiva. Segundo ele, essa visão, que era adequada no contexto da Revolução Industrial, pode não capturar adequadamente as complexas relações entre a base econômica e a superestrutura na sociedade contemporânea.

Williams (2011a [1958]) acredita que, ao focar predominantemente na produção de mercadorias, a análise marxista tradicional do trabalho produtivo e sua influência na cultura poderia acabar se limitando e não conseguir lidar com a complexidade das novas formas de trabalho e produção na sociedade moderna.

A crítica de Williams (2011a [1958]) aponta, assim, para a necessidade de uma abordagem mais abrangente e flexível, que reconheça a diversidade e a evolução das formas de trabalho e das forças produtivas ao longo do tempo, e que possa melhor explicar as interações dinâmicas entre a base econômica e a superestrutura cultural. É esse argumento, segundo Bolaño e Bastos (2020, p. 175), “que se concentra numa incorporação do que se convencionou chamar de caráter ontológico do trabalho, que vai conduzir Williams [...] à caracterização dos meios de comunicação como meios de produção”. Raymond Williams (2011a [1958]) critica o determinismo tecnológico, a visão determinista que separa rigidamente a comunicação natural da comunicação tecnológica. O autor argumenta que essa separação não reflete a complexidade real da comunicação e do trabalho envolvidos. Para ele, a comunicação não é apenas uma função dos recursos naturais ou tecnológicos, mas também do trabalho humano que molda e transforma esses recursos. Os modos de comunicação são resultados de processos históricos e sociais, onde o trabalho desempenha um papel crucial.

Williams (2011a [1958]) enfatiza ainda que a comunicação é um produto tanto do trabalho que cria tecnologias quanto daquele que utiliza essas tecnologias. Assim, tanto a comunicação direta, como a fala, quanto aquela mediada por tecnologias, como a comunicação via microfones, são influenciadas por processos de trabalho e transformação de materiais.

Segundo Williams (2011b, p. 69), os meios de comunicação devem ser considerados meios de produção porque “[...] a comunicação e seus meios materiais são intrínsecos a todas as formas distintamente humanas de trabalho e organização social, constituindo-se assim como elementos indispensáveis tanto para as forças produtivas quanto para as relações de produção”. Em uma perspectiva emancipatória, o autor não apenas buscava recuperar os meios de produção comunicativa que foram expropriados pelo capitalismo, mas também pretendia instituir novos meios.

Contudo, segundo Bolaño e Bastos (2020), Williams isola a definição de trabalho que Marx apresenta no capítulo 5 de *O Capital*, sem considerar as questões que esse mesmo capítulo levanta sobre o caráter produtivo do trabalho para o capital. É exatamente essa lacuna que a EPC brasileira consegue superar, ao seguir os passos dados por Marx em sua obra fundamental, com o objetivo de estabelecer uma teoria marxista da comunicação.

Por fim, ainda neste direcionamento de base marxista, desde os anos 1990, a EPC brasileira tem buscado estabelecer um diálogo com outra importante corrente de estudos no campo da comunicação: os Estudos Culturais (EC). Esse esforço vai além dos debates

internacionais envolvendo autores de língua inglesa, como mostram A. Santos e I. Santos (2016) e V. Santos (2019), além de Bolaño e Bastos (2020).

A perspectiva antropológica dos EC procurava demonstrar as capacidades de resistência da audiência frente à manipulação dos meios de comunicação de massa, uma crítica que também é abordada pela EPC, embora esta utilize o método dialético para revelar as complexidades dos processos comunicacionais. No entanto, durante as décadas de 1980 e 1990, tanto os Estudos Culturais latino-americanos quanto os ingleses passaram por uma significativa mudança linguística, influenciada pelo pensamento pós-modernista, distanciando-se assim das perspectivas de alguns de seus fundadores, como E. P. Thompson e Williams (Bolaño; Bastos, 2020).

Para Bolaño e Bastos (2020), o desvio pós-modernista dos EC parece uma forma de rendição, resultando em um relativismo que se alinha perfeitamente à ideologia do mercado dominante no contexto do neoliberalismo. Essa mudança promove a celebração de identidades múltiplas, em detrimento da identidade de classe, que é essencialmente crítica, como contamos anteriormente neste texto.

A realidade tem mostrado que o desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação abre possibilidades emancipatórias ao facilitar uma comunicação horizontal e interativa. No entanto, nas condições objetivas em que essas tecnologias se desenvolvem, contribuem principalmente para a criação de um sistema social de controles internalizados, onde as energias potencialmente liberadoras são gerenciadas para apoiar as necessidades de manipulação publicitária ou propagandística do sistema.

Muitas vezes, o que é percebido como autonomia e diversidade não passa de uma internalização da cultura do consumo, que fragmenta o corpo social a serviço da acumulação de capital. Essa dinâmica também explica a transição de um sistema de comunicação baseado na TV de massa para um novo sistema em construção, centrado em meios interativos como a internet e as plataformas digitais.

Conforme Bolaño e Bastos (2020), o problema não está nos EC ou nos estudos de recepção em si, mas na ideologia pós-modernista que acabaram adotando. Essa ideologia se ajustou ao pensamento único, à ideologia do mercado e ao neoliberalismo dominante no período histórico em que esses estudos se tornaram mais relevantes no campo da Comunicação. Os postulados do materialismo histórico em Comunicação oferecem uma forma de superar essas

divergências, focando principalmente em uma abordagem crítica do trabalho na comunicação e na cultura.

3.1.2. A ESCOLA DE EPC BRASILEIRA ADOTADA

A Economia Política da Comunicação adotada no trabalho parte da escola brasileira. Esta se distingue de suas congêneres em outros países, especialmente dos centros hegemônicos como Estados Unidos e Europa, tanto pelo contexto histórico quanto pelas influências teóricas e objetivos práticos. Enquanto a EPC nos países centrais costuma ser marcada por uma abordagem crítica voltada à análise das indústrias culturais e das estruturas de poder no capitalismo avançado – muitas vezes baseada em autores como Dallas Smythe –, a EPC brasileira está profundamente enraizada na realidade latino-americana, marcada por desigualdades estruturais, concentração de mídia e fragilidade das instituições democráticas, tendo como principal autor César Bolaño.

Do ponto de vista teórico, a EPC brasileira também se diferencia por sua forte influência de correntes críticas do pensamento social latino-americano, que articulam elementos da teoria marxista com reflexões sobre dependência, desigualdade, exclusão e o papel periférico da América Latina no sistema capitalista global. Isso a leva a incorporar questões como o subdesenvolvimento, a lógica colonial e a exclusão comunicacional na análise das mídias e das tecnologias da informação. Sendo assim, a EPC brasileira é marcada por um compromisso mais evidente com a transformação social, uma atenção às especificidades do capitalismo periférico e uma crítica contundente à concentração do poder midiático, aspectos que a tornam singular em relação às abordagens desenvolvidas em outros contextos.

Já em Londrina, autoras e autores da EPC ligados ao grupo de pesquisa Cubo/UEL vêm desenvolvendo uma abordagem crítica que articula questões estruturais do capitalismo contemporâneo com as transformações no mundo do trabalho, as dinâmicas de gênero e o papel das plataformas digitais. Inseridas e inseridos em uma tradição crítica consolidada, as e os pesquisadores analisam como o capitalismo, em seu estágio atual de crise estrutural e financeirização, reorganiza o setor comunicacional, subordinando cada vez mais a produção simbólica à lógica do valor, da mercantilização e da exploração do trabalho – além da sua relação com as desigualdades raciais e de gênero.

Esta escola considera que o desenvolvimento tecnológico é repleto de contradições. À medida que o modo de produção capitalista se torna mais informático e comunicacional, priorizando operações intelectuais da força de trabalho e expandindo a socialização da produção a níveis extremamente amplos e globais, a subsunção do trabalho intelectual leva a uma reestruturação do fator subjetivo. Isso resulta em uma sociedade de controle, no sentido foucaultiano/deleuziano, caracterizada por uma fragmentação acentuada da classe trabalhadora e hierarquias internas extremamente pronunciadas.

Dessa forma, a EPC deve, segundo Bolaño e Bastos (2020, p. 184):

[...] explicitar a contradição e como ela vai se resolvendo, ou melhor, deslocando-se recorrentemente, na prática cotidiana do desenvolvimento capitalista, para planos mais elevados, de maior complexidade, privilegiando em geral as necessidades da acumulação do capital e da dominação ideológica.

A EPC deve, ainda, como a Crítica da Economia Política a que se vincula, centralizar suas preocupações no trabalho e na contradição que ele estabelece com o capital e seu sistema de dominação. Portanto, os conceitos de classe e luta de classes, em concordância com Bolaño e Bastos (2020), devem retornar ao centro da análise, substituindo o fascínio com a tecnologia que domina a visão de muitas pesquisas da Comunicação.

O seu objetivo é destacar o fato tecnológico, despojando-o de seu fetichismo e reconhecendo-o como uma criação e potência humana. O trabalho, então, surge como o fator que distingue o ser humano do ser natural, possibilitando a soberania do primeiro sobre o segundo.

Contudo, a verdadeira e plena emancipação requer a libertação do ser humano não apenas das forças da natureza, mas também da "segunda natureza" criada pelo próprio capital. Este movimento tautológico de autovalorização do capital perpetua sua contradição inerente entre a socialização das forças produtivas e a apropriação privada.

No contexto contemporâneo, “a Comunicação coloca-se no centro do debate político e a questão cultural apresenta-se como fundamental para a compreensão do capitalismo tardio” (Bolaño; Bastos, 2020, p. 185). É por isso que a “forma comunicação” é discutida na EPC, sendo considerada uma manifestação da dinâmica capitalista, abrangendo a circulação de mercadorias e o processo produtivo.

A partir dessas considerações, podemos definir a EPC, seguindo Bolaño e Bastos (2020, p. 178), “como o estudo das relações de produção capitalistas relativas à estrutura dos sistemas

de mediação social, tendo por pressuposto o desenvolvimento das forças produtivas”. Ainda segundo esses autores:

[...] trata-se em essência da ampliação do ferramental crítico da crítica da economia política para a compreensão das estruturas de mediação social características do modo de produção capitalista, especialmente aquelas desenvolvidas a partir das transformações sistêmicas que se traduziram na constituição do chamado capitalismo monopolista, na virada do século XX (Bolaño; Bastos, 2020, p. 178).

Um aspecto fundamental dessa definição, que está em sintonia com a crítica marxista ao materialismo vulgar, é o reconhecimento da importância essencial do desenvolvimento das forças produtivas como pressuposto para o estudo das relações sociais de produção, que são o foco específico da economia política. Dessa forma, elimina-se todo determinismo tecnológico presente em muitas teorias burguesas da comunicação, sem negligenciar a necessidade de compreender a dinâmica tecnológica, visto que ela influencia o comportamento dos principais atores sociais.

Outra coisa a ser destacada na definição é o que caracteriza a EPC como uma teoria da Comunicação: a mediação. Esse conceito especifica a relação social única da esfera da produção social que a disciplina analisa. Ao longo de sua história, as teorias da Comunicação têm se concentrado, de forma simultânea ou alternada, em estudar diferentes aspectos da mediação, utilizando ferramentas oriundas de diversas tradições intelectuais. O subcampo da EPC também se dedica a articular várias dessas ferramentas, fundamentando-se na crítica da economia política e no materialismo histórico e dialético.

Aborda-se esse problema com particular ênfase ao estudar a Indústria Cultural, que representa a estrutura de mediação social própria do capitalismo do século XX, mas sua análise não se limita a isso. Assim, a mediação social deve ser entendida, seguindo os autores, “como um processo duplo, envolvendo elementos de ordem político-institucional, de um lado, e psicológico-cognitivo, de outro” (Bolaño; Bastos, 2020, p. 178).

O terceiro aspecto a ser destacado na definição proposta é que, na Crítica da Economia Política de Marx, a categoria fundamental é o trabalho, e, no contexto da Economia Política da Comunicação, é o trabalho cultural que efetivamente realiza a mediação social no capitalismo avançado.

Como elucidado em *Indústria Cultural, Informação e Capitalismo* (Bolaño, 2000), a contradição essencial do modo de produção capitalista é dupla, manifestando-se na relação entre capital e trabalho, que se desdobra na contradição entre economia e cultura. Desde a

origem do modo de produção capitalista, essa contradição é evidente, como demonstrado pelo conceito de acumulação primitiva de conhecimento (idem). No entanto, a consciência dessa dinâmica só emergiu, de fato, a partir da metade do século XX, com a teoria da Indústria Cultural da Escola de Frankfurt, que, como vimos antes, constitui a base original do pensamento crítico sobre a comunicação no capitalismo.

A questão da mediação social está, portanto, relacionada à subsunção do trabalho cultural no capital investido na produção cultural. As indústrias culturais só conseguem realizar efetivamente a mediação ao subsumir esse tipo específico de trabalho, pois, sem o trabalho, elas são apenas estruturas físicas, como edifícios, cabos, equipamentos e softwares, sem valor intrínseco. É o trabalho vivo que cria valor e, simultaneamente, preserva o valor dos meios de produção que são consumidos ou desgastados no processo produtivo, transferindo-o para o novo produto. Nesse contexto, a definição de trabalho produtivo de Marx é perfeitamente aplicável.

No caso da Indústria Cultural, o trabalho, de um modo geral, produz duas mercadorias: o bem simbólico e a audiência. Aqui se manifesta bem claramente a contradição entre economia e cultura, mediada pelo trabalho cultural. Assim, o que interessa ao capital no âmbito da cultura é aquele trabalho cuja utilidade é produzir uma audiência apta a receber, entender e reagir às mensagens da propaganda e da publicidade. É a sua função de mediação que o caracteriza justamente (Bolaño; Bastos, 2020, p. 181).

O trabalho cultural subsumido, gera, por um lado, valor e mais-valia para o capital individual que o explora diretamente, enquanto, por outro, realiza a mediação social em benefício da classe capitalista como um todo.

Aqui, observamos que a EPC avança significativamente ao estabelecer uma teoria materialista da Comunicação, superando as limitações tanto do conceito frankfurtiano de Indústria Cultural quanto da abordagem de Williams sobre o caráter produtivo da Comunicação e da Cultura.

3.2. COMUNICAÇÃO, CAPITALISMO E PATRIARCADO

Neste segundo tópico, avançamos na exploração da conexão entre comunicação, informação e capitalismo, baseando-se em Bolaño e Marx. Destacamos a importância dos meios de comunicação para a reprodução do capital e analisamos a circulação da informação nas trocas mercantis, revelando desigualdades de poder.

A ciência é vista como um instrumento na lógica capitalista, buscando mais-valia e legitimando a dominação estatal. Já a comunicação no trabalho é descrita como hierárquica e coercitiva, refletindo relações de classe. Buscamos uma reflexão crítica sobre as implicações da comunicação nas estruturas sociais e econômicas atuais.

Em seguida, analisamos a "forma comunicação" dentro da EPC, ainda com base nas ideias de César Bolaño (2000). A comunicação é vista como uma forma social que reflete a dinâmica do capital, abrangendo desde a circulação de mercadorias até o processo produtivo. Bolaño diferencia publicidade, que promove produtos, e propaganda, que manipula ideologias. A Indústria Cultural é apresentada como a mediadora entre capital, Estado e audiência, reificando o trabalho cultural e transformando interações simbólicas em produtos mercadológicos.

A Indústria Cultural, por fim, é analisada como um espaço que reproduz as contradições e as desigualdades de gênero no capitalismo, com representações femininas que mantêm estruturas de poder. Apesar de novas imagens de mulheres modernas na mídia, essas representações não desafiam as bases da desigualdade, servindo aos interesses do capital e ocultando relações de dominação.

3.2.1 COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E CAPITALISMO

Bolaño (2000) inicia *Indústria Cultural: Informação e Capitalismo* explicando a relação entre a comunicação e os meios de transporte, conforme indica Marx em seus escritos. Dessa relação, o autor tira algumas conclusões: a) Marx considera que o conjunto de “meios de comunicação e transporte” constitui uma condição essencial para a reprodução do capital; b) esses meios desempenham um papel fundamental na criação de mercados de consumo e no fornecimento de matérias-primas e produtos intermediários para a indústria; c) eles formam um setor econômico específico com características próprias; e, d) são produtivos, geram valor.

Para melhor esclarecer como funciona a economia política da comunicação, Bolaño (2000) começa explicando a circulação simples da informação. A troca de mercadorias representa um processo comunicativo entre proprietários privados que vai além da simples relação econômica que a fundamenta. A análise da relação mercantil revela uma norma social específica, que define uma maneira particular de interação entre os indivíduos: uma relação econômica de compra e venda de mercadorias. Essa interação envolve um tipo específico de

comunicação, distinta daquela encontrada entre parceiros sexuais, colegas de trabalho ou membros de uma seita religiosa, por exemplo. A comunicação nesse contexto é baseada em informações objetivas. Essa “informação é condição de existência, pressuposto de uma economia mercantil” (Bolaño, 2000, p. 31).

No momento da circulação simples da informação, a relação social é de igualdade formal entre indivíduos, mas isso não significa que ela seja verdadeira. O vendedor pode mentir sobre como foi produzido seu produto, enquanto o comprador pode mentir sobre sua real disponibilidade financeira. “Isso já deixa implícita a possibilidade de manipulação da informação pela publicidade” (Bolaño, 2000, p. 32). Mas, nesse momento, isso ainda é uma possibilidade, já que na circulação mercantil os indivíduos são supostos como sendo formalmente iguais. Ainda assim: “[...] fica posta desde já a possibilidade de utilização da informação como meio de dominação política, como propaganda, da mesma forma em que já estava posta [...] a possibilidade do falseamento da informação pela publicidade” (Ibid., p. 36).

A otimização das performances é uma exigência de um sistema caracterizado pela concorrência, em que o conhecimento técnico e científico atende às necessidades de acumulação do capital. Nesse contexto, a informação desempenha um papel crucial: é essencial tanto para o controle do processo de trabalho quanto para o acesso a conhecimentos técnicos e científicos que conferem vantagens competitivas às empresas. Além disso, o Estado, como um ideal de capitalista coletivo, utiliza a informação e o conhecimento como instrumentos para legitimar sua dominação. Assim, compreendemos que a informatização da sociedade pode se transformar em um poderoso instrumento para o controle e a regulamentação do sistema de mercado, como discutiremos ainda nesta dissertação.

Já a comunicação que se realiza no processo produtivo de tipo capitalista é “hierarquizada, burocratizada, compatível com a estrutura de poder na fábrica” (Bolaño, 2000, p. 41). Ao vender sua força de trabalho, o trabalhador se compromete a se submeter aos interesses do capital e às exigências do processo produtivo. Ele deve renunciar ao controle sobre os objetivos da produção, os métodos de trabalho, a gestão do tempo e todos os recursos envolvidos no processo. O trabalhador recebe instruções diretamente do capitalista ou de seus representantes na administração, que detêm o conhecimento e o poder dentro da empresa. “Aqui transparece a desigualdade fundamental do sistema, mascarada pela igualdade formal aparente definida no nível da circulação mercantil. Também a comunicação deixa de ser uma comunicação entre iguais e se transforma em comunicação de classe” (Bolaño, 2000, p. 42).

Dessa forma, a informação assume uma maneira especificamente capitalista, vinculada ao processo de trabalho: “informação unidirecional, organizada de acordo com as necessidades de acumulação do capital [...] e que não tem como negar seu caráter de dominação e de poder” (Bolaño, 2000, p. 42).

O movimento de racionalização e burocratização do processo de trabalho pode ser entendido, de acordo com Bolaño (2000), como um movimento de construção de uma base comunicativa para o capital no seu processo de valorização. Há, no entanto, uma contradição na forma da comunicação no processo de trabalho, já que este exige não apenas a informação hierarquizada, mas também um tipo de comunicação “horizontal, cooperativa, entre esses mesmos trabalhadores individuais que, no seu conjunto, formam [...] um conjunto de indivíduos da mesma classe social reunidos sob o poder de um capital que os explora e domina” (Bolaño, 2000, p. 45). Nesse sentido, Bolaño (idem) afirma que a informação adquire a forma de “informação de classe”.

A informação no processo de trabalho é marcada por uma desigualdade fundamental, em que o trabalhador é um receptor dentro de um processo comunicativo que se baseia na relação salarial. Esse processo tem a função de integrar as determinações da burocracia da empresa capitalista, voltadas para a acumulação de capital, no processo produtivo, reforçando a relação de dominação entre capital e trabalho. Essa dinâmica só é possível porque historicamente o capital apropriou-se do conhecimento dos artesãos e o reprocessou, criando a base comunicativa que sustenta essa relação de dominação. A esse processo, Bolaño (2000, p. 46) dá o nome de “acumulação primitiva de conhecimento”, pois é também “a base para o desenvolvimento tecnológico promovido pelo capital”.

A partir disso, ocorre uma bifurcação em que se constituem dois tipos básicos de informação: uma ligada diretamente ao processo de produção de mercadorias e que, no entanto, não é ela própria mercadoria; e outra que se agrega como mais um insumo ao processo produtivo e que é sempre “mercadoria-informação”.

Assim, Bolaño (2000) afirma que o processo histórico que levou à formação do capitalismo monopolista foi acompanhado por uma série de transformações técnicas nas comunicações, as quais confirmaram e potencializaram as tendências de articulação social da informação com a lógica do desenvolvimento capitalista.

A partir da acumulação primitiva do conhecimento, dois tipos diferentes de informação são definidos: o primeiro ligado ao processo de trabalho e o segundo à concorrência capitalista, cujo desenvolvimento, no entanto, ocorre de maneira simultânea e solidária, processo no qual são criados sistemas de comunicação que vão do telégrafo aos satélites. Esse desenvolvimento, no entanto, não elimina as contradições próprias da forma capitalista da informação.

3.2.2. FORMA-COMUNICAÇÃO

O princípio central do materialismo dialético que fundamenta a EPC, conforme desenvolvido por Bolaño (2000), é a derivação lógica da comunicação como uma forma social que reflete os aspectos fundamentais da dinâmica do capital. Isso abrange desde a circulação simples de mercadorias até a produção, conforme exposto por Marx no Livro I de *O Capital* (2017).

A abordagem busca mostrar a forma-comunicação como uma manifestação específica do modo de produção capitalista, começando, como vimos, pela relação de troca de mercadorias, onde os participantes são formalmente iguais e livres, e indo até o processo produtivo, em que a interação ocorre conforme as relações de classe. Assim, a forma social da comunicação é analisada em um nível elevado de abstração.

Com o avanço da industrialização e o crescimento exponencial do consumo em massa, surgiu uma necessidade crescente de gerenciar e disseminar uma quantidade imensa de informações. Isso levou ao desenvolvimento de grandes sistemas de comunicação que são capazes de processar e divulgar essas informações.

Nesse contexto, a Indústria Cultural emergiu como a instância adequada para lidar com as funções complexas e contraditórias da forma-comunicação. Tornou-se responsável por organizar e distribuir bens culturais, como filmes, músicas e livros, mas dentro de uma estrutura industrial. Dessa forma, o trabalho comunicativo e cultural se concretiza e é moldado pela Indústria Cultural, que organiza e administra a comunicação e a cultura na sociedade contemporânea.

Além disso, “ao produzir um bem simbólico, o trabalho cultural e comunicacional, subsumido pelo capital no bojo da Indústria Cultural, também produz audiência” (Bastos; Souza, 2019). A audiência é o grupo de pessoas que consome esses bens culturais e seu

comportamento é essencial para o sucesso comercial desses produtos. O objetivo do trabalho cultural e comunicacional, portanto, é atrair a atenção das pessoas.

No entanto, estas são tratadas de forma abstrata, ou seja, como parte de grandes grupos ou estratificações sociais, em vez de serem vistas como indivíduos únicos. Esses grupos são quantificados em números, como quantidade de espectadores, leitores etc. Essas quantificações são oferecidas ao mercado de anunciantes, que usa essas informações para direcionar suas campanhas publicitárias.

O consumo de bens simbólicos por espectadores, leitores e ouvintes faz parte de um campo específico de atuação do capital. O trabalho cultural e comunicacional é reificado, ou seja, reduzido a um produto mercadológico, e as atividades simbólicas dos espectadores, leitores e ouvintes são tratadas como mera audiência.

3.2.2.1. FORMA-COMUNICAÇÃO DERIVADA DA DISSOCIAÇÃO-VALOR E A REPRESENTAÇÃO NA INDÚSTRIA CULTURAL

Como já vimos, com a consolidação do neoliberalismo como ideologia dominante e sua difusão no campo acadêmico, especialmente por meio de abordagens que privilegiam o indivíduo isolado como unidade central de análise – como ocorre em certos enfoques pós-estruturalistas e identitários –, tem-se observado a emergência de discursos que tratam as questões de gênero e raça como desvinculadas das estruturas materiais e das relações de classe. Nesse cenário, tais debates são frequentemente apresentados como incompatíveis ou mesmo antagônicos às perspectivas críticas ancoradas na tradição marxista e na Economia Política, sugerindo que a análise estrutural das dinâmicas do capital estaria em desacordo com a consideração das múltiplas opressões que atravessam os sujeitos. Essa separação, no entanto, ignora os esforços teóricos e empíricos que buscam justamente integrar as dimensões de classe, raça e gênero como partes constitutivas da reprodução do capital e das formas contemporâneas de dominação.

No artigo “Nós, as economistas políticas da comunicação: um conto de sub-representações e apagamentos em busca de um final feliz no reino encantado da EPC brasileira” (2020), Bahia *et al.* fazem uma crítica à EPC brasileira por supostamente manter uma influência patriarcal associada às práticas estruturais de apagamento, exclusão e deslegitimação em suas

teorias. Para as autoras, “a ausência de políticas positivas buscando igualdade social no cerne da EPC são [...] uma deformação” (Bahia *et al.*, 2020, p. 7).

No entanto, como veremos no decorrer desse tópico, apenas lutar por causas identitárias não resolve o problema. Essa reformulação não rompe com as desigualdades de gênero; ao contrário, acaba por reforçá-las ao se alinhar às lógicas de manutenção e expansão do capital.

Além do mais, autoras do Cubo/UEL (como Rafaela Souza, Tamiris Santos e, modestamente, esta autora, neste trabalho de dissertação de mestrado) têm se dedicado a estudos de gênero e raça, com uma perspectiva que busca compreender como o capital se apropria de dimensões subjetivas e afetivas da vida social, favorecendo determinados grupos e marginalizando outros, além de desconstruir a crença de que apenas as abordagens identitárias são capazes de promover debates sobre esses assuntos. Tendo isto explicado, voltemos à discussão sobre gênero e patriarcado capitalista, agora na relação com a comunicação.

Roswitha Scholz (2006) considera que o fundamento da socialização do patriarcado no capitalismo está na dissociação-valor. De acordo com a autora, já no primeiro estágio da relação entre os agentes da troca, que são formalmente livres e iguais – como visto no capítulo anterior –, a relação é fundamentada em uma dissociação que se reflete na assimetria sexual do "princípio masculino", na medida em que "o valor é o homem".

Assim, a igualdade aparente entre os agentes da troca é, na verdade, baseada em uma cisão estruturante da socialização pelo valor: a assimetria entre os sexos. Essa assimetria se evidencia na dissociação das atividades de reprodução social, que são compreendidas como femininas e alheias ao valor, enquanto o âmbito do valor se expressa de acordo com um "princípio masculino". Isto é: como fluxo de informações essencial para a circulação simples, a forma-comunicação atua no contexto da esfera em que se manifesta a determinação “masculina” da dissociação-valor.

A dissociação também permanece no processo de interversão dialética que ocorre no terreno oculto da produção. “Aqui, ainda é a valorização do valor que se particulariza no momento da produção” (Bastos; Souza, 2019, p. 61). Logo, como determinação do valor, também emerge o "princípio masculino", cuja substância é a dissociação-valor.

A informação hierarquizada entre o capitalista, que detém o dinheiro, e o trabalhador, que vende sua força de trabalho, transforma a falsa igualdade formal em desigualdade de classe. A própria determinação masculina manifesta-se de forma assimétrica.

A partir disso, Bastos e Souza (2019) compreendem que a forma-comunicação deve ser logicamente derivada desse aspecto fundamental, de maneira a considerar que não é sexualmente neutra, pois:

Ela não está dentro de um sistema cuja expressão sexualmente assimétrica é apenas resultado de um contexto histórico de derrocada feminina que só aparece no momento de sociabilização capitalista e da subsunção do trabalho e cuja expressão elementar é sexualmente neutra. Com isso, postula-se que a forma-comunicação não é a aparência, a expressão sexualmente assimétrica de uma estrutura elementar sexualmente neutra, que seria a autovalorização do valor. Pelo contrário, ao concordar com o processo de derivação lógica da forma-comunicação a partir da forma elementar da autovalorização do valor, sugere-se que, por isso mesmo, necessariamente se deve levar conta a dissociação-valor como seu fundamento (Bastos; Souza, 2019, p. 60).

Como isso dialoga com a representação das mulheres na Indústria Cultural? Como já comentado neste trabalho, a IC é uma manifestação histórica das funções do capital na comunicação, entre outras dimensões. Ela reproduz, em um novo contexto, a sobreposição da dominação de classe sobre a cooperação horizontal entre trabalhadores no processo produtivo, mas agora sob a forma de informação de massas. Ou seja, o que a dominação característica da exploração da força de trabalho impõe na esfera da produção é reproduzido, sob a aparência de liberdade comunicacional, nas mediações resultantes do trabalho neste segmento.

Bastos e Souza (2019) apontam que a presença feminina em publicidade, propaganda e programas de mídia tem uma função específica. Ela atende tanto às necessidades funcionais dos capitais individuais e do Estado quanto às expectativas simbólicas do público. A maneira como as mulheres são representadas e o papel que desempenham nos meios de comunicação está ligada ao contexto histórico e às articulações entre diferentes esferas sociais. A presença da mulher na mídia não apenas persiste, mas também reforça as contradições existentes na dominação e exploração do trabalho. Isso ocorre porque a representação feminina na mídia não desafia ou modifica as bases dessa dominação e exploração.

Além disso, segundo a autora e o autor, a representação feminina e os papéis desempenhados por mulheres nas esferas da circulação, produção e doméstica são elementos que ajudam a manter e reproduzir o sistema capitalista. Eles visam lidar com os aspectos da acumulação e reprodução do capital, mantendo as desigualdades de gênero e as estruturas de poder existentes.

No contexto das mediações estabelecidas pela Indústria Cultural, entre os capitais individuais e o Estado, de um lado, e o público, de outro, a assimetria de gênero assume características específicas relacionadas ao trabalho cultural e aos seus produtos. A informação

de massas, configurada por esta Indústria, reflete, neste plano de análise, as contradições da assimetria de gênero a partir da esfera doméstica extraeconômica. Essa esfera doméstica, dissociada de forma negativa das esferas da circulação e da produção previamente analisadas, evidencia essas contradições (Bastos; Souza, 2019).

Agora, voltando ao contexto da esfera doméstica, que se configura como algo extraeconômico, observa-se uma assimetria de gênero que, embora pareça diminuída na esfera da circulação (onde as relações entre os sexos são formalmente iguais), ainda se manifesta de forma estrutural. A mobilidade sistêmica da mulher, que ora atua como força de trabalho na fábrica, ora assume a função de responsável pelos afazeres domésticos, é indicativa de movimentos da relação entre a esfera privada da produção de mercadorias e a esfera do consumo e o aproveitamento para os objetivos do capital de dinâmicas históricas como o patriarcado (Bolaño; Bastos; Souza, 2021).

Isso significa que, à medida que a esfera da produção de mercadorias exige um uso crescente da força de trabalho das mulheres, a igualdade formal típica da esfera da circulação mercantil ajusta suas características, sem, no entanto, alterar suas propriedades fundamentais. Assim, a igualdade formal, que parece real nas relações entre os sexos, só se torna possível devido à exclusão das mulheres do núcleo essencial da produção. Por outro lado, mesmo com uma maior presença no mercado de trabalho, a assimetria de gênero historicamente estabelecida pela esfera doméstica do consumo não é eliminada. Na verdade, essa presença apenas reforça as desigualdades entre os sexos, duplicando as condições de desigualdade na esfera da produção e perpetuando a estrutura patriarcal que se origina na esfera doméstica.

Bolaño, Bastos e Souza (2021) afirmam que se o antigo estereótipo da família de "propaganda de margarina", com a dona de casa e seus eletrodomésticos, ou os romances sentimentais das telenovelas, que refletem a ideologia (sexista) da classe média americana dos anos cinquenta, parecem hoje desatualizados, é porque novas configurações culturais assumiram essas mesmas funções.

Com o aumento da presença feminina na esfera da produção, resultado também da crise do capital, e mantendo o exemplo previamente mencionado, onde há uma modulação da igualdade formal na esfera da circulação e a persistência da assimetria de gênero no âmbito privado doméstico, as necessidades dos anunciantes, que buscam atingir determinados públicos através do trabalho cultural, bem como as demandas simbólicas dos espectadores a serem atendidas pelos programas, passam a ter uma nova conotação.

Bolaño, Bastos e Souza (2021) afirmam que a mudança da figura da mulher, que contemporaneamente se apresenta enquanto quem trabalha, cuida dos filhos e atende aos desejos do marido, assim como desde uma versão autônoma, livre e independente, são variações das ficções audiovisuais destinadas a atender às expectativas da audiência e às necessidades simbólicas, de maneira que: “Esta nova figuração não apenas não modifica o quadro de assimetria entre os sexos, como serve fundamentalmente para atender as demandas de acumulação e reprodução do capital” (Bolaño; Bastos; Souza, 2021, p. 12).

Isso oculta os fundamentos da dominação social e da exploração do trabalho que os determinam. Concordando com Bolaño, Bastos e Souza (2021), enquanto a produção privada de mercadorias e a exploração da força de trabalho persistirem, com a esfera privada doméstica do consumo improdutivo como um âmbito complementar necessário e contraditório, as variações na assimetria de gênero presentes na Indústria Cultural continuarão a favorecer a dinâmica de acumulação e reprodução do capital.

Se a realocação das mulheres para a esfera doméstica é um desdobramento da mais-valia relativa e da subsunção real do trabalho ao capital, podemos afirmar que essa expressão necessária da assimetria entre os sexos é ela mesma um elemento propriamente contraditório – ao mesmo tempo, redução do valor da força de trabalho e reconfiguração do exército industrial de reserva (Bolaño; Bastos; Souza, 2021). Nesse plano de análise, em que se constitui o que Federici (2004) chamou de privatização do corpo feminino e a consequente formação da família nuclear proletária, a assimetria entre os sexos se apresenta de modo a demandar a abstração de audiências específicas e o atendimento de necessidades simbólicas próprias à condição dissociada.

3.2.3. A EPC E “A DONA DE CASA DIGITAL”

Jarrett (2021) abre o primeiro capítulo do livro destacando que a popularização de ferramentas de produção e distribuição associadas à comunicação digital *online* possibilitou a difusão de diferentes perspectivas políticas marxistas, socialistas e comunistas por meio de sites, blogs e publicações virtuais. Segundo ela, “as mídias digitais oferecem solo fértil para a expressão e para a distribuição da teoria e da práxis marxistas” (Jarrett, 2021, p. 47). Além disso, a autora afirma que também vem ocorrendo um revigoramento das pesquisas sobre a economia política das mídias, com destaque para o estudo das mídias digitais.

Como base teórica para sua argumentação, Jarrett (2021) cita Michael Hardt e Antonio Negri. Ambos, assim como diversos outros teóricos ligados ao movimento da Autonomia Operária, segundo a autora, contribuíram com a base teórica utilizada por muitas pessoas para compreender a relação econômica entre a atividade criativa dos consumidores e a economia das mídias digitais. A figura da “Dona de Casa Digital” emergiria, assim, a partir das ferramentas conceituais oferecidas por esses pensadores, que permitem “articular as atividades não remuneradas e criativas desempenhadas como trabalho no contexto do consumidor digital” (Jarrett, 2021, p. 49).

Após fazer uma contextualização sobre a origem e o desenvolvimento do pensamento autonomista, Jarrett (2021) afirma que a valorização, por parte dos autonomistas, do papel do trabalho imaterial no capitalismo teria ganhado destaque principalmente por sua força explicativa. Essa abordagem, segundo a autora, estaria sendo amplamente utilizada para repensar as relações de trabalho nas indústrias de mídias digitais, pois ofereceria uma interpretação que abrange tanto o trabalho dos empregados diretos quanto dos consumidores.

Jarrett (2021) formula a sua explicação sobre o trabalho imaterial considerando-o, nas transformações recentes do capitalismo, especialmente no contexto digital, como algo que teria assumido um papel central na geração de valor econômico. Esse tipo de trabalho, que produz bens não materiais – como código, dados, ideias, conhecimento e relações interpessoais –, tornou-se cada vez mais importante para a lógica do mercado. Ela parte de Hardt e Negri para essa discussão quando esses definiram tanto os produtos quanto o próprio trabalho como “imateriais”. Com base nisso, distinguem duas formas principais: uma ligada a habilidades intelectuais, cognitivas e comunicacionais; outra relacionada ao trabalho afetivo, que envolve emoções e relações interpessoais.

As indústrias de mídias digitais – incluindo redes sociais, setores de *software* e entretenimento digital – seriam exemplos concretos dessa tendência. Nesses ambientes, o processo produtivo gira em torno da manipulação de símbolos e da mobilização de capacidades criativas e intelectuais, mais do que da transformação de matérias-primas. Assim, o valor seria gerado por elementos muitas vezes intangíveis, como cognição e afeto, que passariam a compor os cálculos de “capital humano” e influenciariam diretamente na precificação dos produtos e serviços no mercado.

Inclusive, essa valorização do imaterial não estaria restrita ao setor digital. Mesmo em fábricas informatizadas, habilidades interpessoais como comunicação, raciocínio e capacidade

de relacionamento tornaram-se cruciais para o funcionamento produtivo. Nesse novo arranjo, a força de trabalho deixaria de estar ancorada na força física e passaria a se apoiar na subjetividade dos indivíduos: seus afetos, pensamentos e formas de se relacionar (Jarret, 2021).

De acordo com Jarrett (2021), esse deslocamento evidenciaria como, no capitalismo contemporâneo, o trabalho imaterial não apenas ampliaria o conceito tradicional de produção, mas também desafiaria fronteiras entre trabalho e vida, entre produção e afeto. Segundo a autora, “[...] graças à sua capacidade de capturar os trabalhos associados a indústrias simbólicas voltadas para o consumidor, [...] o conceito de trabalho imaterial passou a ser um prisma essencial para a exploração do trabalho dos consumidores e para a compreensão da Dona de Casa Digital” (Jarrett, 2021, p. 53).

No capitalismo imaterial, de acordo com Jarrett (2021), os processos da vida – aqueles tradicionalmente considerados exteriores à lógica capitalista, como a criatividade, o lazer ou as relações afetivas – passariam a ser reorganizados de modo a refletir e incorporar os imperativos da produção. Essa transformação revela uma das principais teses do pensamento autonomista: a crescente colonização da vida pelo capital. O que antes estava fora da fábrica, agora passaria a funcionar como parte dela – é aí que surge o conceito de “fábrica social”.

Essa “fábrica social” não teria paredes nem horário fixo. Ela operaria por meio da extração de valor de atividades cotidianas que, em muitos casos, são prazerosas e quase voluntárias. Segundo a autora, uma ideia poderia surgir não somente no escritório, mas também no chuveiro ou nos sonhos. Ou seja, o trabalho intelectual não se limitaria mais ao expediente, pois o tempo de vida se torna também tempo de produção.

A partir dos argumentos desenvolvidos por Bolaño (2002), é possível construir uma crítica a essa perspectiva autonomista. O autor brasileiro reconhece a importância da reestruturação produtiva ligada ao conhecimento e às tecnologias da informação, mas insiste na necessidade de se manter uma crítica da economia política do conhecimento. Para ele, a ênfase autonomista no trabalho imaterial frequentemente negligencia as mediações sociais, políticas e econômicas que estruturam a produção simbólica e a comunicação no capitalismo contemporâneo.

Negri e Hardt (2000), de onde parte Jarrett (2021), por exemplo, afirmam que a mediação foi absorvida pelo próprio processo produtivo, de forma que as indústrias de comunicação se tornaram máquinas auto-validantes e auto-poiéticas. Bolaño (2002) contesta

diretamente essa ideia, argumentando que a mediação não desaparece, mas se transforma em um campo de contradição. O trabalho cultural, ainda que subordinado ao capital, continua a realizar mediações entre capitais e audiências e entre Estado e sociedade civil. Sua subsunção no capital é “relativamente limitada”, o que mantém abertos espaços de negociação, disputa e resistência simbólica.

Como alerta o pesquisador brasileiro, essa recusa da mediação compromete a capacidade de compreender as contradições estruturais do capitalismo, especialmente no que diz respeito ao papel persistente do Estado na organização da acumulação e na legitimação ideológica. Contra a ideia de que o Estado teria sido superado pelo Império, Bolaño (2022, p. 5) insiste que ele continua sendo um “lócus fundamental para a construção da hegemonia”, inclusive quando atua para organizar sua própria retração.

Ao incorporar à lógica capitalista elementos da socialidade, como as relações interpessoais, a comunicação e os afetos, para Jarrett (2021), o capitalismo de consumo transformaria, nesta perspectiva, lazer, interação e até descanso em fontes de valor. Seja pela mineração de dados, pela construção de valor de marca ou pela quantificação subjetiva do chamado capital humano, o que estaria em jogo a partir desse debate seria a conversão da vida em mercadoria. Nesse processo, as fronteiras entre o ser social e os processos de industrialização se apagam.

O pensamento autonomista propõe que a força de trabalho mais relevante hoje não é mais aquela ancorada no corpo que trabalha, mas sim aquela que emerge “entre e no interior dos sujeitos do capitalismo” (Jarrett, 2021, p. 56). Esse “intelecto geral” – uma inteligência coletiva compartilhada, feita de saberes, emoções e cooperação – teria se tornado um bem comum explorado pelas dinâmicas capitalistas. Com a automação tecnológica, por sua vez, esse trabalho imaterial seria extraído, separado de quem o produziu e depois reintroduzido como máquina ou sistema sobre os quais os trabalhadores têm pouco controle – representando aí a subsunção do trabalho. Com isso, o capitalismo contemporâneo amplia seus mecanismos de controle e expropriação para dentro do tecido social, operando em todas as esferas da vida.

Outra crítica relevante já realizada por Bolaño (2002) a isso é que, embora a leitura autonomista ofereça contribuições importantes para compreender a centralidade do trabalho comunicativo nas mídias digitais – como destaca Jarrett –, ela tende a operar com categorias que negligenciam o caráter contraditório e mediado da produção simbólica. A comunicação não é pura expressão do afeto ou do intelecto geral, mas um campo de disputa entre capitais e

classes, permeado por relações de poder estruturadas e desiguais. Assim, uma análise crítica das indústrias de mídia digital exige ainda a retomada da tradição marxista, com foco na crítica da economia política da comunicação e na dialética entre estrutura e subjetividade.

Jarrett (2021) também vê uma contradição na mudança por ela indicada, mas apenas de que ao mesmo tempo em que a subjetividade é explorada, ela também seria fortalecida como força criativa: a “máquina assume os aspectos físicos e/ou intelectuais mais desafiadores do trabalho e permite que as energias criativas do trabalhador sejam engajadas para além das necessidades do capital” (Jarrett, 2021, p. 58). É nesse ponto que o pensamento autonomista vislumbra uma possibilidade de resistência: a libertação do intelecto geral e o reaproveitamento do conhecimento coletivo para a reinvenção de formas de vida mais colaborativas, comunais e autônomas.

De acordo com a autora, “a imaterialidade parece ser uma designação adequada, senão literal, para o contexto do trabalho digital” (Jarrett, 2021, p. 65). É por esse motivo que ela chega, então, à Tiziana Terranova, que – baseando-se diretamente nas teorias dos autonomistas marxistas – analisa os regimes distintos de controle e exploração presentes nas indústrias de mídias digitais. Terranova identificaria “um papel importante desempenhado por aquele trabalho não remunerado muitas vezes executado fora da jornada de trabalho” (Jarrett, 2021, p. 67).

A análise proposta por Terranova seria central, de acordo com Jarrett (2021), para compreender as dinâmicas de exploração presentes no ambiente das mídias digitais, especialmente no que diz respeito às “Donas de Casa Digitais”. Sua mobilização do conceito de trabalho imaterial ofereceria um enquadramento teórico “essencial” (Jarrett, 2021, p. 69) para reconhecer como determinadas atividades realizadas em plataformas digitais participariam ativamente da geração de valor econômico.

Bolaño (2002) também já oferecia uma crítica contundente ao conceito de trabalho imaterial das e dos negristas, não por negar a importância da subjetividade na produção contemporânea, mas por apontar os riscos de esvaziamento teórico e de abandono da crítica da economia política que esse modelo pode gerar. Para o autor, essa formulação tende a idealizar o trabalho imaterial ao desconectá-lo das determinações concretas do capital e ao tratá-lo de forma abstrata, descolada das mediações sociais e estruturais que caracterizam o modo de produção capitalista.

O pesquisador brasileiro alerta ainda que essa concepção de trabalho imaterial “quase angélica” (Bolaño, 2002) desconsidera os mecanismos de exploração, apropriação e valorização capitalista. Como ele observa, mesmo nas indústrias de comunicação e cultura, “o trabalho cultural, como o trabalho intelectual em geral, é duplamente contraditório em relação ao capital” (2002, p. 16): por um lado, ele é necessário ao processo de acumulação; por outro, não se deixa capturar integralmente pela lógica da subsunção real.

Além disso, Bolaño (2002) critica a noção de que o trabalho imaterial dissolveria as distinções entre produção e reprodução, entre tempo de trabalho e tempo de vida. Essa dissolução, defendida por negristas como forma de potencial emancipação da subjetividade, é vista pelo autor brasileiro com desconfiança. Ele observa que “a colonização do mundo da vida pelas instâncias sistêmicas” não implica sua eliminação, mas sim sua reorganização sob novas formas de dominação (Idem, p. 16). O trabalho comunicativo e afetivo, longe de escapar às relações de exploração, é integrado a elas por meio de mecanismos específicos – como a publicidade, a vigilância de dados, a lógica das plataformas – que os autonomistas tendem a subestimar ou ignorar.

3.3. AS TIC E OS IMPACTOS NO MUNDO DO TRABALHO

Neste último tópico do segundo capítulo, seguimos os escritos de César Bolaño (2002) e Verlane Aragão Santos (2007) bem como de Guilherme Bernardi (2023) para entendermos o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) até a sua relevância para o cenário atual do capitalismo.

Embora as TIC ampliem a comunicação e a interconectividade, elas também consolidam a concentração de riqueza e a desigualdade, resultando em um cenário de deterioração das condições de trabalho e exclusão no mercado de trabalho global, especialmente nas periferias do capitalismo.

3.3.1. A CRISE DO FORDISMO

A partir da década de 1970, o capitalismo passou por transformações profundas que afetaram o trabalho, o consumo, a geopolítica e as funções estatais. Para Verlane Aragão Santos (2007), a reestruturação produtiva é simultaneamente uma expressão da crise do sistema capitalista e um vetor de transformações que intensificam suas contradições.

A autora destaca dois aspectos principais: (1) a articulação entre mudanças tecnológicas, organizacionais e institucionais que redefinem o papel dos Estados-nacionais na divisão internacional do trabalho; e (2) a centralidade das tecnologias da informação e comunicação (TICs) na produção, nos mercados financeiros e nas esferas midiática e ideológica.

Santos (2007) questiona se tais transformações indicam a constituição de um novo modelo de acumulação, dado que parte da literatura chega a pôr em xeque a própria “sociedade do trabalho”. A autora aponta uma dualidade analítica entre a crise cíclica das forças produtivas e as inovações nas relações sociais capitalistas, “sem que isso signifique sua superação” (Ibid., p. 35). Assim, “a continuidade relativa do desenvolvimento do capital apenas eleva o processo de modernização capitalista” (Idem).

O fordismo se caracterizava por três pilares: produção em massa, compromisso entre Estado, empresas e trabalhadores, e separação entre concepção e execução das tarefas (Santos, 2007). Sua crise, associada à crise estrutural do capitalismo, manifesta-se, segundo a autora, por seis principais elementos: queda da taxa de lucro, esgotamento do padrão taylorista/fordista, hipertrofia da esfera financeira, concentração de capitais, crise do Estado de bem-estar social e avanço das privatizações e da flexibilização.

Essa crise decorre das contradições entre capital e trabalho e entre capitais concorrentes, levando a um processo de reestruturação produtiva e à emergência do neoliberalismo como expressão ideológica e política da reorganização do capital. Nesse cenário, conforme Antunes (2001), observa-se a intensificação da lógica capitalista em todas as esferas da vida, marcada pela transição para uma acumulação flexível.

Santos afirma que “nada, então, pode escapar a tornar-se mercadoria sob o capitalismo”, destacando que isso configura “a extrapolação do processo de modernização capitalista” (2007, p. 38). Isso revela o caráter totalizante do sistema, cuja lógica de expansão subordina todas as esferas ao valor de troca, instaurando “uma prática estabelecida de reprodução social”, submetida aos “imperativos alienados da produção do capital em constante expansão, sem levar em conta suas implicações para as necessidades humanas” (Santos, 2007, p. 39).

No século XXI, o avanço da microeletrônica, da robótica e das TICs expressa a tendência à substituição de trabalho vivo por trabalho morto e à redução de tempo e custos produtivos. Essas inovações refletem as pressões da concorrência e da crise estrutural. Como resume Santos (2007, p. 39): “o capital empreende, submetido às forças da concorrência, uma

série de mudanças que, acompanhando os progressos técnicos, redundaram num conjunto de experiências de caráter histórico pontual”.

Desse modo, mais do que um novo modelo consolidado, as transformações contemporâneas revelam a persistência da lógica capitalista de exploração sob novas formas, marcadas pela flexibilização produtiva e pela centralidade do conhecimento no trabalho (Santos, 2007).

Bolaño (2002) concorda que o movimento de reestruturação do capitalismo indica claramente a continuidade e até o aumento da concentração e centralização do capital. Com isso, permanecem as condições que deram origem ao Estado intervencionista do Capitalismo Monopolista. Paralelamente, como resultado desse processo, os estados nacionais perdem a capacidade de regular a economia diante do poder crescente do sistema financeiro internacional e do grande capital produtivo oligopolista globalizado. Sob o comando do neoliberalismo, começa um amplo processo de desregulamentação, privatização e questionamento do Estado de bem-estar social, com o objetivo de criar condições para a acumulação privada (Bolaño, 2002).

As estruturas sociais e espaciais que definem a organização flexível da produção – um componente essencial do novo regime de acumulação – são diversas e não se limitam apenas aos distritos industriais regulados pela concorrência em pequena escala. Enfatiza-se a flexibilidade nos processos de trabalho, nos mercados de trabalho, nos produtos e nos padrões de consumo, com a desverticalização das estruturas de produção, resultando em maior mobilidade dos fatores produtivos. A difusão de novas tecnologias, por sua vez, “irrompe e altera os processos de trabalho, redefinindo os padrões de qualificação de mão-de-obra” (Santos, 2007, p. 42).

Dessa forma, segundo Bolaño (2002), as tecnologias informacionais aplicadas à produção e robotização resultam imediatamente em uma significativa diminuição dos postos de trabalho, sendo adotadas conforme o novo modelo de produção flexível, que direciona a produção para segmentos específicos de consumidores, em contraste com o paradigma de massificação do fordismo. A partir da perspectiva neo-schumpeteriana, Santos (2007) afirma que, com isso, se conforma um novo “paradigma tecno-econômico”, no qual o “velho” paradigma fordista é substituído por um “novo”, baseado nas tecnologias da informação e da comunicação. As características desse paradigma indicam mudanças significativas em diversos aspectos. A informação e o conhecimento tornam-se os principais insumos na “nova” economia

passíveis de apropriação. A produção, antes rígida, transforma-se em flexível e as empresas adotam estruturas em rede, cooperativas e/ou hierarquizadas.

Nesse contexto, surge um novo tipo de trabalhador, fundamental para a valorização do capital, cuja principal exigência é o domínio dos processos e a habilidade de gerar conhecimento. Assim, grupos menores de trabalhadoras e trabalhadores altamente qualificados produzem produtos diferenciados para nichos específicos da população. A mesma tendência de redução de empregos e segmentação também é observada no setor de serviços (Bolaño, 2002).

Os trabalhadores são exigidos a serem multi-hábeis, a passarem por treinamento contínuo e a se comprometerem com um maior envolvimento e horários mais flexíveis. Nos setores da comunicação e da cultura, Santos (2007) indica que surge um novo tipo de pessoa que desempenha um papel fundamental na valorização do capital, exigindo domínio dos processos e capacidade de produção de conhecimento. Esse trabalhador intelectual se torna um elemento significativo dentro da classe trabalhadora. A partir de Bolaño (2002), acrescentamos que isso representa um dos principais marcos do final do século XX, que é o surgimento, impulsionado pelo avanço das TIC e das redes telemáticas, de uma tendência de dissolução das fronteiras entre trabalho manual e intelectual.

A Revolução Industrial e, conseqüentemente, a formação do modo de produção capitalista, requerem, como condição prévia, não apenas uma acumulação primitiva de capital, mas também uma acumulação primitiva de conhecimento por parte do capital industrial. “Trata-se precisamente da passagem da subsunção formal à real do trabalho no capital” (Bolaño, 2002, p. 12). A base dessa transformação está na quebra da unidade entre trabalho manual e intelectual que caracterizava o artesanato. Seria possível, assim, especular sobre a eventual superação total daquela ruptura original.

No entanto, o que aconteceu foi bem diferente de uma reconciliação. De acordo com Bolaño (2002), o potencial revolucionário que essa reunificação trazia, criado pelo trabalho, só pôde ser realizado pelo capital e justamente por meio da sua ruptura, ampliando ainda mais a distância entre quem pensa e quem executa. Enquanto a manufatura e, principalmente, a indústria capitalista destroem a autonomia do trabalho artesanal, o mesmo não ocorre com os trabalhos artístico e intelectual, embora ambos tenham sido forçados a se adaptar ao longo da história aos interesses dominantes da acumulação capitalista. “A partir desse momento, o controle dos meios de produção mental tornar-se-á parte fundamental das estruturas de poder e de controle social” (Bolaño, 2002, p. 12).

Isso resulta em uma mudança na forma de pensar, com consequências profundas para as ciências, a tecnologia e a filosofia, sendo também essencial para a criação de uma nova estrutura de poder, na qual a relação entre trabalho intelectual e capital se tornará cada vez mais intrínseca.

Esse movimento de integração do trabalho intelectual ao modo de produção atinge atualmente um estágio decisivo com o avanço das tecnologias informacionais, que traz à tona a questão da verdadeira absorção do trabalho intelectual pelo capital e, ao mesmo tempo, abre a possibilidade de superar a divisão entre corpo e mente no trabalho, além de questionar o sistema de dominação vigente.

É fundamental reconhecer a natureza dialética dos diferentes aspectos que compõem o novo paradigma tecno-econômico. Isso significa enfatizar o caráter não determinístico da tecnologia, que só pode ser compreendida em sua articulação orgânica com os aspectos econômicos, institucionais e culturais. O processo resulta de um longo caminho de transformações dentro de um paradigma anterior, destacando a proeminência de certas atividades e ramos econômicos como elementos dinâmicos e disseminadores desse novo paradigma.

Neste, a microeletrônica e outras tecnologias emergentes, como telecomunicações, biotecnologia, fontes de energia inovadoras e tecnologias espaciais e militares são fatores-chave. Testemunhamos transformações significativas relacionadas à introdução e ao uso das TIC, que representam mudanças na configuração do capital tão importantes quanto aquelas que ocorreram no final dos séculos XVIII e XIX, em um contexto de expansão da lógica de acumulação capitalista (Santos, 2007).

A questão central para Santos (2007) não é se as transformações associadas à reestruturação produtiva — entendida como uma faceta privilegiada da reestruturação do capitalismo — definem um novo modelo de acumulação. Em vez disso, a autora busca compreender o significado dessas transformações, especialmente no que diz respeito à introdução e ao uso das TIC, assim como às formas de produção que se caracterizam pela flexibilização e pela adoção de estruturas reticulares. Isso é fundamental para garantir as condições de acumulação do capital e, potencialmente, para sua superação.

Se considerarmos a reestruturação produtiva como um conjunto de eventos que tem transformado profundamente o mundo do trabalho em suas diversas dimensões, os fenômenos

relacionados às mudanças nos mercados de trabalho — tanto na regulação das relações de trabalho quanto na estrutura de oferta e demanda de mão de obra — se tornam particularmente exemplares, resultando em um aumento do desassalariamento formal.

No entanto, o que se observa não é uma eliminação do assalariamento, ou seja, da compra e venda da força de trabalho, que ainda é a base da relação capital-trabalho. Em vez disso, Santos (2007) afirma que há uma ampliação das diversas formas de contratação, ou seja, das maneiras como capital e trabalho agora interagem entre si.

A redução percentual do emprego formal levou ainda ao surgimento, nos países centrais, de um fenômeno há muito familiar nas economias periféricas: a informalidade. A diferença está no fato de que uma parte significativa da população informal nos países centrais é composta por imigrantes ou por seus descendentes.

Juntamente com os avanços tecnológicos que reconfiguram a relação entre trabalho morto e trabalho vivo e, conseqüentemente, a relação capital-trabalho, também ocorrem mudanças sob os princípios da flexibilização do trabalho e da desregulamentação salarial. Em outras palavras, a revolução tecnológica e as transformações na gestão das relações salariais são aspectos de um mesmo processo histórico. A automação industrial, impulsionada pela robótica e pela microeletrônica, resultou em uma perda líquida de empregos em diversos setores, apesar de ter criado novas oportunidades de trabalho, tanto em atividades industriais quanto nos serviços. Santos (2007) indica que o fenômeno do “desemprego estrutural ou tecnológico” reflete a tendência crescente de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, dentro de um complexo processo de “cientificização da produção” que é característico das formas de acumulação capitalista. Entretanto, o capital não pode prescindir totalmente do trabalho vivo, mesmo em sua incessante busca para negá-lo como a unidade fundamental do processo de produção, evidenciando assim uma contradição interna.

Outro aspecto muito importante apontado pela autora diz respeito às mudanças na composição do emprego, caracterizadas pela sua queda na indústria e pelo aumento da participação dos serviços na mão de obra ocupada. Parte dos empregos perdidos na indústria está relacionada ao chamado desemprego tecnológico, enquanto outra parte refere-se a atividades que antes eram lá realizadas e que agora migraram para o setor de serviços. Nesse contexto, observa-se um aumento da importância deste setor, tanto em termos de participação no produto quanto na oferta de empregos, além do uso da terceirização.

Também surgem novas profissões e ocupações no setor de serviços, resultantes do desenvolvimento de novas atividades industriais ou do avanço tecnológico naquelas já estabelecidas. Nesse contexto, incluem-se as associadas à então chamada "nova economia" e as do setor de Tecnologias da Informação.

Entretanto, como afirma Bernardi (2023, p. 48):

A então prometida intelectualização geral dos processos de trabalho se transforma cada vez mais em regressão de tais condições (a volta da "servidão", a "uberização", a "plataformização do trabalho", entre tantos outros termos que se popularizaram ao longo dos anos) e em proletarização do trabalho intelectual.

Incapaz de se expandir e acumular como em um ciclo global de crescimento, o capital se volta, como única alternativa, para a deterioração do mercado de trabalho existente. Através de terceirizações, contratos temporários e precários, e das oportunidades proporcionadas pela digitalização das TICs, avança na divisão técnica e geográfica do trabalho. Isso permite, usando o termo de Ruy Mauro Marini (2000), a superexploração da força de trabalho nas periferias, enquanto simultaneamente pressiona os trabalhadores dos países centrais.

Essa dinâmica cria um enorme exército industrial de reserva global, focado na extração de mais-valor e na acumulação de capital, ao mesmo tempo em que cristaliza uma parcela crescente do excedente como lucro. Tudo isso sem conseguir sustentar uma espiral de crescimento, resultando em uma base de trabalhadores cada vez mais miserável (Bernardi, 2023).

Apesar do caráter irreversível das transformações técnicas na reestruturação produtiva, é importante destacar que, tanto nas atividades auxiliares e de serviços impulsionadas pelo uso das TIC quanto na indústria, o processo de criação de riqueza ainda envolve o trabalho vivo.

Um ponto crucial no processo de reorganização das relações de produção é a situação do "novo trabalhador", que enfrenta um mercado de trabalho repleto de exigências e com possibilidades de inserção limitadas. Essas restrições decorrem da fraca capacidade de crescimento econômico, tanto em economias centrais quanto periféricas, e do desemprego tecnológico. Esse "novo trabalhador" se vê diante de um cenário que demanda qualificação e competências diferenciadas para garantir uma vaga no mercado.

Trazendo Jarrett (2021) preliminarmente para essa discussão, ela considera que as mudanças no trabalho representam um processo de "feminização" deste. Esse contexto, marcaria "ao mesmo tempo o superemprego e subemprego estrutural que caracterizam a

condição de trabalho na economia neoliberal presente na atualidade” (Ibid., p. 114). Para ela, não se trataria apenas de um fenômeno relacionado às mulheres, mas de uma redefinição estrutural: o trabalho, independentemente de quem o execute, passaria a ser entendido como “feminizado”, isto é, vulnerável, flexível, instável – uma forma de servidão mais do que de emprego. Ela considera que ser feminizado é estar sujeito à desmontagem e remontagem constante, viver sob uma organização do tempo que desrespeita qualquer limite claro entre trabalho e vida pessoal, e ocupar uma posição de marginalidade dentro da economia e da cultura.

Sem nos aprofundarmos nisto, para nós, a questão central é como o capital, diante de sua reestruturação, incorpora e subsume o trabalho, considerando o avanço das novas tecnologias e sistemas inovadores no contexto da concorrência intercapitalista global; e como são formadas as diversas maneiras de utilização da força de trabalho.

3.3.2. AS MANIFESTAÇÕES DO TRABALHO (INTELECTUAL)

A reestruturação produtiva, assim como a correspondente alteração na gestão da mão de obra e nas relações de trabalho, tem como base fundamental o desenvolvimento da técnica e da ciência, apontando para a crescente “cientificização da produção”. Algo perceptível nas grandes indústrias, em que o conhecimento científico se torna a força produtiva imediata (Santos, 2007).

Durante a era da grande indústria, a classe trabalhadora alcançou seu auge de identidade, predominantemente composta por operários industriais, conforme o conceito de “trabalhador coletivo” de Marx (2017). Porém, em resumo, o cenário do século XXI é de que a estrutura produtiva se torna mais complexa, com inovação e conhecimento como elementos-chave, e as formas de organização da produção se diversificam, incluindo tanto modelos tradicionais quanto novas estruturas reticulares.

Segundo Santos (2007), o processo de reestruturação produtiva, ao implicar mudanças significativas nos componentes materiais, nas formas organizativas da produção e na gestão da força de trabalho, permite a constituição de diferentes e alternativas estratégias produtivas, que se diferenciarão não apenas pelo nível tecnológico dos equipamentos e afetam diretamente a relação capital-trabalho. Os resultados em termos de uso da força de trabalho dependerão da

estratégia adotada por empresa. Neste cenário é que se torna ainda mais importante tratar do trabalho intelectual como marca contemporânea de subsunção do trabalho.

O conhecimento está intrinsecamente ligado a um acervo de saberes acumulados pela humanidade ao longo de sua história. Esse acervo era, até a separação entre trabalho intelectual e manual, fruto exclusivamente do trabalho manual. A partir dessa divisão, que remonta à Grécia Antiga, o conhecimento se divide em duas vertentes. De um lado, desenvolvem-se os saberes relacionados ao trabalho manual, essenciais para a produção dos meios de subsistência em uma sociedade que, naquela época, ainda era escravista. Do outro, emergem o intelecto, a filosofia, a matemática pura e o pensamento abstrato, que não são exclusividades da mente, mas refletem toda a complexidade de uma sociedade baseada na troca e no dinheiro (Bernardi, 2023).

Quando aplicada ao processo produtivo e à acumulação capitalista, a ciência moderna – resultado do desenvolvimento do trabalho intelectual – transforma-se e assume a forma de maquinaria. Essa maquinaria, de acordo com Bernardi (2023), serve como meio para a real subsunção do trabalho, permitindo não apenas a implementação do capital, mas também a possibilidade de sua superação.

Segundo Bernardi (2023), no capitalismo, toda tecnologia está intrinsecamente relacionada ao trabalho e à sua subsunção pelo capital. Embora essa relação seja contraditória e ela possa ser apropriada e reaplicada em outras sociedades, não há como compreender o desenvolvimento tecnológico fora da influência do capital sobre o trabalho. A ciência, por sua vez, entra no processo produtivo na forma de maquinaria, ou seja, através de sua transformação em tecnologia.

Com o surgimento do capital monopolista e a subsunção formal do trabalho intelectual, ocorre uma reunificação dos dois tipos de trabalho, mas de maneira invertida. Essa reunificação se dá por meio de máquinas especificamente projetadas para dominar os trabalhadores e a natureza, em vez de liberar o tempo necessário para o desenvolvimento intelectual e humano. Assim, a tecnologia, com o avanço da máquina automática e da automação, assume sua forma mais pura de domínio sobre o trabalho (Bernardi, 2023).

De acordo com Prado (2005), na sociedade atual, o conhecimento científico e tecnológico pode se manifestar de duas maneiras: como saber livremente disponível ou como propriedade privada. No segundo caso, ele se transforma em saber incorporado a meios de

produção ou de consumo, podendo também existir como propriedade intelectual. Assim, no modo de produção capitalista, esse conhecimento deve necessariamente se acumular no capital fixo, que é o principal instrumento de subordinação dos trabalhadores e essencial para a redução do trabalho necessário e a expansão do trabalho excedente.

Ainda segundo Prado (2005), enquanto o tempo de trabalho perde importância na produção de riqueza, a ciência e a tecnologia passam a assumir a forma de capital. O capital busca se apropriar do trabalho social como uma força que vai além do trabalho individual ou coletivo, necessitando incorporar diretamente o conhecimento científico e tecnológico, transformando-o de um bem livre em propriedade privada. Assim, percebemos que “a ciência [...] tomou a forma de capital, de natureza privada, e que recebeu a forma jurídica do direito de propriedade intelectual” (Santos, 2007, p. 74). No processo de trabalho capitalista, na essência do modo de produção, Bolaño (2000) aponta que a informação, que inicialmente parece ser horizontal, direta e objetiva, se divide em duas categorias. Uma delas é hierarquizada e direta, transmitindo o controle do capital – representado pelo dinheiro e pelo capitalista – sobre o trabalho. A outra é horizontal e cooperativa, organizando e viabilizando a formação de um coletivo de trabalhadores. Assim, na produção capitalista, a informação adquire um caráter distinto de “informação de classe” (Bolaño, 2000, p. 45), fundamental para a dominação de uma classe sobre a outra.

Nesse momento, a subsunção do trabalho, no entanto, ainda se apresenta de forma meramente formal: “A subsunção real somente se configurará por meio de um desenvolvimento inicialmente separado do trabalho manual, com a constituição da ciência moderna” (Bernardi, 2023, p. 45).

A existência da maquinaria só se torna viável a partir de hipóteses, formulações e experimentações que, por meio do dinheiro, são adquiridas e colocadas a serviço do processo de acumulação capitalista e do controle sobre os trabalhadores. Com a maquinaria, podemos falar sobre a transição da subsunção formal para a real, marcando o início da Primeira Revolução Industrial e a formação do que Marx (2017) chamou de “grande indústria”. No entanto, o processo de subsunção real só estará completo com a Segunda Revolução Industrial, quando se torna possível a “produção de máquinas por outras máquinas”. Nesse estágio, a maquinaria deixa de ser produzida artesanalmente (ou experimentalmente, considerando a replicação de experimentos científicos) e passa a ser fabricada industrialmente (Bolaño, 2002).

É a partir do processo histórico de acumulação primitiva de conhecimento, que serve de base para o contínuo revolucionamento das forças produtivas impulsionado pelo capital, que a informação adquire, na concorrência, uma nova característica: a de se tornar uma mercadoria. Isso significa que a informação pode ser trocada no mercado ou, se mantida em segredo, representar uma vantagem competitiva para quem a detém.

A partir desse momento, segundo Bolaño (2000), surgem dois tipos básicos de informação. Uma delas está diretamente relacionada ao processo de produção de mercadorias e, embora não seja, por si só, uma mercadoria, trata-se de uma comunicação direta, hierarquizada, cooperativa, objetiva e não mediada. A outra se agrega como um insumo ao processo produtivo e, sob o controle do corpo técnico e burocrático da empresa capitalista, é sempre, de forma efetiva ou potencial, uma Mercadoria-Informação.

Bolaño (2002) indica uma Terceira Revolução Industrial como passo adiante para a subsunção real do trabalho intelectual, graças ao desenvolvimento da microeletrônica e das “máquinas informacionais”. Inicialmente, a exploração capitalista se concentra na captura dos “dados”, que refletem as energias mentais dos trabalhadores, subsumindo os trabalhos cultural e intelectual para apropriar-se de suas capacidades criativas e expressivas, além das dos usuários, que geram lucros para as empresas. Na realidade, como veremos no próximo capítulo, esses dados se tornam matérias-primas que, por meio do trabalho intelectual, possibilitam o desenvolvimento de novas tecnologias, impulsionando a automação e transformando a divisão do trabalho.

O avanço da microeletrônica e o surgimento das TIC aceleram o processo de subsunção real, resultando na acumulação de valor em forma de capital mecanizado. A substituição de trabalhadores por máquinas e robôs ocorre simultaneamente ao surgimento de novas funções que demandam diferentes níveis de capacidade cognitiva, caracterizando um trabalho mais intelectualizado. Isso se contrapõe ao modelo fordista de produção, que diferenciava claramente as atividades de concepção e execução do trabalho manual (Santos, 2007).

A partir disso, Santos (2007) indica três pontos conclusivos sobre o tema. Primeiro, o trabalho intelectual se torna uma força motriz essencial nas economias atuais, sem excluir uma grande massa de trabalhadores em funções mais simples, apesar das exigências de qualificação. Segundo, com a introdução das TIC, os processos de trabalho demandam um conjunto de habilidades que cada vez mais dissolvem a dicotomia entre trabalho manual e intelectual.

Terceiro, os sistemas de comunicação estão cada vez mais reduzindo a separação entre atividades industriais e de serviço.

3.3.3. OUTROS IMPACTOS DAS TIC

Feita a discussão sobre os efeitos em relação ao trabalho, é importante trazer ainda outros tipos de impactos das TIC, considerando que, de acordo com Santos (2007), trata-se de uma revolução tecnológica que, por meio de suas interfaces sociais, gera repercussões cujo alcance ainda não conseguimos plenamente compreender.

A microeletrônica promove uma transformação radical ao permitir a transição das tecnologias analógicas para as digitais nas telecomunicações, o que cria as condições para a convergência de diversas tecnologias. Esse novo paradigma é fundamentado em um conjunto interconectado de inovações em computação eletrônica, engenharia de software, sistemas de controle, circuitos integrados e telecomunicações, resultando em uma drástica redução dos custos de armazenamento, processamento, comunicação e disseminação de informações (Santos, 2007).

“Outro aspecto importante, no surgimento das TIC, diz respeito ao desenvolvimento das Comunicações” (Santos, 2007, p. 84). As avançadas TIC têm implicações fundamentais para a forma como nos comunicamos, produzimos e utilizamos informações, além de acumularem conhecimento. Essas tecnologias são difusas e transformam radicalmente os contornos da sociedade em que vivemos, com mudanças que estão interligadas a transformações institucionais.

De acordo com Santos (2007), as TIC sempre foram fundamentais para o desenvolvimento das economias, atuando como a base que conecta as estruturas de produção, circulação e consumo. Durante a Primeira Revolução Industrial, por exemplo, a malha ferroviária e o telégrafo, surgido no início do século XIX, proporcionaram a infraestrutura necessária para a comunicação e o escoamento da riqueza do capitalismo emergente. Hoje, as novas tecnologias digitais não apenas atendem às funções de transporte e circulação de riquezas, mas também transformam profundamente a maneira como as pessoas se comunicam e se relacionam. Porém, concordando com Santos (2007), o desenvolvimento das TIC deve ser analisado de forma abrangente e holística, evitando determinismos tecnológicos que

frequentemente levam a uma visão exclusivamente positiva ou totalmente catastrófica sobre seu avanço e uso.

As TIC só passam a ter a importância que têm no atual estágio de desenvolvimento das forças capitalistas de produção “enquanto inscrevem-se em um contexto de mudança da lógica cumulativa e no âmbito da própria dinâmica da concorrência intercapitalistas, deflagrada no surgimento da forma de atuação da firma-rede” (Santos, 2007, p. 87). Ou seja, ao mesmo tempo que possibilitam e ampliam a interação e flexibilização da estrutura produtiva, são moldadas pelas demandas do capitalismo contemporâneo. Elas se tornam ferramentas que também contribuem para a concentração de riqueza e a exclusão social.

Já se tornou senso comum que as novas tecnologias, especialmente a internet e suas variantes, avançaram significativamente na vida das empresas e na rotina cotidiana. Isso nos impõe, de maneira crescente, a necessidade de desenvolver habilidades especiais para seu uso e controle. Uma das principais características da "era digital" é a banalização da tecnologia, acompanhada pela rapidez na introdução e difusão de inovações, que tornam produtos e serviços cada vez mais obsoletos em um curto espaço de tempo.

Com a sua abrangência em todo o corpo social, as TIC atuam em quatro grandes áreas da sociedade: nas residências, onde se tornam parte do uso doméstico, englobando funções de entretenimento e comunicação; nas organizações, onde se tornam ferramentas essenciais para a flexibilização; nos movimentos sociais; e no campo educacional, que requer uma avaliação crítica sobre seu uso e impacto. O uso delas na atividade laboral é transversal a esses quatro espaços, uma vez que o trabalho se desloca cada vez mais do ambiente da fábrica e das empresas, alinhando-se à expansão da lógica do capital.

As TIC têm efeitos sobre o emprego que podem ser tanto positivos quanto negativos. Entre os aspectos positivos, destacam-se a ampliação da comunicação nas organizações, o surgimento de novas funções, a promoção de uma estrutura mais horizontal, o aumento da interdependência, que torna a informação mais acessível e transparente, e uma maior capacidade de resolução de problemas. Por outro lado, os efeitos negativos incluem a alienação, o excesso de informação – o que dificulta a filtragem de uma gama ampla de dados –, a redução das conversas informais e a diminuição de oportunidades devido à monopolização da comunicação social. Além disso, impactam a codificação do conhecimento, ampliam o arco de ação e contribuem para a eficiência e inovação organizacional (Santos, 2007).

Dessa forma, “as TIC vão transformando, cada vez mais, as condições de funcionamento da economia e da sociedade” (Santos, 2007, p. 91). Seu impacto está ligado não apenas ao surgimento de uma nova tecnologia, mas principalmente a três fatores: (a) sua aplicação para melhorar a coordenação entre pessoas e organizações; (b) a desregulamentação e privatização de empresas que eram monopólios públicos, mudando as regras em relação a tecnologias e à demanda; e (c) a convergência de três setores: informática, telecomunicações e audiovisual (Santos, 2007).

As mudanças que ocorrem nos setores audiovisual, telecomunicações e informática estão intimamente ligadas às tendências gerais do contexto do capitalismo, que envolvem desregulamentação em escala global, que permitem a formação de oligopólios internacionais e a criação de redes globais informatizadas de gestão (Santos, 2007). É por isso que, nos dois primeiros setores, observamos movimentos significativos de privatização nos últimos quarenta anos, novas formas de regulação, internacionalização e aumento da concorrência global.

Apresentado este cenário, avançamos para um debate relevante para os estudos da Comunicação e demais Ciências Sociais e Humanas e que alcança o objetivo geral desta dissertação: a plataformização.

3.3.4. PLATAFORMIZAÇÃO

Nesse tópico, adentramos ao mundo da plataformização fazendo um breve panorama do surgimento e expansão das tecnologias digitais até a forma como podem ser divididas e classificadas. Para tanto, baseamo-nos em artigo de Figueiredo (2019) e, mais uma vez, na dissertação de Bernardi (2023).

Como Figueiredo (2019) analisa, certas narrativas sobre a história da internet servem de fundamento para diversos argumentos teóricos que defendem seu suposto caráter democrático. Dentre elas, o autor indica a de Manuel Castells, em que se acreditava que a internet nasceu descentralizada, carregando em sua essência a ideia de que o poder não era concentrado nas mãos de poucos como no caso dos veículos de comunicação anteriores. Figueiredo (2019) aponta que essas ideias de que a teria sido projetada como um espaço livre, no entanto, caem num equívoco comum: o tecnodeterminismo.

De acordo com o autor, a internet passou por várias fases ao longo de sua história: começou como um projeto fortemente ligado à Guerra Fria, foi utilizada em ambientes

acadêmicos e militares, contou com a colaboração de entusiastas da tecnologia e pesquisadores de instituições públicas, até chegar à sua privatização nos anos 1990. Essas diferentes fases revelavam múltiplas possibilidades para o futuro, porém foi a lógica do capital que acabou prevalecendo.

Até a década de 1990, a internet mantinha-se sob administração do governo estadunidense. Foi a partir daí que, em busca de atender às novas demandas de expansão do capitalismo monopolista em seu modelo de acumulação flexível, ela foi privatizada. É nesse momento que acontece o *boom* e a explosão da bolha das empresas do setor, as “pontocom”. Para Bernardi (2023), os dois aspectos primordiais desse momento foram os investimentos realizados na instalação da infraestrutura necessária para o crescimento da economia digital² e a implementação de políticas monetárias “ultra-acomodativas”.

Diante da crise contínua do setor manufatureiro, a nova economia impulsionada pela internet surgiu, ainda de acordo com Bernardi (2023), como uma possível alternativa para retomar o crescimento global. Essa aparência promissora, somada à escassez de alternativas lucrativas de investimento na economia real (ou seja, fora do mercado financeiro), levou investidores a injetarem grandes quantias em empresas ligadas à internet, apostando em lucros futuros a serem alcançados com a conquista de fatias significativas desse mercado.

Na prática, conforme o autor, esses investimentos resultaram na instalação de milhões de quilômetros de cabos submarinos de fibra óptica, no desenvolvimento de importantes avanços em *software* e arquitetura de redes, além de grandes aportes em bancos de dados e servidores. Esse movimento também acelerou a tendência de terceirização, já que a redução significativa dos custos de coordenação facilitou a criação e o gerenciamento de cadeias globais de comunicação e fornecimento. Foram esses desenvolvimentos que estabeleceram as bases para a ascensão da economia digital como a conhecemos hoje.

De acordo com Bernardi (2023), para completar o cenário propício à ascensão das plataformas, ainda é preciso considerar um elemento essencial: o trabalho. Após o colapso da União Soviética, observamos uma tendência estrutural tanto à intensificação da proletarianização quanto ao aumento da superpopulação relativa. Uma realidade que se agravou com a crise de

² Podemos descrever o termo “economia digital”, aqui, conforme a definição preliminar de Srnicek (2016, p. 9): “[...] aquelas empresas que dependem cada vez mais de tecnologia da informação, dados e a internet para seus modelos de negócios”. Ou seja, engloba-se não apenas empresas de tecnologia, mas também setores “tradicionais” como o manufatureiro, de serviços, transportes e comunicações, nos quais a economia digital se tornou fundamental para o funcionamento.

2008 é a elevação dos índices de desemprego e subemprego, com muitas pessoas tendo que obter renda por meio de trabalhos precários ou informais. Apesar do impacto negativo generalizado sobre os trabalhadores após o colapso do mercado imobiliário, surgiram diversos novos termos para descrever o momento de suposta recuperação e transformação estrutural do capitalismo, como: economia dos bicos (*gig economy*), do compartilhamento (*sharing economy*), da vigilância (*surveillance economy*), dos aplicativos (*app economy*), da atenção (*attention economy*) e até mesmo o conceito de uma nova revolução industrial (*the next industrial revolution*) (Bernardi, 2023).

Para compreender esses novos aspectos da economia do século XXI, é fundamental entender como eles se estruturam em torno da extração e utilização de uma matéria-prima específica: os dados. Lembrando que, até então, todos os autores aqui utilizados reconhecem que classificá-los dessa forma exige reconhecer a existência de um trabalho prévio. Consideramos aqui todo o aparato de coleta de dados como este trabalho, e não a atividade dos usuários como forma de produção em si. Focaremos nisso a partir de agora, pois é de fundamental compreensão para o nosso trabalho.

Antes de mais nada, a fim de compreender todo o processo, é necessário definir o que são dados e o que são algoritmos. Conforme Bernardi (2023), os dados podem ser definidos como informações registradas sobre o fato de que algo aconteceu, independentemente do motivo ou da explicação por trás desse acontecimento — o que os diferencia do conhecimento, que busca entender o porquê.

Ainda segundo o autor, os dados têm algumas características essenciais: a) não são imateriais, ou seja, exigem sensores para serem capturados e sistemas físicos para serem armazenados e processados; b) demandam trabalho e estrutura, pois coleta, limpeza e organização dos dados não ocorrem automaticamente; e, c) constituem uma matéria-prima da economia digital, como já falado, a capacidade de coletar, armazenar e processar dados de forma massiva, barata e eficiente, via infraestrutura digital, é o que permite seu uso estratégico em diversos setores.

Assim: os dados treinam e fortalecem os algoritmos, garantindo vantagem competitiva; viabilizam a coordenação e a terceirização do trabalho; permitem maior otimização e flexibilidade nos processos produtivos; e possibilitam a conversão de bens com baixa margem de lucro em serviços de alta rentabilidade. Além disso, a própria análise de dados gera novos dados, alimentando um ciclo virtuoso de retroalimentação e crescimento (Bernardi, 2023).

Já os algoritmos, de acordo com Figueiredo (2019), podem ser definidos como procedimentos computacionais que recebem um ou mais valores como entrada (*input*) e produzem um ou mais valores como saída (*output*). Funcionam como uma espécie de receita, em que a máquina segue passo a passo as instruções dadas pelo programador para alcançar um determinado resultado, como a coleta de informações de usuários, realização de cálculos ou outras tarefas que antes eram feitas apenas por humanos. Também podem ser entendidos como modelos matemáticos, representações abstratas de processos reais que buscam prever resultados com base em variáveis específicas. Esses modelos utilizam conhecimento humano para antecipar respostas em diferentes contextos. Os algoritmos podem também ser vistos como grandes árvores de decisão, compostas por uma sequência de escolhas binárias (como sim ou não, verdadeiro ou falso), capazes de decompor quase todas as ações humanas em etapas lógicas. Assim, algoritmos automatizam decisões e processos, operando com base em regras claras, previsibilidade e estrutura lógica.

Ainda segundo Figueiredo (2019), é justamente na capacidade de decompor um conjunto de decisões e depois recompô-las para gerar um produto ou serviço que reside o poder dos algoritmos de ampliar a subsunção do trabalho e aperfeiçoar estratégias de vigilância e controle, elementos centrais para a lógica do capital. Além disso, os algoritmos exercem uma função ideológica importante: por se basearem em modelos matemáticos, seus proprietários procuram apresentá-los como neutros e objetivos. No entanto, esses modelos são estruturados de acordo com os valores e interesses das corporações que os detêm.

Para tirar pleno proveito das possibilidades de captura de dados e da produção de algoritmos, um modelo de negócios se revelou o mais adequado para as empresas: as plataformas.

Plataformas, de acordo com Bernardi (2023), são infraestruturas digitais que funcionam como intermediárias, permitindo a interação entre dois ou mais grupos distintos, como consumidores, anunciantes, prestadores de serviço, produtores, fornecedores e até objetos físicos. Elas oferecem não apenas a conexão entre esses grupos, mas também ferramentas que possibilitam aos usuários criarem seus próprios produtos, serviços e mercados.

Em vez de exigir que cada usuário ou empresa construa toda a infraestrutura necessária para se conectar digitalmente com outros, as plataformas disponibilizam esse serviço, podendo atuar em qualquer setor onde haja interação digital, não apenas na indústria da tecnologia. Um aspecto central desse modelo é o chamado efeito de rede: o valor da plataforma aumenta

proporcionalmente ao número de usuários, tanto em termos comerciais quanto nas relações interpessoais, o que estimula a concentração de mercado e intensifica a competição entre plataformas para conquistar e reter usuários. Essa disputa é motivada pela necessidade de manter os usuários dentro do seu ecossistema digital pelo maior tempo possível, tanto para coletar dados quanto para impedir que concorrentes o façam. Para isso, muitas plataformas recorrem ao subsídio cruzado, oferecendo serviços gratuitos, como e-mails ou buscadores, mas compensando os custos por meio de outras fontes de receita, como a publicidade.

As plataformas, portanto, constituem um novo tipo de empresa, com características específicas: fornecem a infraestrutura intermediária para interação entre grupos diversos, tendem ao monopólio impulsionadas pelos efeitos de rede, utilizam subsídios cruzados como estratégia de atração e operam a partir de uma arquitetura centralizada e projetada que define as regras do funcionamento da própria interação (Bernardi, 2023). Essa arquitetura, apesar de muitas vezes se apresentar como neutra, exerce controle direto sobre os modos de uso, por meio de padrões predefinidos, sistemas operacionais instalados de fábrica, aplicativos e mecanismos de coleta de dados que direcionam o comportamento dos usuários de forma alinhada aos interesses econômicos de quem as controla.

Srnicek (2016) classifica as plataformas em cinco tipos básicos, que também podem aparecer todas juntas em empresas gigantes: de publicidades, nuvem, industriais, produto e as enxutas. Embora apresentemos cada uma delas, focaremos mais, neste momento, nas de publicidades e nas enxutas.

As plataformas de publicidades mais conhecidas são o Google e o Facebook. Elas não vendem dados diretamente para os anunciantes. O que comercializam, na verdade, é a capacidade de usar esses dados de forma altamente sofisticada para conectar um anunciante ao público-alvo mais apropriado, no momento mais oportuno (Bernardi, 2023).

Para que isso aconteça, os dados brutos coletados passam por uma série de processos. Esses processos envolvem desde o trabalho técnico de cientistas de dados, que organizam, analisam e interpretam essas informações, até o uso de algoritmos de aprendizado de máquina que automatizam parte desse trabalho, refinando padrões e prevendo comportamentos futuros. Assim, o que é oferecido ao anunciante não são os dados em si, mas um serviço: a promessa de que, quando ele pagar por um anúncio, a plataforma será capaz de exibi-lo apenas para quem tem maior probabilidade de se interessar por aquele produto ou serviço.

A organização desses dados e sua transformação em uma programação personalizada é o que Figueiredo e Bolaño (2017) chamam de função interação, que é uma remodelação da função programa ao considerar que o engajamento do público é relevante para atrair a audiência para a publicidade de produtos, serviços e na propaganda que permeia a disputa pelo Estado. Assim, mesmo num modelo particular de empresa que lida com informação: “A publicidade e a propaganda continuam a ser distribuídas dentro desse fluxo personalizado, de acordo com os dados extraídos a partir da vigilância constante dos indivíduos” (Figueiredo, 2019, p. 164).

Essa capacidade de intermediação tão precisa – o "match" entre anúncios e consumidores – dá às plataformas uma enorme vantagem em relação aos meios de comunicação tradicionais. Elas transformam os dados em algo valioso não por vendê-los diretamente, mas por utilizá-los como matéria-prima para construir a chamada mercadoria-audiência, como explica a teoria crítica da comunicação. Trata-se, portanto, de um novo tipo de mercadoria publicitária, mais precisa e segmentada, e que alcança um valor mais alto no mercado justamente por causa da capacidade de personalização e eficácia.

Com o lucro gerado por esse modelo, as empresas têm feito majoritariamente três coisas, de acordo com Bernardi (2023, p. 179): “guardado em paraísos fiscais [...]; usado em fusões e aquisições, em geral para centralizar o mercado (no caso do Facebook, na compra de Instagram e WhatsApp, por exemplo); ou investido largas somas em outras *startups*”.

Figueiredo (2019) argumenta ainda que os algoritmos das redes sociais (caso de plataformas de publicidade) exercem um papel de normatização e controle sobre as relações sociais que se desenvolvem nos ambientes digitais, influenciando e delimitando aspectos do cotidiano. Trata-se de um tipo de poder que não opera por meio do direito ou da imposição legal, mas sim pela técnica; não se baseia em leis formais, mas em normas invisíveis; não atua por meio de punições explícitas, mas por meio de mecanismos sutis de controle. É um poder que ultrapassa os limites do Estado e de suas instituições tradicionais, atuando de forma difusa e contínua no tecido social.

Já as plataformas de nuvem, de acordo com Bernardi (2023) têm suas origens no *e-commerce* dos anos 1990, quando as empresas começaram a adotar a ideia de que era possível externalizar toda a infraestrutura material dos seus serviços – como o armazenamento de dados, a logística e até os próprios trabalhadores – para terceiros.

Um dos maiores exemplos desse tipo de plataforma é a Amazon, que adota o modelo de subsídio cruzado, oferecendo produtos como o Kindle a preço de custo e serviços como o Prime Video com prejuízo para atrair usuários à sua plataforma. Seu setor mais lucrativo e em rápido crescimento, no entanto, é a Amazon Web Services (AWS), que aluga infraestrutura de computação em nuvem, armazenamento de dados e ferramentas de *software* (Bernardi, 2023). Esse modelo permite que empresas terceirizem grande parte de seus departamentos de TI, reduzam custos e até automatizem funções antes desempenhadas por trabalhadores do conhecimento. Além da receita gerada por assinaturas e aluguéis, a AWS também se beneficia ao coletar dados das empresas que utilizam seus serviços, reforçando seu papel como base da infraestrutura da economia digital.

As plataformas industriais, por sua vez, são infraestruturas digitais criadas, principalmente, por empresas dos setores de manufatura e tecnologia com o objetivo de conectar, monitorar, automatizar e otimizar processos físicos por meio da Internet das Coisas (IoT). Essas plataformas utilizam sensores instalados em máquinas, veículos, linhas de produção e produtos para coletar dados em tempo real, permitindo o aumento da eficiência, a redução de custos, a previsão de falhas e a melhoria na produtividade (Bernardi, 2023).

Um exemplo representativo apresentado por Bernardi (2023) é a GE Predix, desenvolvida pela General Electric, que conecta equipamentos industriais à nuvem para monitoramento e análise remota. Assim como outros modelos de plataforma, as industriais operam oferecendo serviços em nuvem, gerando receita recorrente por meio de assinaturas. Viabilizando a digitalização da indústria, essas plataformas também capturam grandes volumes de dados, que podem ser explorados estrategicamente pelas empresas que as controlam.

As plataformas de produtos, ainda segundo Bernardi (2023), são modelos que transformam bens materiais em serviços oferecidos por meio de assinaturas, tornando o acesso mais viável diante da insegurança econômica e da redução do poder de compra. Em vez de vender o produto, a empresa o disponibiliza mediante pagamento recorrente, como no caso do Spotify. Essas plataformas incluem manutenção e coleta de dados por sensores, o que melhora o serviço, ao mesmo tempo em que garante algo como uma “fidelização”.

Como maiores exemplos da última categoria das plataformas, as enxutas, temos o Uber e o Airbnb: “nem aquela é dona de nenhum carro, nem esta possui casa ou apartamento algum” (Bernardi, 2023, p. 182). Além disso, essas plataformas se distinguem dos modelos anteriores porque, ao contrário de outras, essas não geram lucro, o que as coloca mais próximas das

empresas que causaram a bolha do "pontocom" do que das outras categorias de plataformas. Em vez de possuírem os ativos que alugam, como carros ou imóveis, o que elas realmente controlam e possuem de mais valioso é a plataforma de *software* de aluguel e a análise de dados.

As plataformas enxutas operam com um modelo “hiperterceirizado”, no qual tanto os trabalhadores quanto serviços como treinamento, manutenção e capital fixo são terceirizados. Essa abordagem permite às empresas economizar cerca de 30% nos custos de trabalho e adotar diferentes formas de controle, como sistemas de avaliação (a classificação por estrelas), que muitas vezes carregam preconceitos relacionados a gênero e raça.

Segundo Bernardi (2023), com essa hiperterceirização, as empresas pagam aos trabalhadores por “peça”, conforme definido por Marx, seja em uma corrida (Uber), no aluguel de um imóvel (Airbnb) ou em uma tarefa completada (Amazon Mechanical Turk – AMT). Todas essas atividades dependem da conexão por dispositivos eletrônicos, geralmente celulares, que também coletam dados tanto para as empresas que produzem os dispositivos quanto para as contratantes.

Os trabalhadores, por sua vez, com a crescente terceirização que remonta à crise dos anos 1970, são cada vez mais tratados como “descartáveis” ou disponíveis a qualquer momento. Além disso, como destaca Bernardi (2023), em um contexto de crises e recuperações econômicas que não geram empregos estáveis, com recolocação em funções de menor produtividade e remuneração, essas plataformas enxutas acabam servindo como um meio para lidar com a grande oferta de trabalhadores. Isso resulta em uma subestimação do desemprego, já que muitos são classificados como trabalhadores autônomos, apesar de estarem em situações precárias de trabalho.

Para viabilizar essa hiperterceirização, essas novas *startups* (como Uber, Airbnb e, no Brasil, iFood) não precisam realizar grandes investimentos na construção da infraestrutura básica, optando por alugá-la de empresas como a AWS. Além disso, grande parte do “custo fixo” foi transferido para os próprios trabalhadores, que assumem despesas como acomodação, veículos, manutenção, seguro e depreciação, entre outras.

Figueiredo (2019) acredita que a relação entre essas corporações das plataformas enxutas com seus trabalhadores se assemelha àquela apontada por Marx entre as famílias que praticavam o “trabalho domiciliar moderno” e indústrias do ramo têxtil no século XIX. Assim como, no passado, as famílias envolvidas no trabalho domiciliar tinham que investir na

aquisição de máquinas de costura e arcar com os custos de manutenção desses equipamentos, os trabalhadores de aplicativos hoje precisam adquirir seus próprios veículos e cuidar da manutenção e regularização deles. Essas famílias participavam apenas de etapas específicas do processo produtivo e eram remuneradas por peça produzida — lógica semelhante à dos motoristas de Uber, que recebem uma porcentagem fixa por corrida realizada.

Vale destacar que mesmo empresas que não estão diretamente associadas à terceirização em larga escala, como Google e Facebook, fazem uso desse modelo para tarefas específicas, como a moderação de conteúdo. Essas companhias mantêm o padrão de concentrar os cargos mais bem remunerados e qualificados nos países centrais, enquanto terceirizam as funções de menor qualificação e salário para outras regiões do mundo. Com a expansão da conectividade, esse processo pode ser realizado globalmente, ao mesmo tempo em que os dados gerados por essas atividades são capturados e utilizados para treinar algoritmos e desenvolver tecnologias mais avançadas, como sistemas de *software* e inteligências artificiais (Bernardi, 2023).

Devido à intensa concorrência entre as plataformas, seus novos desenvolvimentos não têm como foco principal melhorar os serviços para os usuários ou enfrentar problemas sociais. Em vez disso, eles se concentram em duas frentes: aperfeiçoar os mecanismos de coleta, processamento e uso de dados; ou expandir para setores e mercados estratégicos, evitando que concorrentes assumam o controle dessas áreas e ganhem vantagem competitiva.

Dessa forma, após toda essa exposição, podemos entender as plataformas como “a forma que os sistemas de mediação social assumem no capitalismo de produção altamente socializada” (Bernardi, 2023, p. 184). Suas estruturas, ainda de acordo com o autor, lembram uma “firma-rede rizomática”: o caráter monopolista das plataformas as impulsiona a uma expansão constante para novos setores e áreas, incluindo diferentes territórios. Dentro dessas plataformas, à medida que se desenvolvem *softwares* mais sofisticados, inteligências artificiais e sistemas de aprendizado de máquina, multiplicam-se as formas de subsunção do trabalho. Enquanto uma minoria ocupa cargos estáveis e bem remunerados, a maioria dos trabalhadores é terceirizada, recebendo baixos pagamentos por tarefa executada. Com o avanço das TIC, a capacidade de terceirizar funções para países periféricos, onde a mão de obra é mais barata, contribui para a redução dos níveis salariais em escala global.

Ainda seguindo os estudos de Bernardi (2023), a manutenção das relações sociais capitalistas faz com que, diante das crises e do avanço da automação em uma economia marcada pela estagnação, o processo produtivo passe por uma dupla transformação: ao mesmo tempo

em que novos *hardwares* e *softwares* expulsam um número crescente de trabalhadores, os postos de trabalho restantes são fragmentados, dispersos globalmente e remunerados nos níveis mais baixos possíveis.

Como grande parte dessas atividades é intermediada por dispositivos conectados à internet, o que se observa é uma intelectualização generalizada dos processos de trabalho (Bolaño, 2002), que, paradoxalmente, se manifesta como uma crescente proletarização de toda a sociedade (Bastos, 2021), enquanto a riqueza continua se concentrando no polo do capital. Nesse cenário, as plataformas buscam capturar todas as ações dos usuários sob a forma de dados não para solucionar problemas sociais ou melhorar as condições de vida, mas para explorá-los da maneira mais lucrativa possível.

4. A DONA DE CASAL DIGITAL – E SUA CRÍTICA

Entendidas as relações de trabalho e gênero que se entrelaçam ao analisarmos as Tecnologias de Informação e Comunicação, passamos agora para um modelo mais específico de TIC: os sites de redes sociais. Para isso, analisaremos, nas próximas páginas, o livro *A Dona de Casa Digital: feminismo, trabalho e mídia digital*, de Kylie Jarret (2021).

No livro, a autora estabelece uma analogia entre o trabalho doméstico e a atividade dos consumidores nos sites de redes sociais, destacando similaridades em suas relações com o capital. Discordando de Jarret (2021), voltamo-nos, mais uma vez, à Economia Política da Comunicação e à teoria de Roswitha Scholz.

Iniciamos o capítulo fazendo uma apresentação do livro *A Dona de Casa Digital*. Passamos, então, para os principais assuntos abordados por Jarrett – pensamento autonomista, feminismo, “trabalho digital” e relação entre as atividades dos consumidores e o trabalho doméstico – com suas devidas críticas. Encerramos o capítulo com uma crítica mais geral ao final.

4.1. ELEMENTOS INICIAIS DO LIVRO *A DONA DE CASA DIGITAL*

Kylie Jarrett é professora titular no Departamento de Estudos de Mídia da Maynooth University, na Irlanda. Sua pesquisa concentra-se na economia política da mídia digital, especialmente na web comercial e nas plataformas de redes sociais. Ela busca explorar como o trabalho digital é estruturado e como se relaciona com as dinâmicas de gênero e classe.

Jarrett é autora de livros como *Digital Labor* (2022) e *Feminism, Labour and Digital Media: The Digital Housewife* (2016), além de *A Dona de Casa Digital: Feminismo, Trabalho e Mídia Digital (The Digital Housewife: Women and Economic Restructuring)* (2021), aqui analisado.

Kylie Jarrett (2021) inicia seu livro apresentando as principais ideias às quais o trabalho se baseará. Após uma breve analogia entre o Turco Mecânico³ e a internet, a autora decide fazer

³ Jarrett (2021) apresenta que o Turco Mecânico é um famoso autômato falso criado em 1770 por Wolfgang von Kempelen, que consistia em uma máquina capaz de jogar xadrez sozinha. Era uma figura humana vestida de turco otomano sentada diante de um tabuleiro de xadrez, que encantava o público por sua habilidade de vencer jogadores

uma comparação “melhor” (palavras de Jarret): a da dona de casa com o “trabalho do consumidor”. Para isso, inicia uma discussão sobre trabalho doméstico.

Sobre esta relação, até concordamos com a autora quando ela diz que o:

[...] trabalho doméstico é uma das bases para a reprodução e para a renovação do corpo que trabalha e, mais importante, do sujeito trabalhador. Trata-se de um trabalho não remunerado ou brutalmente desvalorizado que, apesar disso, é considerado essencial para a manutenção do capitalismo (Jarret, 2021, p. 14).

Entretanto, ela não para por aí. Já nas primeiras páginas do livro, vem a seguinte frase: “o trabalho doméstico é uma forma de trabalho produtivo” (Jarret, 2021, p. 15). Como veremos a seguir, uma tarefa só pode ser considerada trabalho produtivo quando está inserida nas relações de assalariamento. Mas sigamos.

Para a autora, esse relacionamento dialético do trabalho doméstico (que é essencial para o capitalismo ao mesmo tempo em que está fora dos modos de acumulação do sistema) também estaria presente no “trabalho do consumidor” das mídias digitais: “o trabalho doméstico e o trabalho dos consumidores online apresentam semelhanças nas relações que estabelecem com o capital” (Jarrett, 2021, p. 15).

O livro, portanto, refere-se a uma “Dona de Casa Digital”, cuja área de atuação é especificamente a internet comercial, e busca deslocar a teorização e o ativismo feminista sobre o trabalho reprodutivo não remunerado da esfera doméstica para aplicá-los ao campo das mídias digitais. Como função principal, a autora pretende fornecer um arcabouço conceitual sobre o “trabalho do consumidor”, com aplicação para os estudos em mídias digitais.

Jarret (2021) entra, então, na “Web 2.0”. De acordo com a autora, o termo foi empregado para descrever uma suposta transformação na natureza do conteúdo disponível na internet. Concebida por O’Reilly, foi entendida não só como uma estratégia para intensificar o engajamento dos consumidores e estabelecer novos vínculos, mas também como uma força com potencial transformador no campo social, mediado pelas práticas empresariais. Um elemento central do fenômeno da “Web 2.0”, para Jarrett (2021, p. 24), teria sido o “enquadramento dessa cultura participativa e dessa coprodução de mídias como um lugar de geração de valor para a indústria, processo descrito como a domesticação da inteligência coletiva dos usuários”.

humanos. Tudo isso não passava de um truque. Na verdade, a máquina escondia um enxadrista humano dentro dela, que controlava os movimentos por mecanismos internos. Era um espetáculo de ilusionismo e engenharia, e não uma inteligência artificial real.

A autora situa a figura da “Dona de Casa Digital” – com seus esforços cognitivos e afetivos para construir e manter relações interpessoais *online*, coordenar atividades e produzir e compartilhar conteúdos – no âmbito da inteligência coletiva que sustenta as dinâmicas comerciais das mídias digitais. Para ela, essa ou esse “trabalhador” produz conteúdos em formatos relativamente materiais – como vídeos, partidas de jogo, atualizações de status, tuítes ou podcasts –, mas também insere neles uma permanência afetiva, que daria sentido à interação com essas plataformas.

A autora afirma também que, isoladamente, um consumidor engajado poderia não produzir conteúdo suficiente nem gerar a permanência afetiva necessária para sustentar um site ou assegurar sua posição dominante no mercado. No entanto, quando reunidos em grande número, esses usuários tornar-se-iam recursos de valor inestimável para a economia da indústria digital.

Outra característica da “Web 2.0” que chama a atenção de Jarrett (2021) é sua orientação para o valor dos dados dos usuários, que se sobrepõe ao valor do *hardware* ou mesmo do *software*. Para ela, a domesticação da inteligência coletiva não se limitaria à exploração comercial de conteúdos produzidos gratuitamente pelos usuários. Ela também se manifestaria na apropriação de dados como sequências de cliques, preferências de consumo e termos de busca – informações extremamente valiosas para as empresas de marketing. É nesse sentido que a autora vê no “trabalho da ou do consumidor” uma dupla tarefa na economia da indústria:

Ele(a) não é remunerado(a) e oferece conteúdos gratuitos que garantem o apelo desses sites para outros usuários. Ao mesmo tempo, gera dados sobre tendências, gostos e desejos de consumidores que podem ser rapidamente rearranjados. Além disso, essas interações produzem sentidos compartilhados e constroem solidariedades sociais (Jarrett, 2021, p. 27).

Dessa forma, a autora assume “o termo Dona de Casa Digital como símbolo do consumidor ativamente produtivo e cujas atividades podem ser valoradas em termos culturais e econômicos” (Jarrett, 2021, p. 27).

Jarrett (2021) entra, ainda na introdução, no tópico “Trabalho imaterial e exploração nas mídias digitais”. De acordo com a autora, essa dinâmica, que atribui valor à atividade dos consumidores, também seria o que conecta a “Web 2.0” às críticas crescentes no campo da economia política da internet. Essas críticas que, segundo ela, seriam amplamente influenciadas pelas ideias dos teóricos marxistas da autonomia operária italiana, ou movimento autonomista.

De acordo com Jarrett (2021), os ambientes de mídia digital operariam segundo as mesmas dinâmicas do capitalismo contemporâneo, em que o valor é extraído das energias afetivas de trabalhadores e consumidores, e o “trabalho” nesses ambientes é cada vez mais realizado em um intervalo de tempo sem a devida compensação do trabalhador.

É, então, baseando-se no pesquisador austríaco Christian Fuchs e outros estudiosos (como Andrejevic, Arvidsson e Sandvik, Banks, Potts e Zwick) que a autora afirma ser possível enquadrar os consumidores das mídias digitais como peças centrais na criação de valor capitalista em múltiplos segmentos da indústria e como parte de uma tendência socioeconômica mais ampla. Graças a esse paradigma, Jarrett conceitualiza a atividade do consumidor como trabalho. Mais do que isso: como trabalho explorado. E a autora não para por aí:

Assim como as donas de casa, o consumidor recebe pouca ou nenhuma compensação financeira pelas contribuições que dá aos mecanismos de geração de receita dos sites de mídia social, de modo que todo o trabalho produzido é revertido em mais-valor para o provedor do site. Na definição de Marx, esse trabalho é explorado e alienado (Jarrett, 2021, p. 28).

Para Jarrett (2021), a figura da “Dona de Casa Digital” estaria no centro dos modelos analíticos para compreender não apenas a economia das mídias digitais; mas também seria uma imagem analítica poderosa para examinar os “modos de trabalho” que predominam nos setores de alta tecnologia, serviços e finanças no Norte global.

Como o objetivo deste tópico foi discutir os elementos gerais apresentados ainda na introdução do livro, basta, nesse momento, apontar que aqui reside um (grande) problema que iremos discutir a partir dos demais elementos da obra da autora.

4.2. O TRABALHO DENTRO DE CASA E O FEMINISMO DE JARRETT

Aprofundando o que tratamos ao final do segundo capítulo desta dissertação, quando discutimos as diferentes perspectivas sobre o feminismo a partir da perspectiva marxista, inclusive o que apontamos criticamente a Jarrett (2021), consideramos aqui que ela argumenta em seu livro que o trabalho imaterial no capitalismo contemporâneo deveria ser compreendido como uma continuação de formas já existentes de exploração, agência e subjetivação.

Em continuidade também com o que criticamos no capítulo anterior, a autora apresenta perspectivas feministas sobre o trabalho doméstico que reconhecem o trabalho imaterial, a fábrica social e, como consequência – segundo ela –, o “trabalho dos consumidores” nas mídias digitais como expressões contínuas da lógica socioeconômica capitalista. Jarrett (2021) refere-

se à fábrica social como o momento em que o trabalho incorporaria aspectos inalienáveis e sociais dos indivíduos e das comunidades, como o afeto, a capacidade de comunicação e a cognição. Ao contrário das teses autonomistas que interpretam a expansão do trabalho imaterial como uma nova configuração do capitalismo, Jarrett – concordando com Federici (2011) – aponta que a ausência de fronteiras nítidas entre o trabalho produtivo e o não produtivo não implicaria uma forma radicalmente nova de organização do trabalho. Tratar-se-ia, antes, da intensificação de práticas historicamente enraizadas, sobretudo no âmbito do trabalho reprodutivo, tradicionalmente realizado por mulheres.

A adesão à tese autonomista implica rejeitar a separação entre produção e consumo e reconhecer que o valor é gerado para além do espaço e do tempo do trabalho assalariado. Essa perspectiva, porém, corre o risco de naturalizar a ideia de que houve uma ruptura histórica, sugerindo que, até recentemente, havia espaços imunes à lógica da acumulação capitalista. Tal argumento subentende que a incorporação da totalidade da vida ao capital seria um fenômeno exclusivamente contemporâneo, impulsionado por novas tecnologias e pela saturação da vida cotidiana por imperativos econômicos.

A crítica marxista clássica já identificava essa tendência. Marx (2017) aponta que a subsunção real da vida à lógica do capital é um destino lógico do desenvolvimento do capitalismo. Dessa forma, “não está associada apenas a uma forma particular, avançada de capitalismo, como sugerem os vários teóricos que trabalham na tradição autonomista” (Jarrett, 2021, p. 92). O capitalismo, desde o início, exigiu não apenas condições materiais, mas também uma disposição subjetiva dos indivíduos para que o trabalho pudesse aparecer como mercadoria no mercado.

Essas condições envolvem a constituição de um trabalhador ou uma trabalhadora “livre”, isto é, alguém que possua sua própria força de trabalho e esteja disponível para vendê-la como mercadoria. Essa figura do ou da trabalhadora é, ao mesmo tempo, causa e efeito do surgimento do capitalismo, sendo formada pela transformação e normalização das relações sociais. Para isso, seriam necessárias “instituições sociais e culturais que administrem a população rumo a metas específicas” (Jarrett, 2021, p. 93). É essa função que cumpriria a fábrica social a qual comenta a autora.

Esta, então, não seria apenas um espaço simbólico ou teórico, mas materializaria os mecanismos sociais e culturais de disciplinamento da subjetividade. Ela articula a produção e a reprodução, moldando sujeitos compatíveis com as necessidades do capital e garantindo sua

contínua renovação. Como afirma Marx (2017), a manutenção da classe trabalhadora – mesmo fora do processo direto de produção – é essencial para a reprodução do capital. Isso reforça a tese de que a exploração não se limita ao momento produtivo imediato, mas envolve todo um ecossistema social e ideológico que sustenta o sistema econômico.

A partir disso, Jarrett (2021) define como insustentável a leitura da fábrica social como um arranjo inédito ou recente. A subsunção das subjetividades aos mecanismos de valorização capitalista seria uma característica estrutural e duradoura, não um desdobramento exclusivo das novas formas de trabalho imaterial ou digital.

O que a formulação da fábrica social na tradição da autonomia operária tende a negligenciar, segundo Jarrett (2021), é o papel essencial que diversas esferas da reprodução social já desempenham historicamente nas economias capitalistas. Entre essas esferas estão: a lei, as infraestruturas da sociedade civil, o sistema educacional e a religião; mas, igualmente importantes, a família e o espaço doméstico privado. Seriam nesses locais que o corpo do trabalhador e a subjetividade trabalhadora são produzidos e continuamente reproduzidos, de maneira fundamental para a sustentação do capitalismo.

Frequentemente tratada como uma esfera separada da produção capitalista, a vida doméstica é muitas vezes idealizada como um refúgio frente às dinâmicas opressivas da mercantilização. No entanto – como já vimos e conforme reafirma Jarrett (2021) –, para o feminismo marxista, esse espaço assume um papel central: é onde se concentram tarefas historicamente atribuídas às mulheres e onde se forma, de maneira decisiva, a subjetividade feminina sob o capitalismo. Por essa razão, teóricas feministas voltam sua atenção para os ambientes de reprodução social, questionando como esses espaços contribuem para a sustentação do sistema capitalista – em contraste com as interpretações que veem a fábrica social e o trabalho imaterial como fenômenos inteiramente novos e sem precedentes históricos.

A intensificação da divisão sexual do trabalho atrelou rigidamente as mulheres às tarefas reprodutivas, especialmente no âmbito doméstico, atividades essas vistas como exteriores à lógica da acumulação capitalista e, por isso, desvalorizadas e não remuneradas. Esse processo resultou em um aumento da dependência econômica feminina, alimentando um regime de pobreza crônica e permitindo que o salário masculino fosse usado como instrumento de controle sobre as atividades das mulheres, ao mesmo tempo em que as apagava enquanto trabalhadoras. Nesse contexto, mulheres, homens e as relações sociais entre eles foram radicalmente transformados, moldando novas formas de subjetividade e organização social. Foi justamente

a diferenciação do trabalho com base no sexo que tornou possível a apropriação de grandes volumes de trabalho não pago – elemento essencial para a sustentação dos lucros capitalistas.

A análise de Federici (2017) demonstra que produção e reprodução sempre estiveram profundamente interligadas, sendo que a definição de uma depende da outra. A partir dessa visão feminista, Jarrett (2021) afirma que a ideia de que a incorporação da “vida como um todo” ao capitalismo seria uma novidade perde força e se mostra pouco convincente.

Para Jarrett (2021), o trabalho reprodutivo representa, na realidade, uma força produtiva essencial que desempenha um papel importante na economia de mercado. No entanto, por estar ligado a atividades que geram valores de uso social, em vez de valores de troca, a autora afirma que esse tipo de trabalho costuma ser classificado como não produtivo, sendo “considerada não essencial tanto para o cálculo político como o econômico” (Jarrett, 2021, p. 104).

A reprodução tanto do corpo quanto da subjetividade do trabalhador, realizada no espaço doméstico e sem receber remuneração formal, constitui um componente fundamental para o funcionamento do sistema capitalista – como já argumentamos no primeiro capítulo da dissertação. Mas Jarrett (2021) considera o trabalho doméstico como produtivo “porque contribui para a geração de mais-valor” (p. 104). Segundo a autora, quando o trabalhador troca sua força de trabalho por salários, ele não vende apenas o tempo de trabalho socialmente necessário realizado no processo produtivo, geralmente associado ao trabalhador masculino, mas também incorpora o tempo de trabalho doméstico, igualmente essencial para a reprodução da própria força de trabalho.

Portanto, para ela, “a produtividade do assalariado depende da produtividade do trabalho doméstico” (Jarrett, 2021, p. 105). Dessa forma, quando o trabalho doméstico é realizado como força de trabalho não remunerada, responsável por reproduzir a força de trabalho tanto no corpo quanto na subjetividade do trabalhador, se tornaria diretamente ligado à geração de mais-valia.

Quanto a essa categorização do trabalho doméstico como trabalho produtivo, assim como Scholz (1996), posicionamo-nos criticamente, pois essa abordagem, ao subsumir o trabalho doméstico sob a categoria de trabalho, acaba por reforçar a lógica patriarcal e capitalista, em vez de superá-la.

A partir da sua teoria da dissociação-valor, a autora demonstra que o capitalismo se organiza não apenas por meio da exploração do trabalho produtivo, mas também por meio de uma cisão estrutural entre valor e reprodução. Nesse modelo, o valor é associado ao trabalho

abstrato, mercantil e masculino, enquanto o trabalho doméstico, emocional e de cuidado, é dissociado dessa lógica, sendo relegado à esfera do não-valor, do privado e do feminino.

Para Scholz (1996), considerar o trabalho doméstico como produtivo, nos termos clássicos do marxismo, equivale a reforçar a lógica do valor – a mesma que, historicamente, excluiu esse tipo de trabalho da centralidade teórica e política. Ao tentar encaixar o trabalho doméstico dentro da categoria de trabalho produtivo, corre-se o risco de reafirmar uma visão economicista da vida social, que mede todas as atividades pela régua da produtividade capitalista. Além disso, essa abordagem ignora a especificidade do trabalho reprodutivo, que envolve relações, afetos e manutenção da vida – dimensões que não se traduzem em valor mercantil.

A crítica de Scholz (1996), portanto, vai além da simples reivindicação de reconhecimento do trabalho doméstico. Ela propõe uma ruptura mais profunda com a lógica das categorias modernas (como valor, trabalho, produção) que se baseiam em uma cisão de gênero. É por isso que a autora se distancia dessa ideia, que defende que o trabalho doméstico deve ser entendido como parte da produção capitalista e, portanto, produtor de mais-valia. Em concordância com ela, acreditamos que essa posição ainda opera dentro do paradigma patriarcal do valor, ao passo que a crítica feminista radical precisa questionar as próprias categorias que sustentam esse modelo de sociedade.

Voltemos à Jarrett (2021). A autora cita também um estudo segundo o qual, ao longo de pelo menos dois séculos, as mulheres foram alvo de uma série de orientações vindas da cultura popular, da literatura de etiqueta e dos programas educacionais de economia doméstica, que visavam aprimorar a gestão do lar. Por meio desses meios, elas receberam instruções detalhadas sobre regimes adequados de limpeza, comportamento pessoal, educação dos filhos e até mesmo sobre a expressão do desejo sexual. Também eram expostas a relatos de condutas inadequadas, usados como advertências para mostrar os supostos perigos de um mau comportamento. Essa sistemática imposição de normas transformou a mulher numa figura repressiva – tanto ideológica quanto psicologicamente –, responsável por disciplinar todos os integrantes da família, com a função de educar as crianças, que seriam os futuros trabalhadores, e controlar o marido, que deveria cumprir suas tarefas laborais no presente.

Esses estudos mostram, mais uma vez, como há muito séculos existem estruturas amplamente difundidas e reconhecidas que moldam identidades e comportamentos em função dos interesses capitalistas. Portanto, a integração completa do sujeito à lógica do capitalismo

não é algo novo nem exclusivo da contemporaneidade, afirma Jarrett (2021). Isso indica que a regulação exercida pela fábrica social e a incorporação da “alma” ao sistema têm sido elementos centrais desde o surgimento do capitalismo.

Jarrett (2021) passa, então, a questionar “Onde todas as mulheres foram parar?”, ao indicar a urgência de uma crítica feminista e interseccional à teoria do trabalho no capitalismo, desafiando concepções limitadas que historicamente restringiram a análise da exploração às fronteiras da fábrica e aos sujeitos tradicionalmente reconhecidos como trabalhadores. A ideia de que os impactos do capitalismo se restringem “aos portões da fábrica” ignoraria que homens e mulheres, em suas múltiplas experiências de vida, sempre contribuíram – direta e indiretamente – para a reprodução das relações capitalistas. Essa concepção seria ainda mais problemática quando se recusa a reconhecer o papel central da reprodução social, pois isso equivaleria a “reafirmar a lógica de exploração no âmago do capitalismo” (Jarrett, 2021, p. 113).

De acordo com a autora, no contexto do capitalismo cognitivo e neoliberal, o que se vê é uma intensificação e generalização de condições de trabalho historicamente atribuídas às mulheres. A precarização, a mobilidade constante e a fragmentação se tornaram elementos estruturais do trabalho contemporâneo, refletindo o que já era experiência comum no trabalho feminino. Nesse cenário, a indistinção entre tempo de trabalho e tempo privado – vivida por quem trabalha de casa, por exemplo – apenas reforçaria dinâmicas que há muito tempo afetam as mulheres, para quem o lar nunca foi um espaço separado do trabalho.

Concordando com a autora, consideramos que o trabalho doméstico não remunerado, apesar de isolado, invisível e desprotegido por leis ou sindicatos, é social, político e economicamente essencial. Para ela, ele compartilha características com o trabalho extremamente precarizado das economias de alta tecnologia e até mesmo com formas contemporâneas de trabalho análogo à escravidão em indústrias extrativistas. Trata-se de um trabalho sempre disponível, a qualquer custo, e que hoje serve como modelo funcional para enfraquecer o poder político do proletariado organizado.

Apesar disso, Jarrett (2021) mostra como muitas feministas socialistas enfrentaram resistência dentro do próprio marxismo, com parte da tradição mais ortodoxa ignorando ou desvalorizando os debates sobre o trabalho doméstico e a reprodução social. Como consequência, essas contribuições raramente foram incorporadas ao cânone dos “grandes pensadores”, uma vez que o objeto de estudo – o trabalho doméstico – foi sistematicamente

considerado irrelevante. Para a autora, isso se deve ao fato desse tipo de trabalho ser classificado como “não produtivo” dentro da lógica capitalista.

“Descartá-las (as políticas de repressão e de resistência baseadas na sexualidade, no gênero, na raça e em deficiências) como meras manifestações de sensibilidades culturais não produtivas [...] significa silenciar a materialidade da experiência desses grupos” (Jarrett, 2021, p. 117).

Jarrett volta, então, à “Dona de Casa Digital”. A autora afirma que o “trabalho do consumidor” se aproximaria do trabalho doméstico não apenas por ser não remunerado e acontecer fora dos limites tradicionais da produção, em um tempo considerado privado. “Ele também se assemelha a esse tipo de trabalho por ser um lugar de reprodução social: um terreno para o fazer e o refazer de estados de ser sociais, afetivos, ideológicos e psicológicos que (talvez) se harmonizem com subjetividades capitalistas apropriadas” (Jarrett, 2021, p. 119). Assim, ela define a “Dona de Casa Digital” como:

[...] um trabalhador não remunerado de gênero não especificado envolvido na esfera feminizada de reprodução social nas mídias digitais [...] que gera produtos que contribuem com valor econômico por meio do fornecimento de conteúdo gratuito e de dados de usuários (Jarrett, 2021, p. 120).

Para a autora, o “trabalho do consumidor” nas mídias digitais, assim como o trabalho doméstico, ocuparia uma posição ambígua: simultaneamente inserido e à margem das estruturas capitalistas. Ambos expressariam características dialéticas que têm sido associadas às dinâmicas em rede da internet, refletindo sua complexidade e suas contradições. Sobre isso, faremos a devida crítica futuramente.

4.3. “TRABALHO DIGITAL” NO LIVRO

A economia digital, de acordo com Jarrett (2021), deveria ser entendida não apenas como um campo que abrange formas institucionais e reconhecidas de trabalho, como o *web design*, mas também como um mecanismo que incorpora "formas de trabalho que não são imediatamente reconhecidas como tais: chats, relatos da vida real, listas de e-mail, newsletters amadoras, e assim por diante" (Jarrett, 2021, p. 69). Essa observação, para Jarrett, é essencial para reconceituar as práticas desempenhadas pelas “Donas de Casa Digitais” como formas de trabalho produtivo, ainda que não remunerado, situando-as dentro das funções econômicas e ideológicas do capitalismo informacional.

A autora argumenta que o desenvolvimento da economia digital estaria profundamente ligado à expansão das indústrias culturais e a um processo contínuo de experimentação econômica, que busca criar valor monetário com base em elementos como conhecimento, cultura e afeto. Apontam ainda que os consumidores têm papel fundamental no preenchimento simbólico das plataformas digitais. Eles seriam responsáveis por "povoar sites que, de outro modo, estariam vazios de conteúdos significativos como vídeos, memes ou fotografias, além da interação social" (Jarrett, 2021, p. 69).

Nesse sentido, o conteúdo gerado por usuários – jogar *online*, assistir a vídeos, comentar em fóruns ou interagir em redes sociais – é interpretado como parte de um processo descentralizado de produção, que constitui, para elas, a base da geração de valor nas economias digitais. Esse trabalho estaria “no centro dos mecanismos de geração de valor típicos do capitalismo contemporâneo” (Jarrett, 2021, p. 70). Trata-se, para a autora, de um modelo produtivo que dilui as fronteiras entre o trabalho e o lazer, incorporando a própria experiência do usuário como uma engrenagem na reprodução do capital.

Dessa forma, "as interações dos usuários com os sites de mídia digital e com outros usuários por meio desses sites são fonte de valor econômico" (Jarrett, 2021, p. 71). Isso revela, para a autora, que a economia digital é sustentada pelo “trabalho do consumidor” e opera “em uma linha muito tênue entre produção e lazer” (Jarrett, 2021, p. 71). A figura da "Dona de Casa Digital”, nesse contexto, simbolizaria essa nova configuração do trabalho: invisível, cotidiano, afetivo e profundamente produtivo.

Jarrett (2021) parte, nesse momento, para tratar da “audiência como mercadoria interativa”, afirmando que os princípios básicos da crítica marxista contemporânea do trabalho do consumidor podem ser encontrados em textos de Christian Fuchs e Dallas Smythe. A partir desses autores, ela afirma que: “o produto fundamental da mídia de massas não é a programação, e sim a coleta de informações sobre a audiência que podem ser vendidas para os anunciantes” (Jarrett, 2021, p. 73). O produto das companhias de mídia seria a “audiência como mercadoria” (Idem), que pode ser comercializada por meio de métricas de audiência e dados sobre as preferências do público. Assim, de acordo com a autora, “ver televisão ou ouvir rádio [...] são atividades que podem ser entendidas como um trabalho gerador de valor” (Idem).

É a partir de Fuchs que Jarrett (2021) reafirma como a audiência como mercadoria definiria a principal lógica de funcionamento da mídia digital voltada à publicidade. As mídias digitais, no entanto, diferentemente das tradicionais, permitiriam a captação em tempo real de

praticamente todas as ações dos usuários – desde atualizações de status no Facebook que revelam preferências pessoais, passando por dados de busca vinculados a interesses específicos e retuítes que sinalizam posicionamentos políticos, ou até padrões de consumo como tempo de permanência em sites, localização geográfica do IP e taxas de cliques. Dessa forma, dentro do sistema incessante de vigilância das mídias digitais, toda interação com plataformas comerciais representaria uma oportunidade de coleta de dados com potencial de gerar lucro para as corporações.

É a partir disso que Jarrett (202, p. 74) chega à seguinte conclusão: “Os consumidores são, portanto, fonte de valor não só porque o trabalho de criação de conteúdo é terceirizado para eles, [...] mas também porque a atividade que realizam cria receita de publicidade, e essa talvez seja a principal fonte de lucros do setor”.

De acordo com a autora, as mídias sociais e os celulares com acesso à internet transformariam a audiência em uma mercadoria constante, presente em todos os espaços. A fábrica já não se restringiria às salas de estar ou aos locais de trabalho formal, pois a vigilância típica do ambiente fabril se estenderia também aos espaços de transição entre um e outro. Trata-se de uma forma de trabalho que, para Jarrett (2021), seria apresentada sob a aparência de lazer ou recreação.

Dessa forma, a autora afirma que as indústrias digitais não representariam a fábrica social, conforme concebida pelos autonomistas marxistas, apenas por mobilizarem trabalho cognitivo, afetivo e imaterial ou por explorarem atividades não remuneradas, “quando se trata do trabalho do consumidor, elas também exemplificam a fábrica social porque não deixam que nenhum espaço escape da lógica da expropriação e da alienação capitalista” (Jarrett, 2021, p. 75).

Jarrett (2021) afirma que os sites de mídias digitais representariam exemplos quase perfeitos da fábrica social, estando, assim, diretamente envolvidos nas políticas que permeiam nossas vidas com as abstrações irresistíveis do capitalismo de consumo. Segundo a autora, assim como no trabalho doméstico, “o trabalho do consumidor é ao mesmo tempo objeto de exploração e de criação de uma miríade de outras funções socialmente significativas” (Jarrett, 2021, p. 125).

Antes de entrar, de fato, na discussão sobre o “trabalho dos consumidores”, Jarrett (2021) utiliza Marx para definir trabalho e mais-valor. Trabalho é apresentado como a base do

valor de qualquer mercadoria, pois é através dele que se acrescenta valor às matérias-primas. Esse valor, em conformidade com a teoria marxista, é determinado não de forma arbitrária, mas com base no tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de determinado bem – o tempo médio requerido por um trabalhador, em condições normais de produção e com o conhecimento técnico predominante da sociedade. Esse conceito de tempo de trabalho socialmente necessário abarca não apenas o tempo direto de produção, mas também o tempo de reprodução necessário à manutenção da força de trabalho.

Depois dessa breve explicação, Jarrett (2021) entra na atividade dos consumidores. Segundo ela, as mídias digitais contemporâneas operariam segundo uma lógica que incorpora, de maneira central, o “trabalho não remunerado dos próprios usuários” (Idem, p. 129). Essa forma de exploração se daria, principalmente, por duas vias. A primeira delas diz respeito à produção de conteúdo. Esses conteúdos – fotos, vídeos, textos ou comentários – são fundamentais para o funcionamento das plataformas, cuja estrutura se apoia amplamente naquilo que os próprios usuários gerariam: “a base dessas plataformas é composta em sua maior parte de conteúdo gerado pelos usuários (user-generated content, UGC)” (Ibid.).

Além da produção material, os usuários também desempenhariam funções simbólicas, afetivas e de moderação dentro desses ambientes digitais. Assim, o engajamento não se limitaria a produzir conteúdo, mas se estenderia à manutenção cotidiana da “comunidade”, em termos tanto técnicos quanto emocionais.

Essa configuração traria benefícios diretos para as empresas proprietárias dessas plataformas. Diferentemente dos modelos tradicionais de mídia, essas empresas não precisariam arcar com salários nem com os custos da terceirização de conteúdo, o que lhes permitiria aumentar substancialmente o mais-valor relativo extraído do processo. Jarrett (2021, p. 129) afirma que: “ao assumir esse papel criativo não remunerado, os usuários reduzem os custos das empresas e aumentam sobremaneira o mais-valor relativo que pode ser criado”.

Esse modelo seria tão central que, segundo a autora, “o uso de consumidores como produtores não remunerados de conteúdo é um dos aspectos fundamentais da estrutura econômica de grande quantidade de empresas de mídias digitais e da economia digital em geral” (Jarrett, 2021, p. 130). Contudo, o lucro dessas companhias não viria unicamente das receitas de publicidade. Em muitos casos, “ele é produzido quando essas entidades entram no mercado financeiro” (Idem), em que o valor simbólico e o potencial de crescimento dos dados e da base de usuários são capitalizados.

Sendo assim, para Jarrett (2021), seria fundamental reconhecer que o envolvimento emocional e afetivo dos usuários desempenha um papel central na sustentação das plataformas digitais. Esse engajamento não apenas manteria ativas as dinâmicas sociais e simbólicas dos ambientes online, como também contribuiria para a redução dos custos operacionais necessários à obtenção do lucro, seja por meio da comercialização de bens de consumo, seja pela valorização no mercado financeiro.

Outro modo essencial pelo qual os consumidores das mídias digitais contribuiriam para a geração de mais-valor, segundo a autora, seria por meio da transformação da audiência em mercadoria. Para argumentar isso, ela se debruça nos escritos de Dallas Smythe. De acordo com os autores – e como já vimos –, grande parte das empresas comerciais de mídias digitais obtém uma parcela significativa de seus lucros por meio da receita publicitária.

Após analisar os sistemas de massas financiados por anunciantes, Smythe (2014) concluiu que era o público – e não as mensagens, a informação ou a imagem – o produto da mídia. Sendo assim, durante o que é considerado seu tempo de lazer, as audiências desempenhariam o trabalho de marketing, atribuindo sentido e valor às peças publicitárias que sustentam a contínua circulação dos bens de consumo. A maior parte do tempo de vigiância da população, portanto, seria dedicada ao trabalho do consumo, sendo que o maior bloco de tempo classificado como "lazer" seria, na verdade, aquele comercializado para os anunciantes da televisão.

É a partir desses argumentos que Jarrett (2021) afirma que “podemos considerar o tempo que as audiências gastam em interações com as mídias uma contribuição não remunerada para a economia capitalista” (p. 132). Dessa forma, ela concorda com Smythe que assistir à televisão seria considerado uma forma de trabalho. Para ela, a atividade da audiência atuaria como trabalho vivo, que seria “comprado” pelas empresas de mídia na forma de tempo de visualização, em troca de um “salário” simbólico constituído pelo conteúdo midiático, num processo análogo à compra da força de trabalho pelo tempo de trabalho.

A crítica à perspectiva de Smythe já foi realizada diversas vezes nos estudos que se seguiram na Economia Política da Comunicação. No Brasil, há décadas. Segundo Bolaño (2002, 2020), Smythe incorre em uma confusão conceitual ao ampliar o termo "trabalho" de forma imprecisa, incluindo nele atividades como assistir à TV, consumir mídia ou realizar deslocamentos cotidianos. Isso leva à equiparação entre comunicação e trabalho produtivo, o que, na perspectiva de Bolaño, é um erro fundamental. Como afirma o autor, “a relação entre

os meios e o público não é de trabalho, mas de comunicação simplesmente” (Bolaño, 2000, p. 143), sendo esse tipo de relação, com suas especificidades, o verdadeiro objeto de análise da Economia Política da Comunicação.

Outro ponto central da crítica de Bolaño diz respeito ao conceito de exploração. Smythe considera que a audiência está sendo explorada pelo capital, ao oferecer sua atenção como força de trabalho. O pesquisador brasileiro rejeita essa ideia com veemência. Para ele, a exploração no capitalismo só ocorre quando há subsunção formal e real do trabalho ao capital, isto é, quando o trabalhador está sob comando direto, recebe salário e produz mais-valia.

A crítica do autor avança, inclusive, para uma relação de análise crítica sobre o gênero:

Comparar o dito trabalho da audiência com o trabalho doméstico da mulher é, a meu ver, ofensivo pois leva, no limite, a considerar o "trabalho" da patroa mais explorado que o da empregada, já que esta recebe um salário [...] enquanto a primeira nada recebe por assistir a programas de televisão (Bolaño, 2020, p. 104).

Mesmo que consideremos se tratar de um homem tratando disso, algo que em nosso ver não apaga por si só o argumento, e ser parte de uma entrevista publicada antes do livro de Jarrett (2021), há uma indicação fundamental para a crítica que propomos à obra. Percebe-se também a partir da intersecção com questões de gênero e do trabalho no ambiente doméstico que considerar exploração de trabalho pelo uso de plataformas midiáticas, sejam as de TV (como Smythe) ou de mídias sociais (caso de Jarrett), representa possibilidades de comparação que diluem a noção de exploração e de subsunção do trabalho, de maneira a esvaziar a crítica marxista da dominação capitalista.

Para Bolaño (2000), a audiência realmente é transformada em mercadoria, mas isso ocorre não porque o espectador (pensando naquele momento para a radiodifusão e a TV fechada) trabalha, e sim porque há um processo técnico e organizacional estruturado – realizado por trabalhadores assalariados – que produz essa mercadoria audiência para ser vendida aos anunciantes. No entanto, Jarrett (2021) parte dos estudos de Smythe para tratar “A audiência como mercadoria digital”, além de utilizar também os estudos de Christian Fuchs para embasar seus argumentos. É deste autor austríaco que ela compreende o “trabalho digital”. Segundo ela, é o autor quem oferece a “investigação mais abrangente sobre as formas pelas quais a audiência como mercadoria é gerada nas mídias contemporâneas” (Jarrett, 2021, p. 134).

No cerne desse argumento está a compreensão de que os usuários da internet configurariam forças produtivas essenciais dentro de uma indústria sustentada majoritariamente por receitas publicitárias. O processo de criação e geração de dados pelos usuários deveria ser

reconhecido como “trabalho gerador de valor”, análogo ao papel desempenhado pelos empregados assalariados nas mídias de massa tradicionais, que produzem plataformas disponibilizadas para as audiências, ou, neste caso, para os próprios usuários.

Essas plataformas funcionariam como uma “isca” para atrair e manter a atenção da audiência, mas haveria, segundo os autores, um segundo nível de produção fundamental: os usuários não apenas criariam conteúdo, como também interagiriam com os sites de forma a gerar mercadorias monetizáveis, especialmente por meio dos dados que produzem – dados pessoais, de transações, comportamentais e comunicacionais. Estes dados seriam posteriormente vendidos para anunciantes, gerando receitas significativas. Sendo assim, “o valor desse produto é quase ele todo mais-valor, já que os usuários não são pagos” (Jarrett, 2021, p. 134).

Desse modo, Jarrett (2021) classifica os usuários como “trabalhadores produtivos que geram valor para as companhias de mídias digitais cujos produtos são por eles utilizados” (p. 135). Cada interação dos usuários com bancos de dados digitais deixa rastros que podem ser coletados e transformados em mercadoria. Os regimes publicitários emergentes utilizam modelos intensivos de dados, o que explica a crescente demanda por informações detalhadas e abrangentes sobre as audiências.

Uma das nossas principais críticas ao livro de Jarrett se apresenta nesse momento. Voltando a Bolaño (2020, p. 104), agora sobre esta perspectiva: “O trabalho que produz valor para o capital é o de quem cria os mecanismos de captura da informação, os algoritmos e outras armadilhas. Ele é o trabalhador e recebe para isso”.

Para Marques (2017, p. 10) – em uma crítica direta a Christian Fuchs, que, como vimos, é a base para esse argumento reproduzido por Jarrett (2021) –, é questionável a afirmação de que esta ideia está assentada no pensamento de Marx, “uma vez que, em alguns manuscritos marxianos, a noção de trabalho produtivo está explicitamente atrelada ao *trabalho assalariado*”.

Marques (2017) resgata uma definição marxiana de trabalhador produtivo em *Teorias da Mais-valia* (Marx, 1980), em que, no contexto do capitalismo, é taxativamente atrelada à relação de assalariamento. Neste livro, considera-se produtivo o trabalho assalariado que, ao ser remunerado pela parte variável do capital, não apenas recompõe o valor da força de trabalho, mas também gera mais-valia para o capitalista. É por meio desse processo que a mercadoria ou

o dinheiro se transforma efetivamente em capital. Em outras palavras, apenas o trabalho assalariado que resulta em valorização do capital poderia ser considerado produtivo, pois restitui mais trabalho do que aquele pago em forma de salário, produzindo um valor superior ao próprio.

Já no Capítulo VI Inédito de *O Capital*, “Resultados do Processo de Produção Imediata”, Marx (2017) também afirma que, no modo de produção capitalista, a condição de trabalhador assalariado é um requisito fundamental para que alguém seja considerado um trabalhador produtivo:

As determinações ulteriores do trabalho produtivo derivam diretamente dos traços que caracterizam o processo capitalista de produção. Em primeiro lugar, o possuidor da capacidade de trabalho defronta-se com o [...] capitalista como vendedor daquela, [...] como vendedor de trabalho vivo [...]. É um trabalhador assalariado. Essa é a primeira premissa. Em segundo lugar, [...] a sua capacidade de trabalho e o seu trabalho incorporam-se diretamente como fatores vivos no processo de produção do capital [...] que, não só em parte conserva e em parte reproduz os valores adiantados, mas que simultaneamente aumenta e, por conseguinte, ao criar mais-valia, os transforma em valores que a si mesmo se valorizam, em capital (Marx, 2017, p. 110-111).

Ainda nesse texto, logo após essa afirmação, Marx reforça que a condição de assalariado é indispensável para que um indivíduo seja reconhecido como trabalhador produtivo: “todo trabalhador produtivo é um assalariado, mas nem todo o assalariado é um trabalhador produtivo” (Marx, 2017, p.111).

Essa abordagem entra em contradição com a própria concepção marxiana de trabalho, além dos motivos já citados, por mais uma razão: no caso das mídias *online*, a relação de troca não ocorre entre usuários e proprietários das plataformas, mas sim entre as empresas de mídia e seus empregados, ou entre essas empresas e outras corporações. Dessa forma, sob a ótica marxiana, segundo Kangal (2020), não podemos afirmar que estamos diante de trabalho – muito menos de trabalho produtivo – ao analisarmos a atuação dos usuários nas plataformas de internet. Mas os dados que são gerados, coletados e vendidos para as empresas podem realmente ser considerados mercadorias?

Marx (2017) apresenta diversos exemplos que permitem comparar a matéria-prima utilizada na produção material com a atividade dos usuários como fonte de valor. Recursos naturais explorados pelo capital compartilham características semelhantes com as ações dos usuários: ambos são apropriados, transformados e mercantilizados no contexto do modo de produção capitalista. Kangal (2020) afirma que elementos naturais, como o vapor e a água, por

exemplo, são utilizados pelo capitalista sem custo, assim como ocorre com a atividade dos usuários.

Uma roda d'água, por exemplo, é “necessária para explorar a força motriz da água; a máquina a vapor, para explorar a elasticidade do vapor” (Marx, 2017, p. 460). Não são os recursos naturais, portanto, que geram valor, mas sim o trabalho humano que os utiliza, transforma e processa. Para Kangal (2020), é por essa razão que as máquinas são amplamente empregadas como parte do capital constante. No entanto, elas não criam valor por si mesmas, apenas transferem ao produto o valor que já possuem.

As mídias digitais são compostas por *software* e *hardware*, ciberespaços, ambientes de trabalho, sistemas algorítmicos e mecanismos de organização coletiva. Com base na teoria marxista, a mercantilização dos dados dos usuários exigiria, em primeiro lugar, um processo de transformação dessa imensa matéria-prima de dados em informação útil, antes que ela pudesse ser comercializada com terceiros. Em segundo lugar, o trabalho produtivo não reside na atividade não remunerada dos usuários, mas sim no trabalho envolvido na criação dos *softwares*, *hardwares*, ambientes digitais e sistemas algorítmicos. São esses elementos, produzidos por trabalhadores, que transferem seu valor para a mercadoria final que é vendida (Kangal, 2020).

Se Jarrett (2021) define os dados dos usuários como a mercadoria vendida pelas plataformas aos anunciantes, com a mais-valia contida nessa mercadoria sendo gerada tanto pelos usuários quanto pelos trabalhadores contratados pelas plataformas, aqueles não são pagos e, por isso, explorados infinitamente – como já vimos –; Kangal (2020) explica que, diferentemente da atividade dos usuários na internet, a força de trabalho é efetivamente vendida como mercadoria ao capitalista. É por meio desse trabalho que se produz tanto o valor correspondente ao salário pago quanto a mais-valia, apropriada pelo capitalista. Desta forma, reforça que se considerarmos que a atividade dos usuários gera valor, então os dados que produzem já seriam, desde o início, mercadorias. No entanto, se esses dados “tornam-se mercadorias” apenas após passarem por um processo de transformação algorítmica, isso indica que, antes desse processamento, eles ainda não eram mercadorias a serem comercializadas com os anunciantes.

Essa atividade está mais próxima da condição de matéria-prima do que de mercadoria em si, sendo explorada não por seu valor, mas como insumo bruto. Essa forma de exploração dissocia a atividade do usuário de qualquer capacidade real de gerar valor ou mais-valia. Assim,

torna-se inevitável concluir que os dados dos usuários são efetivamente mercantilizados por meio do processo de tratamento e processamento de informação – um trabalho desempenhado pelos próprios trabalhadores das plataformas digitais.

O sistema das mídias digitais comerciais é saturado por mecanismos de coleta de dados, funcionando, para Janett (2021), como uma rede de sites dedicados ao “trabalho do consumidor”. Segundo ela, o tempo dos usuários seria produtivo não só quando eles criam conteúdo, diretamente expostos a anúncios em modelos *pay-per-view* ou que interagem com publicidade, mas também quando seus dados são analisados por algoritmos que determinam o valor monetário desses dados para anunciantes e profissionais de marketing.

Jarrett (2021) concorda com a análise de Fuchs, segundo a qual o trabalho do consumidor nas mídias digitais não apenas seria produtivo, mas também intensamente explorado. Segundo os autores, como o “trabalho do consumidor” não é remunerado e se estende por todos os aspectos da vida cotidiana, representaria, na sua maior parte, mais-valor puro para as plataformas comerciais. Jarrett (2021, p. 143) chega a reforçar que a taxa de mais-valor do “trabalho dos usuários” tender ao infinito e vai além:

É nessa conexão com a geração de mais-valor por intermédio da sub-remuneração – ou, mais precisamente, da falta de remuneração – que liga de maneira mais explícita o trabalho dos consumidores das mídias digitais às interpretações feministas marxistas do trabalho doméstico [...] – e, portanto, à Dona de Casa Digital.

Aqui reside outro ponto de divergência. De acordo com os autores, o verdadeiro objetivo do capital seria eliminar ao máximo os custos com salários, idealmente reduzindo-os a zero, para maximizar seus lucros. Nesse sentido, quando o salário do consumidor é nulo, a taxa de mais-valia “tende ao infinito”. Assim, o consumidor seria explorado de forma ilimitada pelo capital, o que revelaria uma forma extrema de exploração capitalista, na qual o trabalho seria realizado completamente de graça.

Sobre isso, Kangal (2020, p. 77) afirma que se comete uma violação da lei marxista da economia:

[...] presume[-se] que, porque os usuários de internet não são pagos pelas atividades deles e ainda produzem uma grande parte de todo o valor distribuído na era digital, eles exemplificam um novo tipo de trabalho produtivo que produz mais-valor e é igual a zero em capital variável. É por isso que ele [Fuchs] fala de exploração infinita. Primeiro, essa equação é matematicamente impossível. Uma fração com zero no denominador não pode ser definida. Segundo, [...] tenta resolver esse problema separando o capital variável que representa o salário dos trabalhadores em empresas de mídias e o capital variável referente ao trabalho não pago de usuários de internet: taxa de exploração = mais-valor/ (capital variável 1 + capital variável 2). Essa reformulação parece evitar o erro matemático do zero no denominador, mas ela

contradiz a suposição dele com relação à produção de valor da exploração dos usuários. A alegada produção de valor dos usuários de internet é ainda incalculável se separada do valor produzido pelos empregados de mídias. Enquanto [...] insistir em identificar a atividade do usuário com produção de valor, esse problema ficará sem solução.

Ainda segundo Kangal (2020), é bem conhecido que Marx via o modo de produção capitalista como um sistema destinado à autodestruição, impulsionado pela tendência à queda da taxa de lucro, resultando em crises econômicas. A abordagem teórica adotada por Jarrett (2021), baseando-se em Fuchs, não apenas rejeita essa perspectiva marxiana, mas também entra em contradição com os conceitos de crise por superprodução e subconsumo, ao aplicar tais categorias à economia digital baseada em dados de usuários.

Mesmo que se gere uma quantidade ilimitada de dados passível de transformação em metadados e posterior comercialização, esses não estão sujeitos à superprodução nem à falta de consumo. Se os dados produzidos pelos usuários não podem ser gerados em excesso nem deixados de ser consumidos pelos anunciantes, então o trabalho digital configuraria uma esfera na qual as leis econômicas marxistas do modo de produção capitalista não se aplicariam plenamente.

Jarrett (2021) até reconhece que muitas abordagens argumentam que as atividades realizadas pelos usuários de mídias digitais não podem ser consideradas como trabalho produtivo. Ela até afirma que autores (como Goran Bolin e Eileen R. Meechan) sustentam que não são os usuários que transformam a audiência em mercadoria, mas sim os profissionais empregados por empresas especializadas na medição de audiência, responsáveis por converter a atividade dos espectadores em um produto comercializável. Segundo a crítica dessa perspectiva, esse processo não seria formalmente produtivo, uma vez que, embora possa gerar lucro, tal lucratividade não estaria diretamente associada à criação de mais-valor por meio da exploração do trabalho. Assim, qualquer excedente ou lucro nas indústrias de mídia seria atribuído àqueles envolvidos na produção, venda e divulgação dos conteúdos, considerados os verdadeiros responsáveis pela geração de mercadorias que efetivamente realizam valor no mercado.

Entretanto, segundo Jarrett (2021, p. 147), “tais argumentos perdem a validade quando os encaramos sob a óptica feminista marxista”. De acordo com a autora, essa perspectiva questiona, antes de tudo, a centralidade atribuída às relações formais de assalariamento como critério para definir o que é trabalho produtivo e para caracterizar uma relação de exploração.

Jarrett (2021) defende que esse é o motivo que liga de maneira mais explícita o trabalho dos consumidores das mídias digitais às interpretações feministas marxistas do trabalho doméstico. É a partir disso que seguimos no próximo tópico desta seção.

4.4. RELAÇÃO ENTRE “TRABALHO DIGITAL” E TRABALHO DOMÉSTICO

Segundo a autora, tanto as trabalhadoras domésticas quanto os usuários das mídias digitais realizariam atividades aparentemente voluntárias e socialmente valorizadas, mas que exerceriam uma função econômica semelhante: a redução de custos de produção, seja de forma direta ou no longo prazo. Assim, “as contribuições desses dois tipos de trabalhador se configuram quase totalmente como mais-valor” (Jarrett, 2021, p 144). E, por isso, “a exploração da Dona de Casa Digital é brutal” (Idem).

Segundo Jarrett (2021), ao insistir que apenas o trabalho assalariado pode ser considerado produtivo, muitos críticos ou críticas da teoria do “trabalho do consumidor” nas mídias digitais acabariam por desconsiderar o papel fundamental que os trabalhos não remunerados desempenhariam na sustentação da economia, na reprodução social e na geração de mais-valor. Essa visão parte do pressuposto de que a existência de um contrato formal ou de um salário seria inerente a determinadas atividades, quando, para a autora, trata-se de uma construção social baseada em relações capitalistas específicas que lucrariam com a exclusão de certos trabalhos da esfera da remuneração.

O trabalho doméstico seria, para Jarrett (2021), um exemplo evidente desse processo de invisibilização. A naturalização da divisão sexual do trabalho, expressa na figura da dona de casa e sustentada pelo contrato social/sexual do casamento heteronormativo, manteria a aparência de uma troca social pura, descolada da lógica capitalista. Essa ocultação seria necessária para perpetuar a ideia de que esse trabalho não é trabalho, mas uma função “natural”.

Para contra-argumentar isso, voltamos a trazer Scholz (1996). Conforme esta autora, o trabalho doméstico e de cuidado não é trabalho no sentido marxiano tradicional (como produtor direto de valor), mas sim uma atividade dissociada da esfera da valorização do capital. Ele é essencial para a reprodução da sociedade capitalista, mas não é diretamente explorado pelo capital, pois não participa da produção de mercadorias nem da geração de mais-valia. Por isso, rejeitamos a tentativa de analisar o trabalho doméstico com as mesmas categorias que se aplicam ao trabalho assalariado.

Contudo, isso não significa que esse trabalho não esteja implicado em uma forma de dominação ou opressão. Vemos o trabalho doméstico como parte de uma estrutura patriarcal e capitalista que se sustenta justamente por essa divisão entre o que é considerado “trabalho” e o que é invisibilizado como “atividade natural feminina”. Em vez de falar em “exploração” nos moldes clássicos do marxismo, Scholz (1996) aponta para uma forma específica de desvalorização estrutural: o trabalho doméstico é necessário para o funcionamento do sistema, mas é tratado como natural, espontâneo e gratuito – o que reforça a sua invisibilidade e inferiorização.

Porém, de forma semelhante à atividade laboral doméstica, para Jarrett (2021), a dos usuários nas mídias digitais seria frequentemente desqualificada como economicamente improdutivo. Segundo ela, essa crítica ignoraria a complexidade das cadeias de valor do capitalismo contemporâneo: “Todas as formas de produção apresentam uma série de cadeias de valor complexas, de modo que muitas vezes não fica claro como uma forma de atividade contribui para a acumulação total de capital” (Ibid., p. 149). A ausência de uma linha direta entre uma atividade e a monetização imediata, não excluiria essa atividade do maquinário produtivo do capital.

Parece, para Jarrett (2021), insustentável afirmar que consumidores de mídias digitais e donas de casa não estariam inseridos nas cadeias capitalistas de produção. Ambos, segundo ela, realizariam transformações materiais que sustentariam e ampliariam os circuitos de acumulação. Um simples clique em um link seria, para a autora, parte de uma longa cadeia de transformações técnicas e econômicas. O mesmo valeria para o cuidado doméstico, a reprodução cotidiana da força de trabalho e a manutenção do tecido social que, como vimos a partir de Scholz (1996), trata-se de uma perspectiva equivocada.

Mas a discussão de Jarrett (2021) sobre o “trabalho dos consumidores” nas mídias digitais não se encerra na constatação de que ele é formalmente explorado. Esse é apenas o ponto de partida de um argumento mais amplo e profundo: os usuários estariam alienados nas trocas digitalmente mediadas que realizam.

Essa alienação dos consumidores estaria enraizada na lógica capitalista, em que os valores de troca prevalecem sobre os valores de uso. A partir disso, Jarrett (2021) faz uma breve explicação sobre a alienação. Em vez de produzirem para satisfazer necessidades concretas, como ocorreria em uma economia de subsistência ou de escambo, os indivíduos produziram sob uma lógica que subordina sua atividade criativa às exigências da mercadoria. O trabalhador

– e, para ela, o usuário de mídias digitais – deixa de ser sujeito de sua própria criação e torna-se um objeto passivo de processos externos, alienado de sua humanidade essencial.

A autora também apresenta críticas à tese do “trabalho do consumidor” que levantam questões sobre a ausência de condições forçadas ou degradantes nesses contextos digitais. David Hesmondhalgh (2010, *apud* Jarrett, 2021), por exemplo, questiona se realmente é adequado enquadrar como exploradas pessoas que, voluntariamente, modificam códigos ou participam de programas televisivos interativos sentadas em frente ao computador – da mesma forma que trabalhadores submetidos a jornadas extenuantes e sub-remuneradas em fábricas clandestinas, como as da Indonésia.

Essa ausência de coerção explícita frequentemente enfraquece a ideia de que há exploração nos modos de engajamento típicos da cultura digital participativa. Mesmo autoras que Jarrett utiliza para comprovar sua tese de “trabalho do consumidor”, como Tiziana Terranova, reconhecem que o trabalho gratuito não é, necessariamente, trabalho explorado. Essa distinção coloca em debate os critérios para se definir o que constitui exploração no capitalismo digital e exige uma análise mais cuidadosa das relações entre voluntarismo, valor gerado e condições sociais mais amplas que estruturam essas atividades.

Jarrett (2021) chega até a falar que comparar os consumidores digitais a trabalhadores submetidos a condições degradantes – como nas fábricas de roupas em Bangladesh ou nas minas de diamantes de sangue – “parece insensível e um exagero absurdo” (p. 158). Por outro lado, para a autora, essa voluntariedade e a ausência de coerção explícita não anulariam o fato de que há “geração de mais-valor pelas interações digitais” (Jarrett, 2021, p. 157). Segundo ela, mesmo que os usuários não percebam sua atividade como exploração, suas ações produzem valor capitalizável, dados vendáveis e atenção monetizável. A crítica baseada exclusivamente em critérios formais de contrato e salário ignoraria a complexidade das economias digitais e o modo como o valor é extraído de formas de participação imaterial, coletiva e afetiva.

Para Jarrett (2021), reduzir a análise à lógica econômica tradicional negligencia que existem outras formas de economia, nas quais o valor circula por meio de capital cultural, social e simbólico. Essas moedas não necessariamente se convertem em capital econômico, mas conferem poder e agência em domínios específicos. Para ela, o “trabalho do consumidor” também geraria prazer, solidariedade e desenvolvimento de habilidades – valores de uso inalienáveis que coexistem com a lógica da mercadoria. Segundo Jarrett (2021), os argumentos que buscam valorizar a agência e o sentido do “trabalho dos consumidores” nas mídias digitais

se aproximariam de perspectivas desenvolvidas pelo feminismo radical. Esses posicionamentos questionam a adequação de se avaliar determinadas atividades com base em conceitos derivados do mercado, sugerindo, ao contrário, a adoção de um registro alternativo – feminizado – para valorar práticas humanas. Como afirma a autora: “amor, cuidado e solidariedade são essenciais para a autopreservação e a autorrealização humanas, tanto coletiva quanto individualmente” (Jarrett, 2021, p. 168), e não deveriam ser reduzidos a métricas econômicas convencionais.

Esse olhar propõe que certas atividades – como o trabalho afetivo e relacional das mídias digitais – teriam importância social que só poderia ser compreendida fora das lógicas de mercado. Assim como o trabalho íntimo de cuidado, as práticas dos usuários na esfera digital gerariam “produtos inalienáveis e não mercantilizáveis que devem ser identificados como tais a fim de reter sua substância” (Jarrett, 2021, p. 169). Os consumidores, portanto, vivenciarão relações sociais que se aproximam da lógica da dádiva, ancoradas em reciprocidade e mutualismo, “produzindo valores de uso inalienáveis” que seriam centrais tanto para si quanto para os outros (idem).

O fato de a família coexistir com a economia capitalista não significaria, necessariamente, que ela esteja subordinada a essa lógica – e muito menos que sua existência se limite a isso. O mesmo raciocínio, diz Jarrett (2021), seria aplicado às práticas dos consumidores nas mídias digitais. Diversos estudos sobre culturas de usuários mostrariam “uma variedade de Donas de Casa Digitais atuando na produção de mercadorias essenciais não alienáveis para si próprias e para os outros, e isso diretamente do interior do núcleo do capitalismo” (Jarrett, 2021, p. 170).

Ao priorizar apenas os produtos que possuem valor de troca explícito – como os dados de audiência vendidos a anunciantes – corre-se o risco de invisibilizar uma dimensão crucial da atividade dos usuários. Segundo a autora, tal postura reforçaria a centralidade da figura masculinizada do “homem econômico”, ignorando as relações de interdependência que sustentam todas as formas de trabalho, inclusive o remunerado.

4.4.1. AFETO E MULTIDÃO

Para Jarrett (2021), se reconhecermos a relevância da criação de relações sociais, como propõem as críticas feministas mencionadas, então os estudos que revelam a produção de afeto, solidariedade social e formas de agência inalienáveis nas práticas dos consumidores em mídias

digitais comerciais ofereceriam um contraponto importante às suposições de que o usuário estaria necessariamente alienado nesse contexto.

A autora conclui que as críticas feministas ao debate sobre o “trabalho do consumidor” nas mídias digitais não ofereceriam uma resposta definitiva, mas sim uma importante complexificação do tema. Elas podem tanto “dar sustentação à defesa da tese de que consumidores de mídias digitais são produtivos e podem ser explorados comercialmente” (Jarrett, 2021, p. 171), quanto enfraquecer os argumentos políticos que associam essa condição necessariamente à alienação. As críticas feministas mostram, para Jarrett (2021), que os binarismos seriam insuficientes para captar a complexidade de formas de trabalho que, embora desvalorizadas pela economia política tradicional, possuiriam grande relevância social. Adotar essa perspectiva em relação ao trabalho do consumidor seria, para a autora, assumir uma posição feminista.

Jarrett faz algumas perguntas, caso de: “Se o trabalho que a Dona de Casa Digital faz para o Twitter, para o Pinterest ou para o Instagram pode ser interpretado como um momento recompensador de socialização e como manifestação de trabalho explorado como então poderemos entendê-lo como um todo?” (Jarrett, 2021, p. 177). Ou então: “Como reconciliar a exploração que sofremos como consumidores de mídias digitais como o fato de que nossos amigos de Facebook são amigos de verdade?” (Idem).

É proposto que não tentemos resolver a contradição, mas sim abraçá-la. A sugestão de Jarrett (2021) é que aceitemos o caráter híbrido do “trabalho realizado pelos consumidores de mídias digitais” e, a partir disso, passemos a analisar suas implicações políticas. O desafio que permaneceria era encontrar um modelo econômico crítico que nos permitisse realizar essa análise de forma eficaz. É aí que ela tipifica o “trabalho do consumidor” como “trabalho afetivo” na socialidade, na autoconstrução e nos prazeres viscerais.

Jarrett (2021) mostra uma captura de tela de um anúncio em que a pessoa resolve, antes de falar para qualquer outra, postar no Facebook que se curou do câncer. Esse anúncio do *Facebook Stories* mostraria a importância de compreendê-lo como uma plataforma voltada para a agência individual, a autoexpressão e o empoderamento social, diz a autora. Trata-se, para ela, de mais um exemplo do argumento discutido no tópico anterior sobre “o papel dos usuários na geração de valor de marca” (Jarrett, 2021, p. 180), mas também evidenciaria a “lógica de exploração presente nas plataformas comerciais de mídia digital” (Idem). Assim, “o anúncio do

Facebook Stories posiciona afeto e economia de um modo que exige a integração destas lógicas” (Idem).

Para a autora, é necessário, então, um mecanismo que conseguisse reconciliar as tendências alienantes e, ao mesmo tempo, capacitadoras presentes no trabalho que é “economicamente importante e afetivamente rico” (Jarrett, 2021, p. 181). Jarrett (2021) afirma que a solução para esse problema constituiria o ponto central do seu livro e seria encontrada nas teorias feministas marxistas que tratam sobre o trabalho doméstico. A incorporação do trabalho doméstico ao capital oferece uma estrutura econômica capaz de reconhecer tanto as qualidades inalienáveis quanto os produtos desse tipo de trabalho. Ela “esboça esse modelo e evidencia sua utilidade para o pensamento sobre o trabalho do consumidor, mas também para inserir o afeto no interior da economia” (Idem).

Segundo a autora, na economia digital contemporânea, o afeto não seria apenas um subproduto das interações *online*, mas um elemento central na produção de valor. As mídias sociais, as plataformas digitais e mesmo os serviços voltados ao entretenimento adulto operariam sobre uma lógica que prioriza a criação, a manipulação e a circulação de intensidades afetivas. Esse tipo de trabalho – afetivo – teria ganhado centralidade nas formas emergentes de organização econômica.

Com a ascensão de setores como marketing, design, alta tecnologia e comunicação, Jarrett (2021) observa uma crescente valorização de atividades que envolvem cognição, sociabilidade e emoção. Isso se estenderia, inclusive, a indústrias tradicionalmente associadas ao trabalho físico, como a manufatura e o extrativismo, onde a automação reconfigura as exigências subjetivas dos trabalhadores. Assim, para ela, "o trabalho afetivo é uma faceta do trabalho material" (Jarrett, 2021, p. 182).

Apesar disso, o uso do termo "trabalho afetivo" não é isento de críticas, que Jarrett (2021) tenta responder. Ela cita alguns teóricos que argumentam que o termo é vago e não diferencia adequadamente as dinâmicas específicas entre setores. Preferem, por exemplo, a noção de "trabalho emocional", que enfatizaria o gerenciamento de sentimentos com o objetivo de evocar reações específicas nos consumidores.

Críticas feministas, por sua vez, alertam que ao se classificar esse tipo de trabalho como "imaterial", corre-se o risco de invisibilizar sua materialidade – especialmente em contextos historicamente femininos, como o trabalho doméstico e de cuidado. Silvia Federici (2019), por

exemplo, chama atenção para a desgenerificação desse conceito quando se desvincula de suas raízes na história das mulheres e no pensamento feminista.

Apesar das divergências conceituais, Jarrett (2021) aponta uma convergência: a produção de afeto seria reconhecida como um elemento essencial do trabalho nas mídias digitais. A criação de marcas, por exemplo, dependeria diretamente de relações afetivas estabelecidas entre consumidores e produtos. Nesse sentido, para a autora, "marcas são o capital afetivo de uma empresa, mas são também o produto do trabalho do consumidor" (Jarrett, 2021, p. 183). O marketing contemporâneo, por exemplo, se empenharia em tornar as marcas tão integradas à subjetividade dos indivíduos que se tornem insubstituíveis em suas vidas.

Essa concepção de Jarrett, de que o afeto gerado em torno das marcas – por meio do engajamento dos consumidores, de suas interações e vínculos emocionais – seria um produto do próprio consumidor e, ao mesmo tempo, uma forma de capital que sustenta a marca enquanto ativo, incorre, desde Bolaño e Bastos (2020), em um deslocamento conceitual que compromete a precisão analítica do marxismo.

A EPC brasileira trabalha desde o pioneiro *Mercado Brasileiro de Televisão* (Bolaño, 1988) a partir da noção de padrão tecnoestético enquanto barreira estético-produtiva criada pelas empresas líderes, naquele momento, ainda da televisão aberta para atrair o público aos seus programas e à publicidade e à propaganda deles decorrentes, algo que interessa tanto ao Estado quanto aos capitais em disputa nos demais mercados capitalistas. Resgatando a definição de EPC de Bolaño e Bastos (2020), trata-se de considerar a mediação como objeto importante para o capitalismo, que no caso das indústrias de internet e telecomunicações também se vincula a criar elementos de ordem psicológico-cognitiva.

Como afirma Brittos (2022), ao se trabalhar com produtos ligados à apropriação de bens simbólicos, é necessário “atuar junto ao imaginário do receptor, no sentido de corresponder às suas expectativas e alimentá-las”. Assim, não se considera a atuação pensando em atender ou atingir espectadoras e espectadores, porém, o desenvolvimento desta perspectiva teórica crítica parte do entendimento de que isso ocorre sob a mediação de trabalhadoras e trabalhadores culturais ou intelectuais – como vimos na seção anterior. A crítica materialista proposta por Bolaño e Bastos (2021), que segue esta escola de EPC brasileira, exige uma análise rigorosa das condições em que o afeto pode ser mercantilizado, isto é, capturado e reconfigurado pelas plataformas digitais como parte de um processo de valorização. Isso envolve, por exemplo, o trabalho de programadores, designers, analistas de dados e publicitários – trabalhadores formais

que operam os sistemas capazes de transformar atenção e engajamento em valor de troca, como nos mercados de publicidade digital.

Como os autores afirmam, “não se trata de negar o papel do consumidor na configuração simbólica dos produtos, mas de reconhecer que essa participação não equivale à produção de valor” (Bolaño; Bastos, 2020, p. 177). Sendo assim, ao propor que o consumidor produz capital afetivo para as marcas, Jarrett desloca o foco da crítica materialista para uma lógica idealista e subjetivista, dissolvendo a distinção entre consumo e produção, valor de uso e valor de troca.

Ainda segundo a autora, os sites de redes sociais ilustrariam com nitidez esse processo – da criação de marcas, por exemplo. Mais do que espaços de troca de informações, eles operariam como artefatos relacionais, em que a tecnologia media e intensifica laços afetivos. Curtidas, comentários, compartilhamentos e algoritmos de recomendação não apenas organizariam a experiência *online*, mas moldam e amplificam emoções. O que se produz ali não seria, para Jarrett (2021), apenas conteúdo, mas estados afetivos compartilhados que “geram valor” – tanto para os usuários, que encontram sentido e pertencimento, quanto para os provedores, que monetizam essas relações.

Jarrett (2021) utiliza o caso da pornografia *online* para reforçar seu argumento. Ao contrário da visão de que esse setor estaria à margem da economia digital, ele exemplificaria como a excitação, a intimidade simulada e o vínculo afetivo seriam centrais à monetização de conteúdo. Como em outros espaços da internet, o que se consome seriam intensidades afetivas, cuidadosamente arquitetadas e distribuídas.

O modelo econômico das plataformas digitais dependeria, portanto, diretamente da produção e da circulação de afetos, pois “mais do que um lugar de racionalidade incorpórea, a internet é um lugar para a excitação física, a emoção exagerada e o cultivo e manutenção de relacionamentos sociais complexos” (Jarrett, 2021, p. 187).

A autora define o afeto como “experiências sensoriais de movimento e de sentimento que são parte das experiências sociais, culturais e psicológicas, mas que estão além das propriedades de significação direta do discurso” (Jarrett, 2021, p. 193). Diferente da emoção, que está articulada ao consciente, o afeto é descrito como uma “intensidade incorporada que está de fora da articulação consciente” (Idem). Ele é inerente e inalienável e “só pode ser consumido (experimentado) como o valor de uso” (Idem)

Essa natureza do afeto faz Jarrett (2021) o aproximar do trabalho doméstico analisado pelas teorias feministas marxistas: um trabalho que seria simultaneamente essencial e invisibilizado, porque escapa à lógica da alienação típica do mercado: “o afeto é inalienável e está ligado à sociedade como causa e efeito” (Jarrett, 2021, p. 194). Em outras palavras, ele só poderia ser produzido e consumido no âmbito das relações sociais – não como mercadoria, mas como valor de uso.

Essa informação incorre em um equívoco fundamental do ponto de vista da crítica da Economia Política da Comunicação. Ao dissociar o afeto da lógica mercantil, Jarrett ignora que, no capitalismo, as formas de mediação social – inclusive as mais íntimas e subjetivas – são cada vez mais subsumidas à lógica da valorização do capital.

Bolaño (2000, p. 90) argumenta que, nas indústrias culturais e comunicacionais, o trabalho simbólico e afetivo está submetido a uma forma de "subsunção real limitada", na qual, embora não totalmente absorvido pela lógica fabril, o trabalho é moldado pelas exigências do capital”. O autor mostra que o trabalho cultural é “duplamente produtivo porque produz não uma, mas duas mercadorias: o objeto cultural [...] e a audiência” (Bolaño, 2000, p. 142). Nesse sentido, é possível afirmar que o afeto, ao ser mobilizado para atrair atenção, engajamento ou fidelidade em ambientes mediados por plataformas digitais, deixa de ser apenas valor de uso social e torna-se também mercadoria – ou, ao menos, parte de um circuito de valorização.

A separação entre valor de uso e mercadoria, tal como propõe Jarrett, revela um idealismo incompatível com a análise marxista. Para Marx (2017), valor de uso só adquire relevância no capitalismo enquanto suporte do valor de troca; isto é, a utilidade de uma coisa não basta, ela deve circular sob a forma de mercadoria para se inserir na dinâmica do capital. Bolaño (2000, p. 88) retoma esse ponto quando afirma que “a crítica imanente dos conceitos” deve partir da aparência para a essência e que isso implica considerar a mercadoria como categoria central do capitalismo. Nesse sentido, o afeto, ao ser capturado por algoritmos, mediado por interfaces digitais e convertido em engajamento, já estaria inscrito no circuito mercantil.

Voltemos à Jarrett. A noção de valor, para ela, não se refere ao lucro ou ao excedente monetário, mas ao "valor afetivo que se acumula nos signos e nos corpos ao longo do tempo" (Jarrett, 2021, p. 194). Esse valor se construiria na medida em que o afeto circula entre pessoas, objetos e plataformas, produzindo efeitos que não seriam imediatamente quantificáveis, mas

que sustentariam a própria economia digital. Seria o caso do que ocorreria nos sites de redes sociais.

Para compreender essa lógica, a autora propõe a ideia de uma “economia do afeto” fundamentada no modelo da dádiva. Ao contrário das trocas de mercado, que são baseadas em contratos impessoais e equivalência abstrata, as economias da dádiva se baseariam em vínculos sociais, reciprocidade e continuidade entre pessoas e coisas. Presentes, para ela, não são, necessariamente, objetos em si, mas expressões de transações e de relações sociais, o que significa que seu valor estaria ancorado nas relações que os produzem e nos contextos que os tornam significativos.

Nesse sentido, o afeto, enquanto produto do trabalho social e doméstico, mas também das interações digitais mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação, "supõe e impõe uma continuidade entre pessoas e coisas" (Jarrett, 2021, p. 196). Essa continuidade é precisamente o que distinguiria as trocas afetivas das mercantis: onde há mercado, há descontinuidade; onde há afeto, há relação.

Assim, para Jarrett (2021), repensar a economia digital a partir do afeto implica deslocar o foco do valor de troca para o valor de uso, do cálculo para a relação, da alienação para a inalienabilidade. E ela acredita que talvez seja justamente aí que resida a força política do afeto: na sua resistência a ser totalmente capturado pela lógica do capital, ao mesmo tempo em que sustenta, silenciosamente, as infraestruturas que fazem essa lógica funcionar.

A relevância do afeto na economia digital pode, portanto, para a autora, ser associada ao papel central que as práticas de dádiva desempenharam na formação histórica da internet. O entendimento de Jarrett (2021) sobre isso é de que as trocas digitais funcionariam como presentes porque contribuiriam para a construção de uma cultura comum, sem exigir uma contrapartida monetária direta. No entanto, essas trocas não estariam fora da economia; elas apenas operariam com formas de capital não pecuniárias, como o capital social, afetivo ou cultural (Jarrett, 2021).

Esse tipo se aproximaria mais ao conceito de "economia moral", definida pela autora como um sistema em que os valores seriam determinados por normas comunitárias e sanções sociais, em vez de contratos ou valores monetários abstratos. Na economia moral, o valor das ações e trocas estaria ligado ao pertencimento, à reputação e à reciprocidade, não ao lucro. Isso

seria visto nas mídias digitais pois o “trabalho dos usuários” frequentemente teria como finalidade imediata o reconhecimento, a conexão afetiva e a expressão pessoal.

Nesse aspecto, ela segue autores como Michael Hardt e Antonio Negri (2000), perspectiva teórica já criticada nesta dissertação, que consideram que essas formas de produção e interação representariam modos de autovalorização e autodeterminação da "multidão", que, por meio do afeto, criaria valores fora da lógica da troca capitalista. Nesse sentido, a economia digital se tornaria um espaço ambíguo.

Jarrett entende a multidão como um sujeito coletivo difuso, composto por agentes diversos que produzem valor através do “trabalho digital” disperso e interconectado. A autora a considera ainda como potencialmente subversiva, pois contém as sementes de uma nova forma de resistência imanente ao próprio sistema que a explora. Mas é justamente essa imanência que Bolaño (2002) problematiza. Ao recorrer à ideia de “multidão” como sujeito político emergente da produção biopolítica, Jarrett incorre em um problema já apontado pelo autor: a abstração excessiva e a falta de mediação desse conceito.

Segundo Bolaño (2002), a “multidão” representa uma tentativa de substituir a classe trabalhadora como sujeito histórico por um conjunto fragmentado de subjetividades que não compartilham necessariamente um projeto comum. Essa substituição compromete a análise crítica da estrutura de classes e obscurece a mediação real entre capital e trabalho. Sendo assim, esse conceito “não é o mais adequado para se pensar um projeto desse tipo” (Bolaño, 2002, p. 14).

Além disso, Bolaño (2022) argumenta que o conceito de “multidão” não oferece base concreta para a articulação de um projeto político transformador. Ao dissolver o sujeito coletivo em uma massa de singularidades, perde-se o sentido de unidade necessária à ação política organizada.

Esse tipo de leitura – que tende a destacar o “intelecto geral”, a cooperação comunicativa e a criatividade como forças produtivas centrais – frequentemente ignora a mediação fundamental da relação capital/trabalho. Bolaño (2020, p. 104) afirma ainda que a valorização do trabalho imaterial frequentemente se apoia em uma “dicotomia idealista entre um capital, visto como generalidade abstrata, e uma multidão, também abstrata, que não se consegue definir em termos de classe social”. Essa crítica se aplica diretamente à formulação de Jarrett, na medida em que ela se refere à subjetividade como motor da produção sem articular claramente

o processo de subsunção formal e real do trabalho ao capital. Nesse sentido, parece-nos que os autores (tanto Negri e Hardt quanto Jarrett) se aproximam mais de um pensamento pós-moderno.

Ainda assim, essa ambiguidade não dissolve o conflito entre presente e mercadoria. Fuchs (2008), por exemplo, reconhece que a economia da internet envolve tanto trocas de presentes quanto mercantilização, mas conclui que o modo de produção dominante é o capitalista, no qual os presentes são subsumidos à lógica do lucro. Esse antagonismo – entre valor de uso e valor de troca – sustenta boa parte dos debates sobre o “trabalho digital” e as mídias sociais.

A crítica a essa oposição rígida se faz especialmente necessária quando Jarrett (2021) considera que, historicamente, presentes e mercadorias não seriam categorias estanques. A autora comenta que objetos podem circular como mercadorias em um contexto e como presentes em outro, mudando de status conforme o uso, a intenção ou o enquadramento cultural: “Quase todas as coisas podem se deslocar entre esses contextos e são definidas e valorizadas de acordo com isso” (Jarrett, 2021, p. 202).

A autora enfatiza que o valor – inclusive o da mercadoria – é atribuído nas práticas concretas de circulação, nos contextos históricos e nas relações sociais específicas. Isso significaria que o mesmo objeto digital – como uma foto, um post ou um vídeo – pode funcionar como presente em um momento e como mercadoria em outro, dependendo de como é apropriado e incorporado à dinâmica da plataforma.

No caso das mídias digitais sustentadas por publicidade, Jarrett (2021) afirma que essa ambivalência se tornaria ainda mais evidente. O que os usuários compartilham seria muitas vezes um presente, mas também um recurso “economicamente explorado” pelas plataformas. Esses “presentes ricos em afeto”, como diz a autora, se tornariam híbridos: geram valor simbólico para quem os oferece e valor econômico para quem os monetiza.

Dessa forma, ela defende que seria mais produtivo compreender a economia digital não como um campo dividido entre presentes puros e mercadorias puras, mas como um espaço de circulação complexa, onde objetos e relações transitariam entre diferentes regimes de valor. Esse enquadramento, segundo Jarrett (2021), permitiria abandonar as distinções rígidas entre produção e consumo, e reconhecer a “Dona de Casa Digital”.

Sobre isso, a autora volta, então, ao trabalho reprodutivo, historicamente associado às tarefas domésticas e ao cuidado. Segundo Jarrett (2021), esse trabalho não se limita à produção de bens materiais, mas incluiria também bens imateriais e inalienáveis, como o afeto, a estima e o cuidado. Esses bens, apesar de não serem facilmente quantificáveis em termos capitalistas, são cruciais na constituição do sujeito trabalhador, funcionando como valores de uso que circulam em relações de reciprocidade.

Ainda que esses valores pareçam estar fora da lógica do mercado, a autora aponta que eles estariam profundamente implicados nos processos de valorização capitalista. Isso porque, mesmo sendo bens inalienáveis, “eles são consumidos no processo de produção de um trabalhador e, quando distanciados, podem ser comoditizados” (Jarrett, 2021, p. 215). A produção desses valores não seria, para ela, um resquício de práticas pré-capitalistas, mas uma etapa específica na cadeia de criação de valor do próprio sistema capitalista.

Jarrett (2021) observa essa lógica nas práticas cotidianas dos usuários de plataformas digitais. A ação aparentemente banal de “curtir” uma postagem no Facebook seria, para a autora, carregada de implicações econômicas. Cada curtida, cada expressão de preferência, é capturada, alienada do contexto vivido pelo usuário e transformada em dados comercializáveis, alimentando algoritmos que moldam estratégias publicitárias (Jarrett, 2021). Afirma também que, nesse processo, o consumidor “esgota suas energias afetivas, psíquicas e físicas distanciadas” e que “os dados gerados nesse processo correspondem a tempo de trabalho” (Jarrett, 2021, p. 217).

A experiência do usuário, no entanto, não é vivida como trabalho no sentido tradicional. Segundo a autora, trata-se de uma troca simbólica, de um valor de uso muitas vezes prazeroso e socialmente significativo. A mediação do capital ocorreria apenas após a concretização da experiência como valor de uso, quando os dados são capturados e reconfigurados como mercadoria (Jarrett, 2021). Para ela, assim como no trabalho doméstico, haveria um aspecto ambíguo nesse processo: ele “pode ser alienado e marginalizador, de um lado, individual e socialmente significativo de outro” (Ibid., p. 218).

Essa ambiguidade seria essencial para entender a figura da “Dona de Casa Digital”. Segundo Jarrett (2021), ela participa de um processo de criação de valor que não se encaixaria facilmente nas categorias clássicas da Economia Política. Trata-se de um trabalho que escaparia à lógica binária da exploração versus liberdade, o que exigiria um olhar atento às formas sutis de apropriação do valor afetivo, cognitivo e relacional produzido nas interações cotidianas.

Jarrett (2021), na parte final de seu livro, propõe uma abordagem mais holística para a análise do trabalho e do capitalismo. A autora situa a “Dona de Casa Digital” em uma narrativa mais ampla, “com vistas a revelar a maior relevância dessa figura e das estruturas teóricas que a animam” (Jarrett, 2021, p. 256). Ela sugere que a transformação social profunda requer mais do que a crítica às estruturas visíveis do capitalismo, que exija uma atenção meticulosa às dinâmicas de subjetivação que atravessam todos os sistemas sociais. Como apontaram as feministas dos anos 1970, o privado é político: é na vida cotidiana, nas microrrelações de poder e nas formas como nos constituímos enquanto sujeitos, que o campo da política também se desenha.

Assim, ela afirma que ativistas de esquerda precisariam articular sua crítica estrutural com uma intervenção concreta nas experiências subjetivas, cultivando posições que redistribuam poder de forma mais justa. Para oferecer um caminho potente para entender o presente e intervir nele, Jarrett (2021) aposta na articulação entre a economia política marxista e outras correntes críticas.

Ao longo deste capítulo, buscamos enunciar as principais ideias de Kylie Jarrett, no livro *A Dona de Casa Digital*, ao mesmo tempo em que apresentávamos nossas críticas. Mas reservamos um momento para uma crítica final, dedicada à principal ideia da autora: a figura da “Dona de Casa Digital”.

Jarrett (2021) considera o trabalho da “Dona de Casa Digital” como algo que escapa ao controle tradicional do capital industrial, sendo atravessado por afetos, cultura e interação. No entanto, ao fazer isso, corre o risco de romantizar a incorporação dessas formas subjetivas de trabalho como se elas escapassem à lógica da exploração. Bolaño (2020, p. 99) adverte que “a tecnologia serve para subsumir o trabalho, para integrá-lo de forma subordinada, crescentemente redundante, mas indispensável, no processo de acumulação capitalista”. Portanto, mesmo que o trabalho seja “afetivo” ou “relacional”, ele continua a ser funcional ao processo de valorização do capital e deve ser analisado como tal.

A comparação entre as atividades como se fossem laborais no capitalismo pode levar a distorções analíticas e políticas graves. Para Bolaño (2020, p. 104), por exemplo, “comparar o dito trabalho da audiência com o trabalho doméstico da mulher é, a meu ver, ofensivo e deveria ser combatido pelo movimento feminista”, pois dilui a especificidade das relações de exploração formalizadas sob o capital. Além disso, na discussão da teoria da dissociação-valor de Scholz (1996), temos algo que vai em confronto direto com os fundamentos desta teoria.

A autora valoriza a centralidade do trabalho subjetivo no capitalismo digital e adere, ainda que de forma crítica, a uma concepção influenciada pelas correntes do chamado “capitalismo cognitivo” e pelas formulações operaístas sobre o “trabalho imaterial”. Embora seu intuito seja visibilizar formas historicamente invisibilizadas de trabalho (como o trabalho afetivo e de cuidado), sua ênfase na subjetividade e na autonomia produtiva do sujeito digital esbarra em uma das principais críticas de Bolaño (2020): a dissociação entre trabalho e capital, entre produção e subsunção.

Jarrett (2021) se fragiliza ao não integrar de forma mais rigorosa os conceitos de exploração, valor e mais-valia. A valorização do trabalho subjetivo pode contribuir para uma crítica ao produtivismo clássico, mas, sem articulação com a crítica da economia política, ela se arrisca a cair em um idealismo pós-moderno que, como aponta Bolaño (2020, p. 105), “reduz toda a problemática da caracterização da nova classe trabalhadora do século XXI [...] a um enorme saco de gatos”.

Para nós, cabe encerrar o capítulo afirmando: essa “Dona de Casa Digital” não existe. A atividade dos usuários não deve ser classificada como trabalho e, muito menos, como trabalho produtivo. Mas, para além disso, o que ela não deve, de fato, é ser comparada com o trabalho doméstico. Assemelhar uma atividade banal – como curtir um *reels* ou compartilhar uma foto –, em um mero momento de lazer, com o trabalho doméstico (que, na maior parte dos casos, exige força física e mental) parece-nos, no mínimo, de mau gosto – além de grosseiramente afrontoso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo principal compreender como o processo de plataformização é atravessado por uma questão de gênero, a partir de uma análise crítica do livro *A Dona de Casa Digital*, de Kylie Jarrett (2021). Tal problemática se insere em um contexto maior de transformações estruturais no mundo do trabalho, impulsionadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), as quais têm modificado as formas de produzir, comunicar e se relacionar em sociedade. O ponto de partida da pesquisa foi a constatação de que, embora as TIC sejam frequentemente apresentadas como mecanismos de empoderamento e flexibilização para as mulheres, sua inserção no contexto capitalista e patriarcal tem intensificado formas históricas de exploração e precarização do trabalho feminino.

A pesquisa partiu, portanto, de três hipóteses fundamentais que foram confirmadas ao longo da análise: (a) a associação entre patriarcado e capitalismo é essencial para compreender a divisão de gênero e a reprodução do capital, uma vez que o machismo cumpre uma função estrutural na lógica de exploração capitalista; (b) as TIC, sob domínio capitalista, aprofundam a precarização do trabalho e promovem a retirada de direitos, reforçando formas de vulnerabilidade; e, (c) embora apresentem potencial emancipatório, as TIC tendem, na prática, a agravar as relações patriarcais de gênero, ao transpor para os meios digitais dinâmicas de exploração anteriormente circunscritas ao trabalho doméstico e reprodutivo.

Nos capítulos que compõem este trabalho, percorremos uma trajetória teórico-conceitual que buscou integrar o feminismo marxista à EPC, a fim de começarmos a construir uma Economia Política da Comunicação Feminista – além de resgatar, em cada seção, críticas ao livro de Jarrett.

No desenvolvimento do primeiro capítulo, procuramos evidenciar que as abordagens feministas marxistas oferecem uma chave analítica profunda e estrutural para a compreensão das desigualdades de gênero sob o capitalismo – ao contrário das leituras liberais, frequentemente centradas em pautas como igualdade salarial, empoderamento individual ou reformas legais. Ao revisitarmos autoras fundamentais da tradição marxista-feminista, especialmente aquelas que atuaram nas décadas de 1960 e 1970, buscamos recuperar críticas

históricas que identificam a imbricação entre a opressão de gênero, a lógica do valor e a divisão sexual do trabalho.

A análise foi aprofundada com a introdução da teoria do valor-clivagem, elaborada por Roswitha Scholz (1996), cuja proposta aponta que o patriarcado não é um resquício pré-capitalista, mas um componente constitutivo da forma social do capitalismo. Com base em suas contribuições e nas de outras autoras, argumentamos que o trabalho reprodutivo não remunerado é indispensável à reprodução do capital, ainda que permaneça desvalorizado e invisibilizado. Essa constatação marca uma inflexão teórica relevante, pois desloca a crítica feminista do campo da distribuição para o da produção e da reprodução social, mostrando que a exploração das mulheres não é um desvio, mas um pilar desse modo de produção.

Assim, ao longo do capítulo, buscamos demonstrar que a luta feminista precisa necessariamente incorporar a crítica ao capital e ao valor, compreendendo que a libertação das mulheres exige a superação das estruturas que sustentam tanto a exploração econômica quanto a dominação patriarcal. Esse é o ponto de ruptura com as leituras liberais, e é também onde reside a principal contribuição das feministas marxistas: oferecer uma análise radical das raízes da opressão de gênero e dos caminhos possíveis para sua superação.

No capítulo seguinte, voltamo-nos à tradição crítica da Economia Política da Comunicação, com foco na vertente brasileira do campo, que adota como fundamento teórico-metodológico o materialismo histórico e a centralidade da categoria trabalho. A partir dos estudos de autores como César Bolaño, Verlane Aragão Santos e Manoel Dourado Bastos, buscamos compreender a comunicação não como esfera neutra ou simbólica isolada, mas como dimensão estruturante das relações sociais sob o capitalismo.

Foi também nesse capítulo que aprofundamos o esforço de articulação entre o feminismo marxista e a EPC, demonstrando como os meios de comunicação, longe de neutros, operam na reprodução das desigualdades estruturais de gênero dentro do capitalismo. A partir dessa conexão, evidenciamos que a Indústria Cultural não apenas participa da manutenção das relações capitalistas, mas também reforça hierarquias patriarcais ao produzir representações femininas que naturalizam papéis subordinados. Assim, mostramos que a crítica feminista, ao ser integrada a este subcampo, permite desvelar como a comunicação e a cultura não apenas refletem, mas estruturam as formas contemporâneas de dominação de gênero.

Ao final do capítulo, examinamos as transformações recentes provocadas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), especialmente no contexto da plataformização. Ainda que essas tecnologias prometam inovação e inclusão, mostramos – com base na EPC – como sua lógica opera sob os interesses do capital, aprofundando desigualdades e precariedades, sobretudo nas regiões periféricas.

Embora em alguns momentos dos outros capítulos contestemos algumas ideias de Kylie Jarrett no livro *A Dona de Casa Digital*, nossa crítica mais fundamentada e aprofundada é desenvolvida na parte final do trabalho. Nossa interpretação revelou os limites de uma abordagem que, ainda que se proponha a fazer uma análise das atividades dos usuários nos sites de redes sociais com base em perspectivas feministas marxistas, acaba por cometer erros teóricos, ancorando-se em concepções que não rompem completamente com a lógica liberal de empoderamento individual. Além disso, nossa leitura demonstrou que o “trabalho do consumidor” nas plataformas digitais não existe, isto é: a atividade dos usuários dessas redes não deve ser considerada trabalho. Comparar tal atividade com o trabalho doméstico, por sua vez, é um desrespeito às lutas aqui defendidas. Assim, ao propor a figura da “Dona de Casa Digital” como categoria analítica central, a autora despolitiza as contradições entre capital e reprodução, gênero e classe.

As reflexões ao decorrer do trabalho nos conduzem a considerar, criticamente, o papel das TIC e das plataformas digitais, uma vez que colaboram com a reprodução das desigualdades de gênero. Longe de representar uma ruptura com a lógica produtiva fordista, a plataformização do trabalho parece antes dar continuidade – sob nova forma – à precarização estrutural da força de trabalho feminina. Se antes o trabalho das mulheres era confinado ao espaço doméstico, hoje ele se mantém nesse ambiente e se expande também para o digital, mas continua marcado pela instabilidade, pela informalidade e pela ausência de reconhecimento social e econômico – além de gerar duplas ou triplas jornadas de trabalho.

Contudo, uma das limitações encontradas nesta dissertação diz respeito ao aprofundamento do conceito de “feminização do trabalho”. Esse conceito, num primeiro momento, parece-nos um caminho possível para estabelecer a relação entre gênero e plataformização de forma mais precisa, pois se refere não apenas à presença de mulheres em determinadas ocupações, mas à adoção de características atribuídas historicamente ao trabalho feminino por todo o mercado de trabalho: precariedade, baixa remuneração, exigência

emocional, flexibilidade e desvalorização. Ou seja, trata-se de uma transformação estrutural que atinge não só as mulheres, mas toda a classe trabalhadora.

Com a ascensão do neoliberalismo e a crise do modelo fordista de emprego masculino, estável e assalariado, consolidou-se um regime de trabalho marcado pela rotatividade, pela informalidade e pelos contratos temporários. Nesse cenário, observa-se a valorização de habilidades relacionais e afetivas – tradicionalmente atribuídas às mulheres – como critério de desempenho nas ocupações contemporâneas, especialmente nas plataformas digitais. O trabalhador das plataformas, portanto, é cada vez mais pressionado a mobilizar competências emocionais, afetivas e comunicativas em troca de uma renda incerta, espelhando uma lógica de “feminização” do trabalho.

No entanto, o conceito de feminização, ao tentar abarcar tanto a intensificação da exploração sobre as mulheres quanto a precarização generalizada do trabalho, pode acabar diluindo a especificidade de cada uma dessas opressões. Essa ambiguidade exige maior aprofundamento crítico, o que, assumidamente, extrapola os limites desta dissertação, mas aponta para um promissor campo de pesquisa futura.

Apesar dessas limitações, acreditamos que esta dissertação contribui de forma relevante para o campo da Comunicação, ao aproximar o feminismo marxista da Economia Política da Comunicação, articulando uma crítica teórica e política contemporânea às formas de exploração do trabalho feminino. Ao propor uma leitura crítica da plataformização do trabalho a partir da perspectiva de gênero, este estudo contribui para tensionar as abordagens que tratam a tecnologia de forma neutra e despolitizada, desvelando os mecanismos estruturais de opressão e dominação que persistem – e se reinventam – no capitalismo digital.

Indicamos, assim, algumas direções para pesquisas futuras que desejem aprofundar os debates aqui iniciados. Em primeiro lugar, sugerimos investigações empíricas que analisem a experiência concreta de mulheres trabalhadoras de plataformas. Em segundo lugar, propomos o desenvolvimento de estudos teóricos que aprofundem a crítica ao conceito de feminização do trabalho, analisando suas implicações para a luta feminista e para a crítica do trabalho no capitalismo contemporâneo. Por fim, consideramos fundamental o fortalecimento de abordagens críticas na área da Economia Política da Comunicação Feminista, que articulem gênero, classe e tecnologia de maneira integrada, contribuindo para a construção de alternativas emancipatórias frente às múltiplas formas de exploração que atravessam o mundo do trabalho na atualidade.

Em última instância, esta dissertação reafirma a urgência de uma ruptura com a ordem capitalista-patriarcal que, em sua essência, depende da exploração do trabalho das mulheres. Não há emancipação possível dentro de um sistema que transforma nossas vidas em mercadoria, que lucra com a precariedade e que sustenta sua acumulação sobre o corpo e o tempo das mulheres. A falsa promessa de liberdade individual oferecida pelas plataformas digitais não passa de uma nova engrenagem de controle e espoliação. Por isso, não basta incluir as mulheres no mercado ou celebrar representações midiáticas supostamente empoderadas: é preciso destruir as bases materiais da opressão, reorganizar a produção social da vida e colocar no centro da política aquilo que o capital sempre relegou às margens: o cuidado, a coletividade, o comum. Um feminismo verdadeiramente revolucionário não pede passagem ao sistema; ele o enfrenta. E, ao fazê-lo, luta por um mundo onde a vida valha mais do que o lucro. Mulheres trabalhadoras, uni-vos! O fim desse sistema perverso, assim como a sua criação e desenvolvimento, depende de nós.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALBUQUERQUE, P. H. *et al.* Na era das máquinas, o emprego é de quem? Estimação da probabilidade de automação de ocupações no Brasil. **Textos para Discussão IPEA**, Rio de Janeiro, n. 2457, mar. 2019. Disponível em: <https://www.econstor.eu/handle/10419/211408>. Acesso em: 25 fev. 2021.

ARRUZZA, C. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 10, p. 40–54, 2017.

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T. Teoria da reprodução social: elementos fundamentais para um feminismo marxista. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFF**, v. 13, n. 2, p. 619–651, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.14244/contemp.v13i2.1258>. Acesso em: 20 jul. 2025.

BAHIA, S. *et al.* Nós, as economistas políticas da comunicação: um conto de sub-representações e apagamentos em busca de um final feliz no reino encantado da EPC brasileira. **Revista Eptic**, São Cristóvão, v. 22, n. 3, p. 140–165, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/epitic/article/view/13922>. Acesso em: 20 jul. 2025.

BASTOS, M. D. Internet e estado de sítio mundial: uma via de análise a partir da Economia Política da Comunicação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ULEPICC-BRASIL, 6., 2016, Brasília. Brasília: Ulepcc-Brasil, 2016. Disponível em: https://ulepiccbrasiliadotcom.files.wordpress.com/2017/04/ulepicc2016_anaisgt5.pdf. Acesso em: 12 mai. 2022.

BASTOS, M. D.; SOUZA, R. M. Aproximações Especulativas entre a Teoria do Valor-Dissociação e (Crítica da) Economia Política da Comunicação. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 44., Belém. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1302-1.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2024.

BASTOS, M. D.; SOUZA, R. M.; BOLAÑO, C. Aproximações especulativas entre a teoria do valor-dissociação e (crítica da) economia política da comunicação. *In*: ENCONTRO ULEPICC-BRASIL, 9., 2021, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: Ulepcc-Brasil, 2021.

BASTOS, M. Elementos para uma abordagem dialética da digitalização das TICs a partir da teoria do valor de Marx. *In*: ALVES, G. (org.). **Trabalho e valor: o novo (e precário) mundo do trabalho no século XXI**. Marília: Projeto Editorial Praxis, 2021.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BERNARDI, G. **Crise e automação**: uma análise das transformações na divisão do trabalho. Curitiba: Appris, 2023.

BOLAÑO, C. **Mercado Brasileiro de Televisão**. São Paulo: EdUFS, 1988.

BOLAÑO, C. **Indústria cultural**: informação e capitalismo. São Paulo: Hucitec/Pólis, 2000.

BOLAÑO, C. **O império contra-ataca**. Aracaju: Observatório de Comunicação – Departamento de Economia – Núcleo de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Sergipe, 2002. Disponível em: <http://www.eptic.com.br/textdisc3.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2025.

BOLAÑO, C. Sobre o campo da comunicação e os estudos culturais latino-americanos. *In*: _____. **Campo aberto**: para uma crítica da epistemologia da comunicação. Aracaju: Edise, 2015.

BOLAÑO, C. Trabalho intelectual, comunicação e capitalismo. A re-configuração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-78, dez. 2002.

BOLAÑO, C.; BASTOS, M. D. Um pensamento materialista em Comunicação. *In*: DEL BIANCO, N. R.; LOPES, R. S. (org.). **O campo da comunicação**: epistemologia e contribuições. São Paulo: Socicom Livros, 2020. p. 165-187.

BOLAÑO, C.; BASTOS, M. D.; SOUZA, R. M. Marxismo, Feminismo e Comunicação. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 44., 2021, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2021. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt8-ep/rafaela-martins-de-souza.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2022.

BOLAÑO, C. *et al.* Patriarcado, valor e comunicação: modos de vida, trabalho e as relações de gênero sob o capitalismo. **Revista Latino-americana de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 21, n. 39, p. 67–84, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.55738/alaic.v21i39.815>. Acesso em: 13 mai. 2022.

BOLAÑO, C.; PÁEZ, Á.; HERRERA-JARAMILLO, M. Mediación, subsunción y apropiación social. Contribución al diálogo entre estudios culturales, economía política y comunicación. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, São Paulo, v. 13, n. 24, jan./abr. 2017.

BRITTOS, V. C. **Estudos Culturais, Economia Política da Comunicação e o mercado brasileiro de televisão**. Buenos Aires: CLACSO, 2022.

D’ALESSANDRO, M. Deve a economia feminista salvar os homens? **Outras Palavras**, São Paulo, nov. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/feminismos/deve-a-economia-resgatar-perdoar-os-homens/>. Acesso em: 19 ago. 2021.

D’ALESSANDRO, M. **Economía Feminista**: Cómo construir una sociedad igualitaria (sin perder el glamour). Argentina: Penguin Random House Grupo Editorial, 2016.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016

DELPHY, C. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 17, p. 99-19, ago. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151704>.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2021.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa**: Mulheres Corpo e Acumulação Primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

FEDERICI, S. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo. Volume 1. São Paulo: Boitempo, 2021.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, S. Notas sobre gênero em “O Capital” de Marx. **Movimento**: crítica, teoria e ação, São Paulo, set. 2017. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2017/09/genero-ocapital-marx-feminismo-marxista/>. Acesso em: 13 fev. 2025.

FIGUEIREDO, C. Algoritmos, subsunção do trabalho, vigilância e controle: novas estratégias de precarização do trabalho e colonização do mundo da vida. **Revista Eptic Online**, São Cristóvão, v. 21, n. 1, p. 156-172, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/epitic/article/view/10921>. Acesso em: 7 ago. 2025.

FIRESTONE, S. **A dialética do sexo**: um manifesto da revolução feminista. Labor do Brasil, 1976. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000588498/Preview>. Acesso em: 23 jul. 2024.

FUCHS, C. **Digital labour and Karl Marx**. New York: Routledge, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GONTIJO, C. A dialética no método da economia política na introdução aos Grundrisse. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 209-246, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v25n1/0104-0618-ecos-25-01-00209.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2020.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Empire**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000.
JARRETT, K. **A Dona de Casa Digital: Feminismo, Trabalho e Mídias Digitais**. São Paulo: Politeia, 2021.

KANGAL, K. Discussões marxistas na economia digital: uma crítica a Christian Fuchs. Tradução de Manoel Dourado Bastos e Guilherme Bernardi. **Revista EPTIC**, São Cristóvão, v. 22, n. 2, p. 68–88, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/13727>. Acesso em: 7 ago. 2025.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, T. S. C. **Crítica ao feminismo liberal: valor-clivagem e marxismo feminista**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

MACKINNON, C. A. Feminismo, Marxismo, Método e o Estado: Uma agenda Para Teoria. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 3, p. 798-837, 14 set. 2016.

MARQUES, R. M. Contribuições à crítica da noção de trabalho digital (digital labour) de Christian Fuchs. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO, 2017, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Colóquio, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/40545>. Acesso em: 8 maio 2024.

MARX, K. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2021.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I: O Processo de Produção do Capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MITCHELL, J. **Woman's estate**. Maryland: Penguin Books, 1971.

ORTNER, S. B. **Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?** Salvador: UFBA, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19074>. Acesso em: 14 fev. 2025.

ROSALDO, M. **Uso e abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e a compreensão intercultural**. Florianópolis: UFSC, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1919>. Acesso em: 14 fev. 2025.

RUBIN, G. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. Recife: SOS Corpo, 1993. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1919>. Acesso em: 14 fev. 2025.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, V. **Reestruturação capitalista e mundo do trabalho nas telecomunicações brasileiras**: a firma-rede e as novas configurações do trabalho no Serviço Telefônico Fixo Comutado no Estado de São Paulo. 287 f. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/16796>. Acesso em: 14 fev. 2025.

SCHOLZ, R. El patriarcado productor de mercancías: tesis sobre capitalismo y relaciones de género. **Constelaciones**: Revista de Teoría Crítica, Madrid, v. 1, n. 5, p. 44-60, dez. 2013. Disponível em: <http://constelaciones-rtc.net/article/view/815/869>. Acesso em: 14 fev. 2025.

SCHOLZ, R. O Sexo do Capitalismo: Teorias Feministas e Metamorfose Pós-Moderna do Patriarcado (Excertos). **Revista Exit!**: crise e crítica da sociedade das mercadorias. Lisboa: Exit, 2000. Disponível em: http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz6.htm. Acesso em: 14 fev. 2025.

SCHOLZ, R. Simone de Beauvoir hoje. **Revista Exit!**: crise e crítica da sociedade das mercadorias. Lisboa: Exit, 2011. Disponível em: http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz16.htm. Acesso em: 13 fev. 2025.

SCHOLZ, R. O Valor é o Homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 45, jul. 1996.

SRNICEK, N. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2016.

STRANGE, Susan. **Casino Capitalism**. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

VOGEL, L. **Marxism and the oppression of women**: toward a unitary theory. Chicago: Haymarket Books, 2014.

WILLIAMS, R. **Cultura e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 2011a.

WILLIAMS, R. Meios de comunicação como meios de produção. *In*: _____. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011b.